



PRESS BOOK

Revista_Imprensa_29_Abril_2020

Revista de Imprensa

1. 3 perguntas a...Baptista Leite, Correio da Manhã, 29/04/2020	1
2. Peritos alertam para alto risco com fim da emergência, Correio da Manhã, 29/04/2020	2
3. Governo- Contra austeridade, Correio da Manhã, 29/04/2020	4
4. Fisco manda banca travar penhoras, Correio da Manhã, 29/04/2020	5
5. Jerónimo - Contra calamidade, Correio da Manhã, 29/04/2020	8
6. Futuro de hospital divide militares, Correio da Manhã, 29/04/2020	9
7. Governo falha pagamento do Layoff, Correio da Manhã, 29/04/2020	10
8. Perguntas e respostas, Correio da Manhã, 29/04/2020	12
9. Ricardo Serrão Santos- Pescadores, Correio da Manhã, 29/04/2020	13
10. Layoff. Quase 40% dos pedidos foram rejeitados, i, 29/04/2020	14
11. Luz verde para reabrir, aos poucos e com avaliação à semana, i, 29/04/2020	15
12. "Contenção", "equilíbrio" e "responsabilidade". Os apelos do PR e dos partidos, i, 29/04/2020	17
13. "Clientes não podem ir a um restaurante como se fossem a um hospital", i, 29/04/2020	18
14. PS debate impactos da pandemia, i, 29/04/2020	21
15. Internamentos - SNS só aguenta até quatro mil em dois meses, Jornal de Notícias, 29/04/2020	22
16. BE propõe corte nas mensalidades proporcional ao dos rendimentos, Jornal de Notícias, 29/04/2020	25
17. Tamanho do ficheiro informático é razão para ficar sem apoio ao lay-off, Jornal de Notícias, 29/04/2020	26
18. Companhias exortadas a baixar seguros dos carros, Jornal de Notícias, 29/04/2020	28
19. Misericórdias não querem lares vistos como "locais condenados à morte", Jornal de Notícias, 29/04/2020	29
20. À procura de soluções na área dos espetáculos, Jornal de Notícias, 29/04/2020	30
21. Lotação máxima e máscaras são receita para regresso seguro, Jornal de Notícias, 29/04/2020	31
22. Um país único para uma reabertura única, Jornal de Notícias, 29/04/2020	32
23. Vales das pensões deste mês por entregar, Jornal de Notícias - Jornal de Notícias - Porto, 29/04/2020	33
24. Governo quer rever proteção social para os advogados, Negócios, 29/04/2020	35
25. Marcelo levanta estado de emergência mas diz que surto vai continuar, Negócios, 29/04/2020	36
26. A Cor Do Dinheiro, Negócios, 29/04/2020	37
27. Editorial - A justa proporção, Negócios, 29/04/2020	39

28. Estrangeiros dão mais de três mil milhões por 81% da Brisa, Público, 29/04/2020	40
29. Marcelo abre caminho a Costa para regresso tímido à normalidade, Público, 29/04/2020	42
30. PSD quer limitar regra que obriga advogados a revelar esquemas fiscais, Público, 29/04/2020	45
31. Mil anos e um dia, Público, 29/04/2020	46
32. Bloco quer que redução salarial conte para valor pago às creches, Público, 29/04/2020	47
33. Restaurantes “não devem fazer compras precipitadas”, Público, 29/04/2020	49
34. Propina a mais, aulas a menos, Sábado, 29/04/2020	50
35. Sem máscara, sem higiene, sem distância, Sábado, 29/04/2020	52
36. Sindicato avisa para desigualdade no Ensino superior, Correio da Manhã, 29/04/2020	57
37. “Não podemos cantar a vitória, a situação não está controlada”, Correio da Manhã, 29/04/2020	58
38. Sindicato do comércio pede medidas à DGS, Correio da Manhã, 29/04/2020	59
39. Santarém - Falta de material, Correio da Manhã, 29/04/2020	60
40. British Airways despede até 12 mil trabalhadores, i, 29/04/2020	61
41. Rédea solta - Sem aviões não há turismo e, portanto, retoma, i, 29/04/2020	62
42. Ensino. Desinfecção nas escolas começa hoje, i, 29/04/2020	63
43. Casa da Música atira 100 colaboradores para banco de horas, Jornal de Notícias, 29/04/2020	64
44. TAP acusada de não cumprir lay-off, Jornal de Notícias, 29/04/2020	65
45. “Subcontratados ocupam posto de quem está em lay-off”, Jornal de Notícias, 29/04/2020	66
46. 10 Orientações às empresas para o regresso ao trabalho, Negócios, 29/04/2020	67
47. Empresas ganham em maio poder para impor férias, Negócios, 29/04/2020	70
48. Vai regressar ao trabalho? ACT faz 19 recomendações, Público, 29/04/2020	73
49. Jerónimo de Sousa acusa Governo de tomar medidas “contrárias aos interesses nacionais”, Público, 29/04/2020	74
50. Recibos verdes da Casa da Música acusam instituição de os “deixar afundar”, Público, 29/04/2020	75
51. Governo quer encaminhar parte dos imigrantes do turismo para a agricultura entrevista a Cláudia Pereira, Público, 29/04/2020	76
52. Esta comédia desumana e triste, Público, 29/04/2020	79
53. Estranha forma de vida, Público, 29/04/2020	80
54. Engenharia e Construção - Portugal também somos Nós, Público - Imobiliário, 29/04/2020	81

3 PERGUNTAS A...

Baptista Leite
Médico


– Há uma pressão sobre as unidades de Cuidados Intensivos resultante dos internamentos por Covid-19?

– Portugal adquiriu equipamentos, como ventiladores, e, com isso, aumentou ligeiramente a capacidade de resposta. Há portanto alguma margem de resposta tanto em termos de camas, equipamentos e profissionais de saúde. O importante é manter a curva de infeções abaixo da capacidade do SNS.

– Em Espanha, o confinamento será aliviado em algumas das ilhas. É possível uma situação idêntica em Portugal?

– Portugal não tem no território do continente um sistema de divisão por regiões autónomas. Uma medida desse tipo terá alguma eficácia nos Açores e Madeira.

– É fundamentado o receio da população em deslocar-se a hospitais ou centros de saúde?

– Não há qualquer fundamento para não procurarem os cuidados de saúde de que precisam. Quem tem cirurgias ou consultas não deve faltar. Pais devem vacinar os filhos. Os hospitais e centros de saúde têm canais separados para os doentes de Covid-19. ●



ID: 86230984

29-04-2020

SAÚDE PÚBLICA

Peritos alertam que risco de contágio vai aumentar

SITUAÇÃO ◊ Cientistas dizem que abertura da economia e termo faseado das restrições provocará um crescimento do número de casos de Covid-19 **RUTURA** ◊ SNS poderá entrar em rutura quando atingir quatro mil pessoas infetadas hospitalizadas



Os epidemiologistas reuniram ontem, no Infarmed, com representantes políticos e parceiros sociais

ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

Os peritos em Saúde pública alertaram ontem, na reunião com o Presidente da República e o primeiro-ministro, que a abertura da economia e o progressivo levantamento das medidas de restrição vão provocar um aumento inevitável do número de pessoas infetadas com a Covid-19. Os cientistas deixaram claro que a pandemia poderá ter uma segunda onda de contágio e que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) corre sérios riscos de entrar em rutura quando se atingir um total de quatro mil cidadãos hospitalizados com a doença. Os dados apresentados pelos

epidemiologistas indicam que, a partir do momento em que forem levantadas as restrições, é necessário acompanhar todas as semanas a evolução do contágio do novo coronavírus. Com estas diligências, será possível ter uma noção da tendência de evolução da doença e, se necessário, aplicar de novo o estado de emergência e o consequente isolamento social.

A abertura da economia surge na sequência do fim do estado de emergência, às 23h59 de 2 de maio. Com o termo do estado de emergência, o Governo irá declarar o estado de calamidade em todo o País e abrir a economia de forma progressiva.

O próprio primeiro-ministro já deixou claro que o fim do estado de emergência não põe termo às medidas de controlo do contágio pelo coronavírus. António Costa alertou que é necessário os cidadãos manterem

ESTADO DE EMERGÊNCIA ACABA ÀS 23:59 DO DIA 2 DE MAIO, SÁBADO

o isolamento social e utilizarem máscaras, por exemplo, como forma de evitar o aumento do contágio pelo coronavírus.

Nas vésperas de o Governo tomar uma decisão sobre a abertura da economia a partir de maio, o estado da situação do

coronavírus em Portugal foi analisado numa das reuniões mais curtas, senão mesmo a mais curta, dos peritos em Saúde pública com Marcelo Rebelo de Sousa, António Costa, o presidente do Parlamento, representantes dos partidos com assento parlamentar e representantes dos parceiros sociais.

Os dados apresentados pelos epidemiologistas indicam que, neste momento, Portugal tem um número médio de contágios causados por pessoa infetada, o chamado R0, superior ao registado na Dinamarca, Noruega e República Checa, que já começaram a levantar as medidas de restrição: segundo o modelo in-

ternacional, Portugal tem um R0 de 0,94, o que compara com 0,7/0,8 naqueles três países referidos. Mas, usando o modelo nacional, o R0 é de 1,04, tendo aumentado face ao registado há duas semanas. Com o R0 abaixo de 1, a doença tenderá a extinguir-se entre a população. De qualquer forma, o número de mortos e hospitalizados tem vindo a cair em Portugal.

Após a exposição feita pelos peritos em Saúde pública, o primeiro-ministro considera haver dados disponíveis para haver abertura da economia. Hoje, Costa ouviu os partidos. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO da manhã



QUARTA-FEIRA 29/04/2020 | DIÁRIO | € 1,20 (C/IVA)

REDES SOCIAIS

ARTISTAS COBRAM CACHET PELA NET



P.43

www.cmjornal.pt

CORREIO
da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

POLÍCIAS À PAISANA VIGIAM DOENTES

P.38

ESPECIAL DE 30 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA P.4 A 31, 36 E 48

PERITOS ALERTAM PARA ALTO RISCO COM FIM DA EMERGÊNCIA

CONTÁGIO DISPARA EM MAIO

SNS PODE ENTRAR EM RUTURA COM 4 MIL NO HOSPITAL

GOVERNO FALHA PAGAMENTO DO LAYOFF



CONDENADO A 38 ANOS SAI DA CADEIA

PERDADA BURLONA QUE ENGANOU IDOSA ACAMADA

948 MORTOS 24 322 INFETADOS 1389 CURADOS

DONALD TRUMP VAI PEDIR CONTAS À CHINA

FISCO MANDA TRAVAR TRAVAR PENHORAS

DONOS DA BOLA NAS MÃOS DA SAÚDE

REGRESSO DO FUTEBOL AINDA SEM DATA

FAST & FURIOUS



SÁBADO, DIA 2 POR APENAS **9,95€** + JORNAL

LYKAN HYPER SPORT

BELEZA EM CASA P.30 E 31

FAMOSAS AQUECEM QUARENTENA EM BIQUINI

Curvas sexy fazem furor em dias de isolamento



CORRUPÇÃO P.35

Tenente-coronel expulso da GNR

VIVEU EM PORTUGAL P.32

Mata quatro sem-abrigo em Espanha

APERTA-SE O CERCO P.40

Supremo Tribunal investiga Bolsonaro

MIRANDELA P.34

IRMÃ DE JESUALDO MORRE EM INCÊNDIO



FOGO DESTRÓI HABITAÇÃO

A BIOGRAFIA DO PAPA JOÃO PAULO II.



5ª FEIRA, DIA 30 **9,95€** + JORNAL

CONVIDO

**GOVERNO | CONTRA AUSTERIDADE**

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, garantiu ontem que a recuperação económica pós-pandemia se alcança com crescimento económico e não com austeridade, que "é inimiga da retoma", afirmou durante uma audição parlamentar realizada por videoconferência.

DÍVIDAS AO ESTADO

Fisco manda banca travar penhoras

COBRANÇA COERCIVA Salários e pensões foram retidos indevidamente pelas instituições financeiras **SEGURANÇA SOCIAL** Suspensão do processo executivo não determina cancelamento da penhora

MIGUEL A. GANHÃO/RAQUEL OLIVEIRA

A Autoridade Tributária (AT) enviou aos bancos e seguradoras um pedido para suspender todas as penhoras de salários, pensões, saldos de contas ou aplicações financeiras, no seguimento do decreto-lei 10F/2020 de 26 de março onde se prevê "a suspensão, até 30 de junho de 2020, dos processos de execução fiscal em curso ou que venham a ser instaurados pela AT e pela Segurança Social". Acontece que, apesar de só ter sido publicado no dia 26 de março, aquele diploma dispõe que os efeitos da suspensão deveriam retroagir a dia 12. Nesse meio termo existiram vários processos de penhora que estavam em curso e não foram interrompidos e outros que foram instaurados. Segundo apurou o CM os bancos e as seguradoras continuaram a entregar montantes penhorados à AT e à Segurança Social em cumprimento de ordens que já tinham recebido daqueles serviços, o que motivou diversas denúncias junto da Provedoria de Justiça.

O provedor-adjunto de Justiça, Joaquim Cardoso da Costa, escreveu uma carta à AT e ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) exigindo o imediato fim das penhoras por parte daquelas entidades e a restituição imediata dos valores recebidos.

Segundo apurou o CM, a AT vai colocar os montantes recebidos indevidamente numa conta própria e aguarda que os contribuintes venham reclamar as quantias erradamente penhoradas. Já fonte oficial da Segurança Social adiantou ao CM que "o IGFSS está a cumprir escrupulosamente a legislação publicada no âmbito excecional da pandemia Covid-19 e implementou de imediato as me-

CARTA DA PROVEDORIA DE JUSTIÇA DENUNCIOU PROBLEMAS NOS BANCOS

PLANOS PRESTACIONAIS DA SEGURANÇA SOCIAL SUSPENSOS ATÉ JULHO

didadas suspensivas previstas nos diplomas legais, nomeadamente, a suspensão dos processos de execução fiscal e dos planos prestacionais". Segundo a mesma fonte, "os planos prestacionais em curso ficam suspensos, até 30 de junho", sem prejuízo "de poderem continuar a ser pontualmente cumpridos", acrescentando no entanto que "a suspensão de processos executivos prevista não determina o cancelamento de penhoras ativas".

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

PORMENORES

Dados do Fisco

Segundo os últimos dados do Fisco, até ontem tinham-se registado 979 penhoras desde o início do ano, das quais 25 correspondiam a automóveis.

Regime excecional

Segurança Social e Fisco criaram um regime excecional de cumprimento de obrigações fiscais e contribuições sociais.

Salário fica 'livre'

Quem tenha o salário penhorado pela AT ou Segurança Social nos meses de abril, maio e junho pode recebê-lo por inteiro. E os processos de execução ficam suspensos até 30 de junho.



Correios alteram prazos para pagar

CTT antecipam emissão de vales para evitar afluência a locais de pagamento

Os CTT vão antecipar a emissão de vales em três dias úteis, para compensar o feriado de 1 de maio, evitando a afluência aos locais de pagamento e reduzindo o risco de contágio pelo coronavírus. Os vales serão emitidos hoje e serão pagos, previsivelmente, até 13 de maio. Os vales têm a validade de um mês, pelo que,

quem tenha possibilidade, pode evitar os dias de maior afluência. Está também disponível um serviço de pagamento ao domicílio, no valor de 1,80 euros. É também possível um terceiro levantar o vale, desde que seja endossado com a assinatura do pensionista e apresentados os documentos de identificação.





QUARTA-FEIRA 29/04/2020 | DIÁRIO | € 1,20 (C/IVA)

REDES SOCIAIS

ARTISTAS COBRAM CACHET PELA NET



P.43

www.cmjornal.pt

CORREIO
da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

POLÍCIAS À PAISANA VIGIAM DOENTES

P.38

ESPECIAL DE 30 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA

P.4 A 31, 36 E 48

PERITOS ALERTAM PARA ALTO RISCO COM FIM DA EMERGÊNCIA

CONTÁGIO

SNS PODE ENTRAR EM RUTURA COM 4 MIL NO HOSPITAL

DISPARA EM MAIO

GOVERNO FALHA PAGAMENTO DO LAYOFF

CONDENADO A 38 ANOS SAI DA CADEIA

PERDADA BURLONA QUE ENGANOU IDOSA ACAMADA



948 MORTOS 24 322 INFETADOS 1389 CURADOS

DONALD TRUMP VAI PEDIR CONTAS À CHINA



FISCO MANDA TRAVAR PENHORAS

DONOS DA BOLA NAS MÃOS DA SAÚDE

REGRESSO DO FUTEBOL AINDA SEM DATA



FAST & FURIOUS



SÁBADO, DIA 2 POR APENAS **9,95€** + JORNAL

LYKAN HYPER SPORT

BELEZA EM CASA P.30 E 31

FAMOSAS AQUECEM QUARENTENA EM BIQUINI

Curvas sexy fazem furor em dias de isolamento



CORRUPÇÃO P.35

Tenente-coronel expulso da GNR

VIVEU EM PORTUGAL P.32

Mata quatro sem-abrigo em Espanha

APERTA-SE O CERCO P.40

Supremo Tribunal investiga Bolsonaro

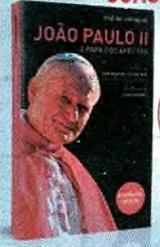
MIRANDELA P.34

IRMÃ DE JESUALDO MORRE EM INCÊNDIO



FOGO DESTRÓI HABITAÇÃO

A BIOGRAFIA DO PAPA JOÃO PAULO II.



5ª FEIRA, DIA 30 **9,95€** + JORNAL

CONVIDO



JERÓNIMO | **CONTRA CALAMIDADE**

O secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa está contra o estado de emergência, que termina no sábado, e a situação de calamidade, admitida pelo Governo, para combater a pandemia porque servem apenas para “meter medo às pessoas” e diz que só é possível “combater o vírus” respeitando os direitos dos cidadãos, afirmou ontem.



FORÇAS ARMADAS

Futuro de hospital divide militares

POLÊMICA ➔ Carta a António Costa defende reativação plena após a pandemia. Há quem se oponha



António Costa visitou a 30 de março as obras de reativação de 112 camas no antigo Hospital Militar de Belém. Agora recebeu carta

SÉRGIO A. VITORINO

O futuro do antigo Hospital Militar de Belém (HMB), parcialmente reativado este mês para receber, se necessário (ainda não foi), 112 doentes Covid-19, está a dividir as Forças Armadas. Uma carta ao primeiro-ministro António Costa, promovida por generais do Exército na reforma, pede a "indispensável reativação" de todas as suas capacidades. Já outros oficiais generais, principalmente da Marinha e Força Aérea, acham a ideia "prematura" e recordam estar "por concluir" o plano funcional da principal unidade de saúde militar do País, o Hospital das Forças Armadas, em Lisboa, que aguarda verbas para se equipar e cons-

truir um novo edifício com valências como bloco cirúrgico.

Na carta a António Costa, a que o CM teve acesso, e que, além de militares, foi enviada à bastonária da Ordem dos Enfermeiros, ao presidente da Confederação Empresarial de Portugal e políticos, entre outros, é recordado que o ex-HMB do Exército era

ANTIGO HOSPITAL MILITAR DE BELÉM ESTAVA ENCERRADO DESDE 2013

especializado em doenças infecciosas e pneumológicas, até ser encerrado em 2013. E que os vários serviços que ali existiram devem ser reativados "num valioso reforço do Serviço Nacional de Saúde".

Referem que o custo da recuperação seria "relativamente modesto" - reativar agora dois pisos custou 700 mil euros - e o HMB deveria trabalhar em "estreita ligação" com o Exército e os seus laboratórios biológico e químico. O antigo chefe do Exército, general Pinto Ramalho recusou comentar o tema ao CM, assim como outros promotores da carta. O almirante Melo Gomes, antigo chefe da Armada, prefere "não comentar, porque o meu comentário seria divisionista", indiciando ser contra - como outros oficiais ouvidos pelo CM, que só admitem o avanço se o HMB for integrado no Hospital das Forças Armadas.

Contactado pelo CM, o Exército remeteu o futuro do HMB

para o Ministério da Defesa. Este não respondeu oficialmente. Mas o CM sabe que para já não haverá planos diferentes dos anunciados pelo ministro João Gomes Cravinho, no dia 7, no Parlamento: no fim da pandemia, as obras "não serão desperdiçadas" porque já está prevista uma parceria com a Câmara

UNIDADE DE SAÚDE TEM AGORA 112 CAMAS PARA DOENTES DA COVID-19

ra e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para tornar o HMB num centro de Cuidados Continuados. Sobre a carta ao PM, não comenta. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO da Manhã



Veículo está parado em Carnaxide

Camião frigorífico 'espera' 88 vítimas

❑ O comandante operacional da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil usou a imagem de um camião frigorífico - "de 33 toneladas, com prateleiras em aço inoxidável para 88 cadáveres" que está na sede em Carnaxide - para apelar "à manutenção de um comportamento responsável" perante a pandemia. Duarte Costa diz esperar não ter de usar esta viatura. ● J.C.R.

Corpos ficam oito horas por recolher

❑ A PSP alerta, no relatório do 2º período do estado de emergência, que há corpos que ficam "sete ou oito horas" para serem levantados, "muitas vezes com a presença dos familiares". Em causa as situações sem suspeita de crime e em que seja necessário acionar o delegado de saúde, "demandando substancialmente a sua chegada". Há bombeiros sem "condições" para remover os corpos. ● S.A.V.

POLÍCIAS JÁ DETIVERAM 393 POR DESOBEDIÊNCIA

❑ A PSP e a GNR detiveram 393 pessoas por desobediência desde o início do estado de emergência (22 de março). Só no terceiro período (iniciado a 18 de abril) já foram detidas 101 pessoas. As autoridades encerraram ainda 2366 estabelecimentos. ●

SEGURANÇA SOCIAL

Ministério falha prazo de pagamento do layoff

ATRASO ♦ Cerca de 149 mil trabalhadores terão de aguardar por segunda-feira para receber uma parte do salário de abril
PENDENTES ♦ Serviços vão reanalisar 13 mil pedidos de empresas e têm lista de espera de 33 mil. Onze mil foram rejeitados

RAQUEL OLIVEIRA

O dia 28 de abril foi a data inicialmente avançada pelo Governo para pagar aos trabalhadores em layoff. Ontem, a ministra do Trabalho reconheceu que o processo está atrasado, que cerca de 149 mil trabalhadores só irá receber na próxima segunda-feira e que 11 mil empresas foram excluídas por terem dívidas ao Estado ou por não reunirem condições.

O pagamento aos 359 mil trabalhadores já abrangidos pelo layoff simplificado vai processar-se de forma faseada até à próxima segunda-feira: 210 mil recebem até amanhã, mas os restantes 149 mil terão de aguardar pela próxima semana, segundo o balanço feito ontem pela ministra Ana Mendes Godinho em conferência de imprensa. Os trabalhadores neste regime simplificado recebem dois terços da remuneração bruta, pagos em 70% pela Segurança Social e em 30% pela empresa, com o limite mínimo a fixar-se em 635 euros e o máximo em 1905 euros.

Até ao momento, a Segurança Social analisou 62 mil pedidos, 38 mil foram aceites, 11 mil foram rejeitados e cerca de 13 mil aguardam por uma análise mais cuidada, que pode ser apenas para correção de dados. A aguardar, estão ainda os 33 mil pedidos que entretanto deram entrada até ao final deste mês. No total, os pedidos entrados até agora correspondem a 1,1 milhões de trabalhadores em layoff, um valor que é atualizado pratica-



Serviços da Segurança Social têm estado sobrecarregados com pedidos de layoff, baixas e apoios extraordinários. Pagamentos vão chegar mais tarde

mente todos os dias na monitorização divulgada pela Segurança Social.

No total, tendo em conta as diversas medidas de apoio às famílias e às empresas, incluindo as baixas por isolamento, serão pagos apoios até 5 de maio a 600 mil pessoas, no valor total de 216 milhões de euros, abaixo dos mil milhões previstos. O valor médio dos pagamentos é de 421,8 euros. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL



PORMENORES

Restauração lidera

Os setores com maior número de empresas em layoff são o alojamento e restauração (26%), seguido do comércio (22%), segundo a ministra da Segurança Social.

Maioria parada

A maioria dos trabalhadores em layoff (88%) está em casa, e os restantes 11% permanecem a trabalhar com horário reduzido, concretizou ontem Ana Mendes Godinho.



Empresa tem 3500 trabalhadores

Fábrica da Bosch de Braga vai parar a produção

Os 3500 trabalhadores da fábrica de Braga da multinacional alemã Bosch vão entrar em layoff a partir de 30 de abril e durante 11 dias, devido à forte queda das encomendas (na ordem dos 50%), disse ontem a empresa à Lusa. "O layoff pode ser revertido se as condições do mercado se alterarem", acrescentou. ●



QUARTA-FEIRA 29/04/2020 | DIÁRIO | € 1,20 (C/IVA)

REDES SOCIAIS

ARTISTAS COBRAM CACHET PELA NET



P.43

www.cmjornal.pt

CORREIO
da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

POLÍCIAS À PAISANA VIGIAM DOENTES

P.38

ESPECIAL DE 30 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA

P.4 A 31, 36 E 48

PERITOS ALERTAM PARA ALTO RISCO COM FIM DA EMERGÊNCIA

CONTÁGIO

SNS PODE ENTRAR EM RUTURA COM 4 MIL NO HOSPITAL

DISPARA EM MAIO

GOVERNO FALHA PAGAMENTO DO LAYOFF

CONDENADO A 30 ANOS SAI DA CADEIA

PERDADA BURLONA QUE ENGANOU IDOSA ACAMADA



948 MORTOS 24 322 INFETADOS 1389 CURADOS

DONALD TRUMP VAI PEDIR CONTAS À CHINA



FISCO MANDA TRAVAR TRAVAR PENHORAS

DONOS DA BOLA NAS MÃOS DA SAÚDE

REGRESSO DO FUTEBOL AINDA SEM DATA

FAST & FURIOUS



LYKAN HYPER SPORT

SÁBADO, DIA 2 POR APENAS **9,95€** + JORNAL

BELEZA EM CASA P.30 E 31

FAMOSAS AQUECEM QUARENTENA EM BIQUINI

Curvas sexy fazem furor em dias de isolamento



CORRUPÇÃO P.35

Tenente-coronel expulso da GNR

VIVEU EM PORTUGAL P.32

Mata quatro sem-abrigo em Espanha

APERTA-SE O CERCO P.40

Supremo Tribunal investiga Bolsonaro

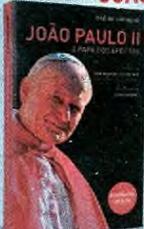
MIRANDELA P.34

IRMÃ DE JESUALDO MORRE EM INCÊNDIO



FOGO DESTRÓI HABITAÇÃO

A BIOGRAFIA DO PAPA JOÃO PAULO II.



5ª FEIRA, DIA 30 **9,95€** + JORNAL



PERGUNTAS E RESPOSTAS

TRABALHO

EMPRESA DE METALOMECÂNICA NÃO PAGA SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO NO REGIME DE TELETRABALHO. É POSSÍVEL?

BRUNO TAVARES

É entendimento da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho e da Autoridade para as Condições de Trabalho que o trabalho prestado em regime de teletrabalho confere ao trabalhador os mesmos direitos que este vinha auferindo quando estava a exercer funções presenciais no posto de trabalho, ou seja, não há lugar a qualquer perda do subsídio de alimentação, conforme sublinha o gabinete da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Entendimento diferente tem a Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal, que diz que o subsídio de alimentação não é devido a quem se encontra em regime de teletrabalho, ou seja, as empresas só pagam se quiserem. ●



Autoridades dizem que subsídio de refeição se mantém

TRABALHO

QUEM NÃO PODE IR TRABALHAR PARA DAR ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA PODE TER FALTAS JUSTIFICADAS?

JOÃO MIRANDA

São consideradas justificadas as faltas motivadas por assistência a cônjuge ou pessoa que viva em união de facto ou economia comum com o trabalhador, parente ou afim na linha reta ascendente (pai, mãe, sogro, sogra, padrasto, madrastra, avô, avó, bisavô, bisavó), desde que este se encontre a cargo do trabalhador e frequente equipamentos sociais (por exemplo, lar ou centro de dia), cuja atividade seja suspensa por determinação da autoridade de saúde ou pelo Governo, e não seja possível continuar a assegurar-lhe apoio através de uma resposta social alternativa. As faltas justificadas implicam a perda de retribuição. Não está previsto nenhum apoio para compensar a perda de retribuição. Estas faltas não são consideradas para os limites anuais de dias para assistência a filhos, netos e outros familiares. ●



Faltas justificadas implicam perda de retribuição

TRABALHO

EMPREGADAS DOMÉSTICAS QUE TENHAM DE FICAR EM CASA PARA CUIDAR DOS FILHOS TÊM DIREITO A APOIO?

FÁTIMA COSTA

De acordo com as alterações introduzidas ao artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 12-A/2020, de 6 de abril, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença, o apoio excecional à família para trabalhadores é aplicável aos trabalhadores do serviço doméstico. O valor do apoio corresponde a dois terços da remuneração registada no mês de janeiro de 2020, tem por limite mínimo um salário mínimo nacional (635 euros) e por limite máximo três salários mínimos nacionais (1905 euros) sendo pago um terço pela Segurança Social, mantendo as entidades empregadoras as seguintes obrigações: pagamento de um terço da remuneração; declaração dos tempos de trabalho e da remuneração normalmente declarada relativa ao trabalhador e pagamento das correspondentes contribuições e quotizações. ●



Empregadas domésticas têm direito a apoio por cuidar dos filhos

CONSULTAS

OS DOENTES SEM MÉDICO DE FAMÍLIA ATRIBUÍDO PODEM MARCAR CONSULTA SEM IR AO CENTRO DE SAÚDE?

ANA PERES

Com as limitações de circulação decorrentes da pandemia que nos está a atingir, os médicos de família podem atender telefonemas e responder a dúvidas dos seus doentes, elucida a Direção-Geral da Saúde. Os centros de saúde estão preparados para ajudar os seus doentes e usar o telefone é o meio mais correto para contactar com o médico de família nestes dias difíceis. Os utentes sem suspeita de Covid-19 devem contactar o seu centro de saúde preferencialmente por telefone ou por email. Apenas se devem deslocar quando for absolutamente necessário ou por indicação do médico ou enfermeiro após contacto telefónico. As pessoas sem médico de família atribuído estão inscritas numa unidade de saúde ou num centro de saúde e deverão igualmente contactar por telefone, apesar de não terem uma equipa atribuída. ●



Telefone para o centro de saúde em vez de se deslocar

RICARDO SERRÃO SANTOS | **PESCADORES**

Os primeiros adiantamentos de pagamentos contra-fatura, no âmbito do programa Mar 2020, uma medida avançada pelo Governo para travar os impactos da Covid-19, vão ser pagos até sexta-feira, avançou o Ministério do Mar. Todos os pedidos de adiantamento que foram submetidos vão ser pagos.





Ana Mendes Godinho diz que indeferimento esteve relacionado com erros ou falhas no preenchimento

MIGUEL SILVA

Layoff. Quase 40% dos pedidos foram rejeitados

Dos pedidos que foram indeferidos, quase metade foram recusados em definitivo por não cumprirem os critérios exigidos. Alojamento, restauração e comércio foram os setores que mais recorreram.

SÓNIA PERES PINTO
sonia.pinto@ionline.pt

Quase 40% dos mais de 62 mil pedidos de empresas de adesão ao *layoff* simplificado que entraram na Segurança Social até ao início do mês foram recusados. O número foi avançado pela ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. De acordo com Ana Mendes Godinho, os dados respeitam a pedidos que entraram até à primeira semana de abril e que vão ser processados até ao dia 30, podendo ser pagos até 5 de maio.

Segundo a governante, dos mais de 62 mil pedidos de *layoff* simplificado que foram analisados, 61% foram aprovados, correspondendo a mais de 38 mil

empresas e mais de 358 mil trabalhadores.

Dos 39% de pedidos que foram recusados em definitivo, pois não cumpriam os critérios exigidos, como o facto de terem dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira ou à Segurança Social ou por terem pedido o apoio errado, entre outros motivos.

Por sua vez, 4,1% dos pedidos que foram recusados ainda poderão ser corrigidos, pois o indeferimento esteve relacionado com erros ou falhas no preenchimento, explicou a ministra do Trabalho.

Segundo o gabinete de Ana Mendes Godinho, a Segurança Social vai pagar até ao dia 5 de maio as compensações relativas ao *layoff* simplificado a 61,7% das empre-

sas que pediram até ao início de abril este apoio criado no âmbito da crise causada pela pandemia de covid-19. Feitas as contas, o apoio será pago a 38 465 empresas, correspondentes a 359 mil trabalhadores.

De acordo com os dados do ministério, 15,1% dos pedidos (9458) foram indeferidos por vários motivos, entre eles porque as empresas não tinham a sua situação contributiva regularizada, não tinham certificação do contabilista ou não cumpriam as regras da data de início do apoio.

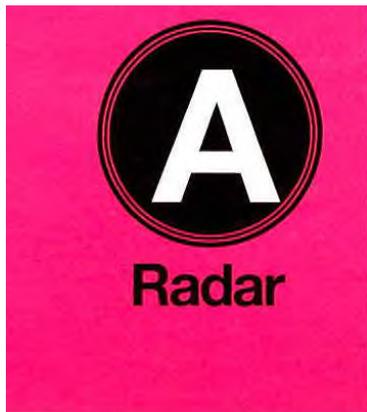
Foram ainda rejeitados 3,1% dos pedidos (1946) por estarem incorretamente instruídos ou por faltar a indicação do IBAN. Os restantes pedidos "estão em análise", diz o gabinete da ministra.

De acordo com a mesma fonte, até quinta-feira, dia 30 de abril, serão pagos os apoios a 22 mil empresas, com um total de 210 mil trabalhadores. Os restantes pedidos aprovados serão processados no dia 30 de abril e pagos até 5 de maio.

Os setores com maior número de empresas em *layoff* são o alojamento e restauração (26%), seguido do comércio (22%), disse a governante em conferência de imprensa, acrescentando que a grande maioria (76%) são microempresas e que a média de trabalhadores abrangidos é de dez por cada empresa.

Segundo os dados divulgados pelo gabinete da ministra, o valor médio da compensação paga pela Segurança Social é de 421,8 euros.

Recorde-se que os trabalhadores têm direito a receber dois terços da sua remuneração normal ilíquida, com limites mínimo de 635 euros e máximo de 1905 euros, sendo o valor financiado em 70% pela Segurança Social e em 30% pela empresa. Podem ter acesso as empresas em situação de crise empresarial comprovada devido ao encerramento total ou parcial por determinação legislativa ou administrativa, à interrupção das cadeias de abastecimento globais ou à suspensão ou cancelamento de encomendas.



Luz verde para reabrir, aos poucos e com avaliação à semana

Hipótese de reabertura por regiões não foi abordada na reunião técnica que juntou ontem peritos e altas figuras do Estado no Infarmed. DGS vai dar matriz de indicadores ao Governo para apoiar decisões e haverá uma nova reunião dia 15, antes da data apontada para reabrir escolas.

MARTA F. REIS
marta.reis@ionline.pt

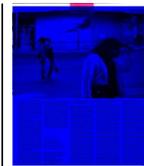
O calendário e os moldes de desconfinamento serão finalizados e apresentados pelo Governo nos próximos dias, mas na reunião técnica de ontem foi encontrada a luz verde possível (desta vez não houve referência à luz ao fundo do túnel) para que o país possa retomar alguma da atividade já na próxima semana. No final da reunião, Marcelo Rebelo de Sousa confirmou que o estado de emergência não será renovado e apontou para a terceira fase que se segue, sublinhando que se manterá a necessidade de contenção da epidemia e afastando um regresso à normalidade. O Presidente da República antecipou uma retoma com “pequenos passos” e uma preocupação de controlo permanente da situação.

A diminuição no crescimento de casos, dos internamentos e dos doentes em cuidados intensivos dá segurança na trajetória descendente da epidemia, mas o facto de o R0 (o número básico de transmissão do vírus que permite calcular a velocidade da epidemia) ter aumen-

tado ligeiramente nos últimos dias levou os peritos a mostrar alguma apreensão e a defender a necessidade de prudência. O R nacional está agora calculado em 1,04, sendo de 1,18 na região de Lisboa e Vale do Tejo (situação para a qual contribuíram os casos detetados em hotéis nos últimos dias) e de 1,04 na região norte – Marcelo referiu que estaria abaixo de 1, mas o lapso seria pouco depois retificado pelo PSD.

Fontes ouvidas pelo *i* explicam que uma das preocupações manifestadas pelos peritos prende-se com o facto de países como Noruega, Dinamarca e República Checa só terem avançado com o desconfinoamento com um R0 abaixo dos 0,8, para haver maior margem de manobra caso se verifique logo um maior aumento dos contágios, sem que se entre numa trajetória de crescimento exponencial. Ainda assim, foi transmitida a ideia de que o indicador deve ser ponderado com outros dados nacionais sobre a resposta nos serviços de saúde e distribuição dos novos casos, ideia que já tinha sido defendida ao SOL por Bal-





CORONAVÍRUS



Portugal registou até esta terça-feira 24 322 casos de covid-19 e 948 vítimas mortais

AMALDA GOMES

tazar Nunes, epidemiologista do INSA e um dos técnicos que dá apoio técnico ao Governo. Também a diretora-geral da Saúde tem defendido que não existe um número milagroso. No final da reunião, Graça Freitas anunciou que a DGS vai entregar ao Governo uma matriz de indicadores para apoiar as decisões.

Segundo o *i* apurou, a hipótese de uma abertura diferenciada a nível nacional e por regiões não foi abordada na reunião técnica, mas foi transmitida a ideia de que de futuro poderão vir a ser necessárias medidas locais ou nacionais para conter o aumento de contágios. Marcelo Rebelo de Sousa disse-o no final da reunião: "O que ouvimos foi chamar a atenção para esta terceira fase e como é importante ir acompanhando, a par e passo, aquilo que é feito, avaliando e quando necessário intervindo".

Quanto aos setores que poderão abrir no dia 4 de maio, a data apontada por António Costa para o início faseado do desconfinação, não foi detalhado um plano, mas também não houve obstáculos à reabertu-

ra começar pelo pequeno comércio, como já tinha sido anunciado pelo primeiro-ministro. Em relação às escolas, não foi confirmada a reabertura a 18 de maio – e os planos concretos têm sido remetidos para o conselho de ministros desta quinta-feira. Foi no entanto agendada uma nova reunião técnica para 15 de maio, que tal como aconteceu esta terça-feira, permitirá avaliar a situação epidemiológica do país nessa altura, antes da segunda eta-

Conselho de Ministros aprova plano de desconfinação na quinta-feira

Já está agendada para 15 de maio uma nova reunião técnica de avaliação

pa de desconfinação prevista para segunda quinzena de maio.

COMO VIGIAR UMA SEGUNDA ONDA? Um dos novos elementos apresentados na reunião desta terça-feira foi um estudo elaborado pela equipa do epidemiologista Manuel Carmo Gomes, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, que analisou diferentes cenários para uma possível segunda onda de covid-19 no país, admitindo que num cenário de levantamento das restrições poderia ocorrer no espaço de dois meses.

O *i* apurou que foram apresentadas diferentes projeções. Uma das conclusões foi no sentido de que atingir um patamar acumulado de 4000 internamentos por covid-19 no decurso de uma futura vaga levaria a maiores dificuldades de resposta e aumento da mortalidade, tendo sido proposto um modelo que permitiria avaliar semana a semana se a evolução nacional da epidemia nacional se encontra abaixo dessa trajetória ou se os internamentos semanais superam o que seria expectável em cada semana após o levantamento das

medidas de restrição, permitindo ajustar medidas.

Esta quarta-feira, o Governo reúne-se com os partidos. No final da reunião, os líderes partidários defenderam a necessidade de uma retoma da atividade com segurança e necessidade de conhecer com mais detalhe os planos do Governo. "É expectável que, com a progressiva saída do confinamento, se produza um aumento do contágio que obriga a que os comportamentos individuais e coletivos assumam ainda uma outra responsabilidade. Compete ao Estado criar todas as condições para apoiar e proteger, mas nada dispensa os comportamentos sociais e coletivos de responsabilidade", apelou o secretário-geral adjunto do PS, José Luís Carneiro. "Queremos que haja um levantamento das medidas o mais célere possível, a bem da economia e do bem-estar social, mas de forma equilibrada, sem comprometer a saúde pública nem todas as conquistas que conseguimos até agora", disse o deputado social-democrata Ricardo Baptista Leite, defendendo o uso de máscaras em locais públicos e falando da necessidade de

manter o distanciamento social e medidas de higiene.

Nos hospitais, está ser preparada também a próxima fase. O secretário de Estado da Saúde António Lacerda Sales sublinhou ontem que o SNS adaptou a capacidade de resposta à epidemia de uma forma flexível e proporcional, admitindo que a necessidade de responder à covid-19 prejudicou a atividade assistencial, que nas próximas semanas deverá começar a ser recuperada. Segundo o *i* apurou, a perspectiva é que a diminuição de casos de covid-19 permita, mantendo circuitos para fazer face aos casos de infeção, devolver camas e recursos humanos para cirurgia programada e remarcar consultas a doentes prioritários, redimensionando as áreas dos hospitais nas últimas semanas dedicadas à epidemia. Nos maiores centros urbanos, as estruturas de resposta fora dos hospitais, como o hospital de campanha que está a funcionar no Palácio de Cristal, no Porto, e o hospital de campanha no Estádio Universitário, em Lisboa, permitirão acolher doentes caso se verifique um aumento inesperado de casos.



“O fim do estado de emergência não é o fim do surto”, disse Marcelo

MAFALDA GOMES

“Contenção”, “equilíbrio” e “responsabilidade”. Os apelos do PR e dos partidos

Marcelo anuncia que estado de emergência acaba no dia 2 de maio, mas “não há facilitismo”. Partidos unidos no apelo à “contenção”.

LUÍS CLARO
luis.claro@online.pt

O estado de emergência, que foi decretado pela primeira no dia 19 de março e renovado duas vezes, “cessará a sua vigência no dia 2 de maio à meia-noite”. A confirmação foi dada Pelo Presidente da República, que não se cansou de apelar à “contenção” para esta nova fase de combate à pandemia. Os partidos políticos também pediram aos portugueses “equilíbrio” e “responsabilidade”.

No final da reunião com especialistas no Infarmed, em Lisboa, Marcelo Rebelo de Sousa disse que “não é possível viver em emergência meses consecutivos”, mas isso não significa que os portugueses possam voltar a ter uma vida

normal. “A terceira fase continua a ser de controlo da situação, não se pode encarar como a normalidade e a estabilização definitiva”. Marcelo alertou que não pode haver “facilitismo”, porque o regresso à normalidade será feito com pequenos passos. “As duas coisas são inseparáveis: a retoma por pequenos passos e a preocupação do controlo permanente da situação. O fim do estado de emergência não é o fim do surto”.

O Governo está a preparar o plano para aliviar as restrições impostas por causa da pandemia. O Presidente da República e o primeiro-ministro não descartam, porém, recuar se o levantamento das restrições vier a revelar-se prejudicial. O deputado socialista José Luís Carneiro explicou que “as medidas de desconfinamento

serão alvo de um acompanhamento quinzenal para verificar se o processo de levantamento gradual das restrições deve continuar, ou se, pelo contrário, importa recuar em relação a algumas das medidas adotadas”. Avisou também que “é expectável que, com a progressiva saída do confinamento, se produza um aumento do contágio que obriga a que os comportamentos individuais e coletivos assumam ainda uma outra responsabilidade”.

O PSD foi ainda mais cauteloso à saída da reunião com os especialistas. Ricardo Batista Leite alertou que Portugal “ainda está a meio da luta” e é necessário que “os portugueses continuem a cumprir, como têm feito”, para “vencer esta batalha”. O deputado e médico não quis

revelar se o PSD apoia o levantamento do estado de emergência. Primeiro quer perceber, na reunião com o Governo, quais são “os mecanismos legais previstos para garantir que o cabal controlo deste surto seja assegurado”.

António Costa recebe hoje os partidos e amanhã vai anunciar como será feito o levantamento das restrições.

Já o líder do CDS, Francisco Rodrigues dos Santos apelou a que seja definido “um plano seguro, claro, que devolva confiança

aos portugueses e que não vá oscilando entre estados de euforia e, por outro lado, com alguns apelos à moderação e à contenção”. Para os centristas, o desconfinamento deve ser feito de forma “gradual, leve e sustentada para não comprometer todos os esforços feitos até agora pelos portugueses”.

À esquerda, Catarina Martins defendeu que “o surto se mantém e continuamos a precisar de medidas de contenção”. O Bloco de Esquerda concorda com a decisão do Presidente da República, mas alerta que “acabando o estado de emergência acabam as restrições que têm a ver com a Constituição da República como restrições à circulação”. O PCP “acompanha a necessidade” de começar a aliviar as restrições. “Mas é preciso garantir as condições de segurança nas empresas e nas escolas”, disse Jorge Pires.

A Iniciativa Liberal também concordou com o levantamento de algumas restrições. O PAN alertou que “deve imperar o bom senso, no sentido de não haver uma retirada abrupta das medidas” aplicadas nas últimas semanas. Por último, André Ventura defendeu que ficou claro na reunião com os especialistas que é necessário “retomar uma certa normalidade progressiva” e que “a economia tem de reabrir”.

Marcelo alerta que fim do estado de emergência não é o regresso à normalidade

Costa recebe hoje os partidos e anuncia amanhã as medidas do Governo



Ir a um restaurante não pode ser transformado “num momento de medo ou de tensão”

O alerta foi dado pela Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo, mas recebe o aplauso de Albino Fernandes, um dos membros da União de Restaurantes de Braga de Apoio à Covid-19, ao considerar que não pode existir “uma caça às bruxas”.

SÓNIA PERES PINTO
sonia.pinto@ionline.pt

“A ida a um restaurante não pode ser transformada num momento de medo ou de tensão”. É desta forma que a Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo (Aphort) reage às várias medidas que têm vindo a ser anunciadas por outras associações do setor e que passam por limitar a capacidade máxima de cada espaço de restauração para metade, garantir pelo menos um metro de distância entre cada mesa, medir a temperatura dos clientes à entrada e o fim dos menus – devendo estar apenas expostos em local visível, evitando-se assim o contacto físico.

É também sugerido o uso obrigatório de máscara e/ou viseira por parte dos trabalhadores do restaurante, que as instalações sejam higienizadas – garantir a limpeza/desinfecção frequente de pontos de alto contacto como mesas e maçanetas, entre outros – e o alargamento do período do almoço e do jantar, ficando os espaços de restauração obrigados à marcação prévia de mesa, de modo a assegurar que não haja aglomerados de clientes. “É importante o setor continuar a cumprir com a sua missão de proporcionar às pessoas uma experiência agradável, de descontração e bem-estar. É nossa obrigação fazer com que os clientes se sintam acolhidos e protegidos nos nossos estabelecimen-

tos de uma forma positiva”, revela a associação, em comunicado.

A Aphort defende a implementação de medidas de proteção exequíveis e proporcionais e aconselha os empresários a não tomarem decisões precipitadas. “Muitas das medidas que têm vindo a público vão exigir a criação de legislação clara e inequívoca por parte do Governo, como é o caso da proposta da recolha da temperatura corporal dos clientes. Este será um processo complexo e que dificilmente terá uma aplicação imediata, pelo que aconselhamos os empresários a não se precipitarem e a não incorrerem, para já, em investimentos avultados em torno de medidas que não foram ainda dadas como certas”, diz Rodrigo Pinto Barros, presidente da entidade. E o responsável vai mais longe: “Sem essa legislação, os empresários podem inclusivamente ficar sujeitos ao pagamento de coimas avultadas, uma vez que está em causa a violação do Regulamento Geral de Proteção de Dados”, acrescenta.

A opinião vai ao encontro da de Albino Fernandes, um dos membros da União de Restaurantes de Braga de Apoio à Covid-19 – que representa 132 restaurantes e cerca de 1341 trabalhadores da região – e também dono do espaço Colinatrum Café, que defende que “os clientes não podem ir a um restaurante como se fossem a um hospital”. E, como tal, advoga



que devem ser proporcionadas condições para que os portugueses possam usufruir desses espaços. “A maioria das medidas que têm vindo a ser apresentadas não são praticáveis”, defende ao *i*. E dá como exemplo a medição da temperatura dos clientes à porta. “Ter um trabalhador de um restaurante à porta para medir a temperatura é surreal. Além de não lhe competir fazer o trabalho das autoridades de saúde, é quase transformar um restaurante numa cantina”.

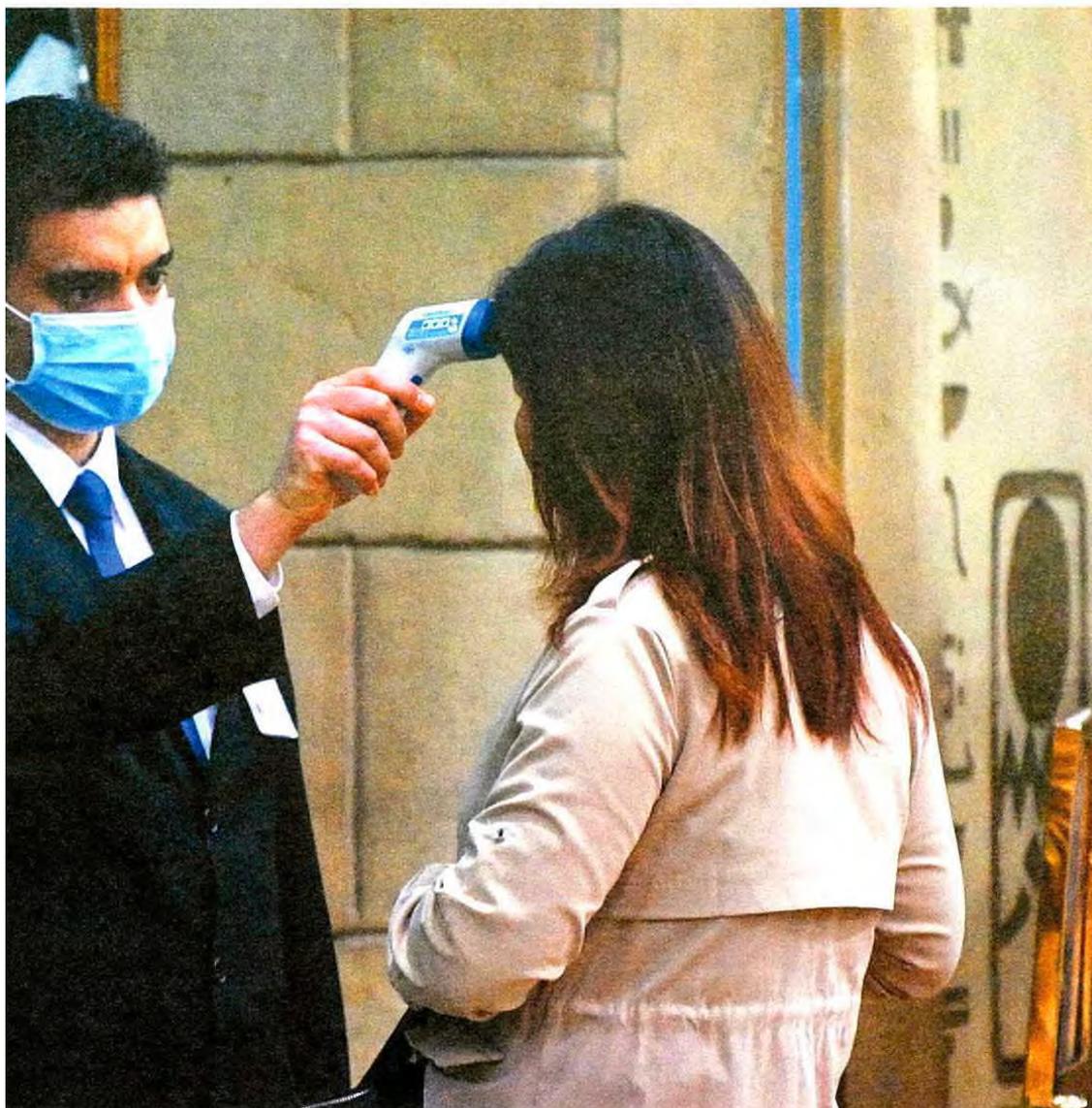
Também no entender da Aphort, as medidas que estão em cima da mesa de discussão devem ser analisadas e apreciadas de forma ponderada: “É fundamental avaliar se aquilo que está a ser proposto é, efetivamente, exequível e acessível a

todos os estabelecimentos, não só em termos de aplicação prática, mas também no que diz respeito aos custos implicados na sua execução”. E lembra que “a restauração sempre se preocupou com a limpeza e o asseio dos estabelecimentos e com o cumprimento de boas práticas por parte dos colaboradores, pelo que o setor irá ser capaz de continuar a fazê-lo, com as adaptações necessárias e através da adoção de novas medidas, desde que estas sejam proporcionais e adequadas”.

O mesmo pensa Albino Fernandes. “Usar máscaras, viseiras e higienizar o espaço não sei quantas vezes mais parece uma caça às bruxas. Não é de todo praticável”, diz ao *i*. E o dono do espaço Colinatrum Café, de Braga, lembra que essas



RESTAURAÇÃO



Recolha da temperatura corporal dos clientes continua a levantar críticas junto dos empresários. Agora, uma das associações do setor diz que se trata “de um processo complexo e que dificilmente terá uma aplicação imediata”

ANTHONY WALLACE/APP

“Clientes não podem ir a um restaurante como se fossem a um hospital”, diz Albino Fernandes

Empresários do setor continuam a achar que medidas sugeridas não são praticáveis

regras não são provavelmente exigidas a determinados setores que vão abrir já a 4 de maio. “Uma loja de roupa ou um *stand* que vão abrir nessa altura vão ter clientes que vão experimentar os seus produtos. O que acontece se não os comprarem? Vão ser higienizados? Ninguém sabe se tossiram ou espirraram sobre eles”, salienta.

Face a essas exigências, o responsável acredita que mais de 90% dos espaços não vão abrir. “Acredito que, nas grandes cidades, a maioria dos estabelecimentos não têm condições para abrir face às condições que poderão ser exigidas”, garante ao *i*. Para fazer face aos entraves, a União de Restaurantes de Braga de Apoio à Covid-19 sugere que sejam afixadas regras para as medidas de higiene e

utilização implementadas com o objetivo de gerar maior confiança no cliente, ao mesmo tempo que à entrada deverá ser disponibilizado um tapete desinfetante bactericida. Já os menus deverão ser de utilização única e descartáveis e/ou afixados e visíveis para todos os clientes. Em alternativa, poderão ser usados menus digitais desinfetados entre utilizações, revela o manual de procedimentos a que o *i* teve acesso.

No caso dos trabalhadores de cozinha é indicada a utilização de máscara durante todo o período de trabalho, assim como a utilização de calçado específico. No caso dos trabalhadores de sala é obrigatória, também durante todo o período de trabalho, a utilização de máscara e viseira.

Este manual de conduta diz igualmente que, no caso dos clientes, nas zonas de circulação comuns, estes deverão utilizar uma máscara descartável ou comunitária/social, que poderá ser facultada pelo restaurante. Além disso, deverão evitar ao máximo a circulação nas zonas comuns e o acesso à casa de banho deverá ser feito de forma a evitar fila.

Recorde-se que a União de Restaurantes de Braga de Apoio à Covid-19 apresentou sete medidas para salvar 1341 empregos na região, tal como o *i* avançou, mas, até à data, não obteve qualquer resposta. Uma delas diz respeito ao *layoff*: é pedido ao Estado que pague diretamente ao trabalhador 100% do seu salário, contrariando o que está em cima da mesa. “O Estado obri-

ga a empresa a pagar 66% e devolve (não sabendo quando) 70% desta parte, isto é, o Governo está a atirar areia para os nossos olhos. Este nosso pedido tem como base o princípio da igualdade, uma vez que a função pública recebe a 100%, ficando quietinha em casa e maioritariamente com salários muito acima do setor privado”, contesta o manifesto, a que o *i* teve acesso.

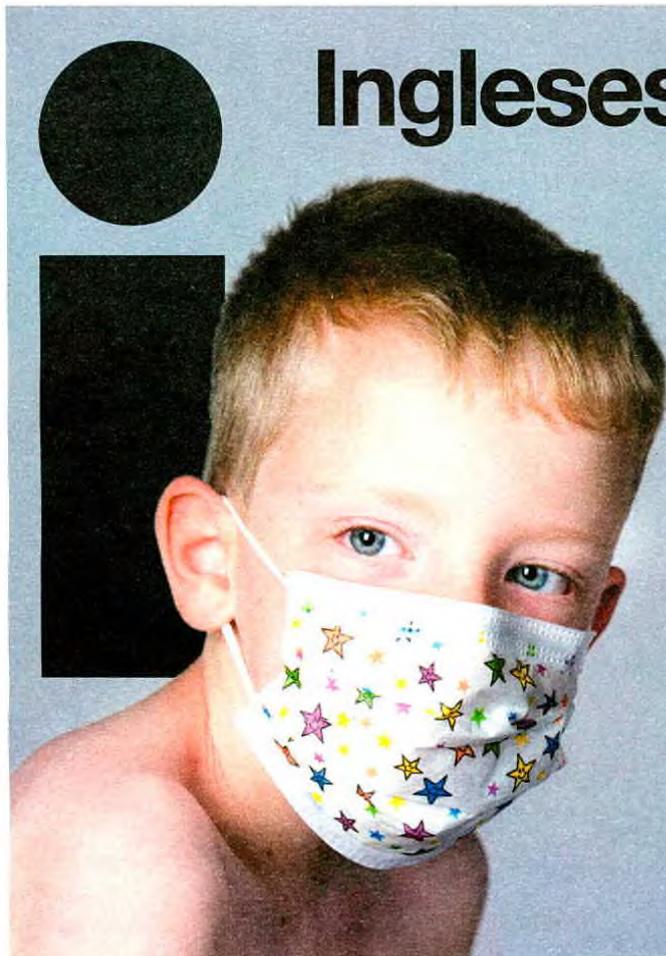
Outra crítica diz respeito às medidas aprovadas em relação aos sócios-gerentes. “O número de empresas [com um trabalhador e sócio-gerente] da restauração nestas circunstâncias é muito baixo, é inferior a 10% das empresas em Portugal. Também não se entende o valor de 60 mil euros de faturação, que representa uma faturação média de 10 pratos do dia (almoço e jantar) num restaurante. É muito baixa, ou seja, é uma medida com impacto insignificante para o setor”. E acrescenta que “na restauração, mais do que noutras atividades, o sócio-gerente é um trabalhador ativo, muitas vezes com o agregado familiar dependente desta atividade”.

Além disso, defendeu que fossem suspensas as contribuições para a Segurança Social e IRS até que termine o período de estado de emergência, a isenção total de taxas e impostos das faturas de água, luz e gás e a suspensão sem penalização dos contratos de comunicações. E deu como exemplo os canais desportivos. **Página 19**



inevitável

TESTES EM MACACOS DÃO ESPERANÇA DE EXISTIR VACINA JÁ EM SETEMBRO // PÁG. 32



Inglêses preocupados com efeitos da covid-19 nas crianças

Risco de coronavírus é maior nos casos de síndrome de Kawasaki

Portugueses atentos à informação. “Sabemos que existem quadros clínicos menos típicos mas, de um modo geral, a infeção não tem um impacto grave na população pediátrica”, diz presidente do colégio de pediatria da Ordem dos Médicos

// PÁGS. 4-5

Tripulantes do cruzeiro atracado em Lisboa esperam voltar a casa amanhã

// PÁG. 8

Futebol só regressa com luz verde das autoridades de saúde

// PÁG. 32

Suécia e Nova Zelândia. Combater a covid-19 com regras opostas

// PÁG. 14

Pandemia vai travar créditos à habitação e baixar preços das casas

// PÁGS. 16-19

CNN diz que China usa câmaras para vigiar respeito pela quarentena

// PÁG. 15

Levantamento do estado de emergência

“Clientes não podem ir a um restaurante como se fossem a um hospital”

Reunião de peritos e de altas figuras do Estado concluiu que regresso à normalidade vai ser faseado e demorado

Cenário de reabertura por regiões não foi discutido // PÁGS. 10-11





29-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 7

Cores: Preto e Branco

Área: 4,27 x 27,26 cm²

Corte: 1 de 1



Conferências

PS debate impactos da pandemia

REFLEXÃO

O PS vai promover uma reflexão sobre os impactos da pandemia na sociedade portuguesa e as políticas adequadas para responder à crise económica e social. As conferências serão transmitidas no facebook do PS e contam com a participação do ex-ministro Paulo Pedroso, que saiu recentemente do partido, o economista Ricardo Pais Mamede e o antigo eurodeputado do PS Francisco Assis.

PAULO PEDROSO

"VOLTA" AO PS

"A primeira conferência online, no dia 1 de maio, às 18h30, irá debater o futuro dos direitos sociais e contará com a participação de Paulo Pedroso e Carlos Farinha Ramos, sob a moderação de Susana Ramos", diz uma nota do Partido Socialista. Paulo Pedroso, que foi ministro da Segurança Social num Governo liderado por António Guterres, revelou no início do ano que deixou de ser militante do PS.

ASSIS FALA DA EUROPA

No dia 8 de maio, Pedro Adão e Silva e Sara Falcão vão debater as medidas para ultrapassar a crise no emprego. Francisco Assis participa na conferência sobre a resposta da União Europeia à pandemia com Ricardo Pais Mamede, no dia 22 de maio. A última conferência é sobre o futuro da democracia no mundo com Filipe Nunes e Tiago Fernandes.

SNS só aguenta até quatro mil internados ao longo de dois meses

Fim do estado de emergência, no sábado, levanta dúvida sobre restrições à saída de casa

Epidemiologistas admitem pressão social e económica para reabrir país e pedem cautela

Alexandra Figueira
afigueira@jn.pt

CALAMIDADE Marcelo Rebelo de Sousa já o tinha deixado antever e ontem confirmou. Portugal sairá do estado de emergência no sábado, o que deixa uma nova questão na mesa do Governo: com a reabertura gradual da economia, e sem o respaldo do Parlamento, como manter os portugueses em casa, para evitar um descontrolo da Covid-19? Os epidemiologistas que ontem aconselharam o presidente da República, Governo e partidos na sessão do Infarmed deixaram um indicador concreto. O Serviço Nacional de Saúde (SNS) só aguenta até quatro mil internamentos, em dois meses.

O cálculo permite tomar o pulso ao expectável aumento da propagação da Covid-19, à medida que o confinamento for sendo levantado. O JN apurou que o estudo, do professor de Epidemiologia da Faculdade de Ciências de Lisboa Manuel Carmo Gomes, tem um teto indicativo, acumulado ao longo de dois meses, de quatro mil internamentos. E define limites semanais, que servirão de indicador do ritmo de aumento das infeções. Se os limites parcelares forem ultrapassados, corre-se o risco de esgotar a capacidade de resposta do SNS. Nesse caso, recomenda-se um passo atrás na reabertura.

O próprio primeiro-ministro, António Costa, tem admitido a possibilidade de voltar atrás em medidas de reabertura, se a propagação da doença ultrapassar certos limites - ainda não tornados públicos. Que as infeções vão aumentar a partir de segunda-feira, quando reabrir o comércio local, é um dado adquirido.

Portugal deverá avançar para a reabertura a partir de uma situação menos favorável do que outros países que já estão nesse caminho. Noruega, Dinamarca ou República Checa aligeiraram as

restrições com uma taxa de transmissão da doença próxima do R 0,9 (ler ao lado). Portugal está com uma média de 1,04. Vários médicos especialistas têm indicado como ideal um indicador de 0,7.

Ontem, porém, os peritos salientaram outros fatores a ter em conta, como a morbilidade, a mortalidade e os internamentos, bem como a pressão económica e social para a reabertura do país.

MARCELO ALERTA PARA DESGASTE

Apesar dos riscos para a saúde pública, o estado de emergência terminará no sábado para não se tornar "banalizável, depreciável, convidando ao desrespeito", disse Marcelo Rebelo de Sousa, após a reunião, esperando que "não seja necessário, no futuro, recorrer de novo" a esta figura. O presidente da República alertou o Governo para que "pequenos passos" de abertura têm que ser acompanhados de um controlo da evolução da doença. "As duas são inseparáveis".

Para esse controlo, pode ser fulcral a manutenção de limites às deslocações. Agora, a ordem para ficar em casa tem o respaldo do estado de emergência, decretado pelo presidente da República e aprovado pelo Parlamento. Ainda assim, um relatório da Administração Interna mostra que os portugueses saíram mais de casa entre 3 e 17 de abril do que na semana anterior. Mas o estado de emergência acaba dia 2. Questionado sobre os poderes que uma eventual declaração da situação de calamidade dará ao Governo, Marcelo não opinou: "É prematuro comentar o epílogo deste processo".

A reserva do presidente, que tem respaldado o Governo, possui uma leitura possível: foi antes de ouvir o chefe do Estado e os peritos que o Governo traçou planos para reabrir o país. Aliás, na reunião de ontem, e ao contrário das restantes, Marcelo não fez qualquer pergunta. A próxima reunião é dia 14. ●



Cronologia dos próximos dias para saída gradual do confinamento

30

de abril

Depois da sessão de ontem com especialistas, o primeiro-ministro recebe a partir das 14.30 horas os partidos políticos para conhecer as posições de cada um acerca do período pós-estado de emergência. Amanhã, o Conselho de Ministros fixa o calendário da reabertura da economia.

04

de maio

É o dia em que a economia deverá começar a abrir, com mudanças a cada 15 dias. Começa pelo pequeno comércio, embora com restrições. Costa promete monitorizar os impactos e, mediante os resultados, no fim de maio decidirá sobre o alargamento da medida ao grande comércio.



“O PSD aguarda do Governo os mecanismos legais para garantir o cabal controlo do surto. Ainda estamos a meio da luta”

Ricardo Baptista Leite
Deputado do PSD

“Esse tipo de restrições [à circulação] exige decreto e votação no Parlamento. As questões constitucionais nunca são de somenos”

Catarina Martins
Líder do Bloco de Esquerda

“O estado de emergência ou o estatuto de calamidade, no essencial, serve para pressionar, para meter medo às pessoas”

Jerónimo de Sousa
Secretário-geral do PCP

“Não deixamos de ter uma emergência no Estado. Obriga o Governo a manter medidas de saúde pública e apoio a empresas e trabalhadores”

Francisco R. Santos
Presidente do CDS

“Estamos preocupados com a passagem para a situação de calamidade. Constitucionalistas alertam que não responde à limitação de liberdades”

Inês Sousa Real
Líder parlamentar do PAN



MÁRIO CRUZ LISI

P&R

Sábado acaba o estado de emergência. O que vai mudar na vida das pessoas?

Significa que o Governo deixa de ter base legal para restringir um conjunto de direitos, liberdades e garantias protegidos pela Constituição. Entre eles está o direito à livre circulação das pessoas, mas também à iniciativa económica privada ou à greve.

Se a liberdade de circulação não será limitada, posso ir passar o fim de semana fora?

António Costa já disse que não, tal como aconteceu na Páscoa. Mas falta saber se a lei lhe dá o direito de impedir as pessoas de sair do concelho onde vivem. Até à meia-noite de sábado, vigora o estado de emergência, pelo que pode ser detido pela polícia pelo crime de desobediência ou mandado de volta para casa. Mas não no domingo, explicou ao JN Duarte Caldeira, especialista em proteção civil. O primeiro-ministro já admitiu, em alternativa, decretar a situação de calamidade, ao abrigo da Lei de Bases da Proteção Civil. Vários constitucionalistas têm avisado que esta lei não pode limitar direitos, liberdades e garantias previstas na Constituição.

A situação de calamidade substitui o estado de emergência?

Não. O estado de emergência vem na Constituição, é decretado pelo presidente da República e aprovado pelo Parlamento. A situação de calamidade, prevista na Lei de Bases da Proteção Civil, é decretada pelo Conselho de Ministros – não tem a mesma força. Exemplo: no estado de emergência, a polícia pode deter quem sair de casa sem razão válida, pelo crime de desobediência; na calamidade, este crime não está previsto; as pessoas só podem ter que pagar uma coima, por exemplo.

Se houver surtos fortes, o que pode ser feito?

A situação de calamidade aplica-se a situações limitadas no tempo e na geografia e prevê cercas sanitárias. Costa lembrou que, por exemplo, a de Ovar foi decretada ainda antes do estado de emergência.

Pela primeira vez nestas sessões com peritos no Infarmed, o presidente da República não fez ontem perguntas

O que é o R zero (R0) e para que serve?

Médicos defendem que valor ideal seria próximo do R0,7 mas país está em 1,04

INDICADOR Número básico de reprodução, o R zero (R0) tem sido um dos indicadores mais vezes citados pelos médicos para indicar quantas pessoas serão infetadas, em média, por um único doente com Covid-19. Quanto mais alto for, mais rápida é a propagação da doença pela comunidade.

Os peritos ontem ouvidos indicaram que a região de Lisboa e Vale do Tejo tem um R1,18, neste momento. Quer dizer que cada grupo de dez infetados irá transmitir o vírus a quase doze pessoas. No Norte, o valor é de 1,01. O mais baixo do país é 0,96. Feitas as contas à média nacional, chega-se a um R1,04 – ou seja, cada grupo de 20 infetados vai contagiar 21 pessoas.

OBJETIVO: ABAIXO DE 1

A média nacional está a ser, todavia, desvalorizada pelos especialistas, apurou o JN. Argumentam que foram acontecimentos recentes em Lisboa que fizeram subir este indicador, que já esteve abaixo de 1. Em concreto, referem-se aos hostéis onde estavam alojados migrantes e alguns lares. Mas no caso da região Norte, o R mantém-se acima de 1 – e é na-



LEONARDO NEGREI/CORBIS IMAGES

Uso de máscaras fora de casa é essencial

tural que seja ainda superior em torno das cidades de Porto, Braga e Aveiro.

Enquanto cada infetado der origem a mais do que uma infeção (quando o R é superior a 1), a doença continuará a propagar-se pela comunidade. É como se a Covid-19 se alimentasse a si própria. É por isso que os médicos têm insistido na necessidade de manter medidas de distanciamento social, confinamento ou proteção pessoal, até que o R desça abaixo do limiar epidémico de 1 e, de preferência, se nivele nos 0,7 ou 0,8.

O Plano Nacional de Preparação e Resposta à Covid-19 da Direção-Geral de Saúde (DGS) indica que um R superior a 1 significa que “existe a possibilidade de disseminação da infeção”. Mas se for inferior a 1, a doença “é incapaz de se manter na população”. Quando isso suceder, é ex-

pectável que a disseminação do vírus vá perdendo força, até se extinguir por si.

E O QUE É O RE?

O mesmo plano define o R0 como o “número médio de casos secundários de infeção originados a partir de um caso primário”, quando o vírus é “introduzido numa população que consiste somente de indivíduos suscetíveis”, que nunca estiveram expostos à doença, como é o caso da Covid-19.

Mas a DGS acrescenta um outro indicador, muito menos falado, mas igualmente importante: o Re, ou o número efetivo de reprodução. Este indicador também se refere à média de infeções que cada doente provoca, mas tem como base de partida uma população que já estava exposta ao vírus. Ou seja, leva em linha de conta as medidas postas em prática para travar a disseminação. ●A.R.



Bastam 900 eleitores para reverter fusão de freguesias

Nos territórios do Interior 300 são suficientes, segundo nova proposta do Executivo P. 20



Cadeias Guarda prefere estar preso e ganhar salário P. 23

Gondomar Vales das pensões deste mês por entregar P. 28

Braga Investidos 3,8 milhões em passeios e passeadeiras P. 26

Brasil Denúncias de Moro sobre Bolsonaro investigadas P. 31



TRÊS GRANDES QUEREM REGRESSO DO FUTEBOL

Governo admite conclusão da Liga. Regras serão apertadas

Tamanho de ficheiro informático é razão para ficar sem apoio ao lay-off

Milhares de candidaturas pelo caminho

Turismo Setor animado pelas reservas de férias no verão

Internamentos SNS só aguenta até quatro mil em dois meses

Vacina Ingleses acreditam que chegará em setembro

MÁSCARAS SOCIAIS COM CERTIFICADOS FALSOS VENDIDAS POR DEZENAS DE EMPRESAS

Têxtil Usam nome do Citeve e prometem 100 lavagens, mas modelos patenteados não dão para mais de cinco **Ovar** Drones vigiam cidade P. 4 a 19

BALANÇO 948 MORTOS 24 322 INFETADOS 1389 CURADOS

PUBLICIDADE

MANTENHA-SE INFORMADO SEM SAIR DE CASA. CONTACTOS NO INTERIOR



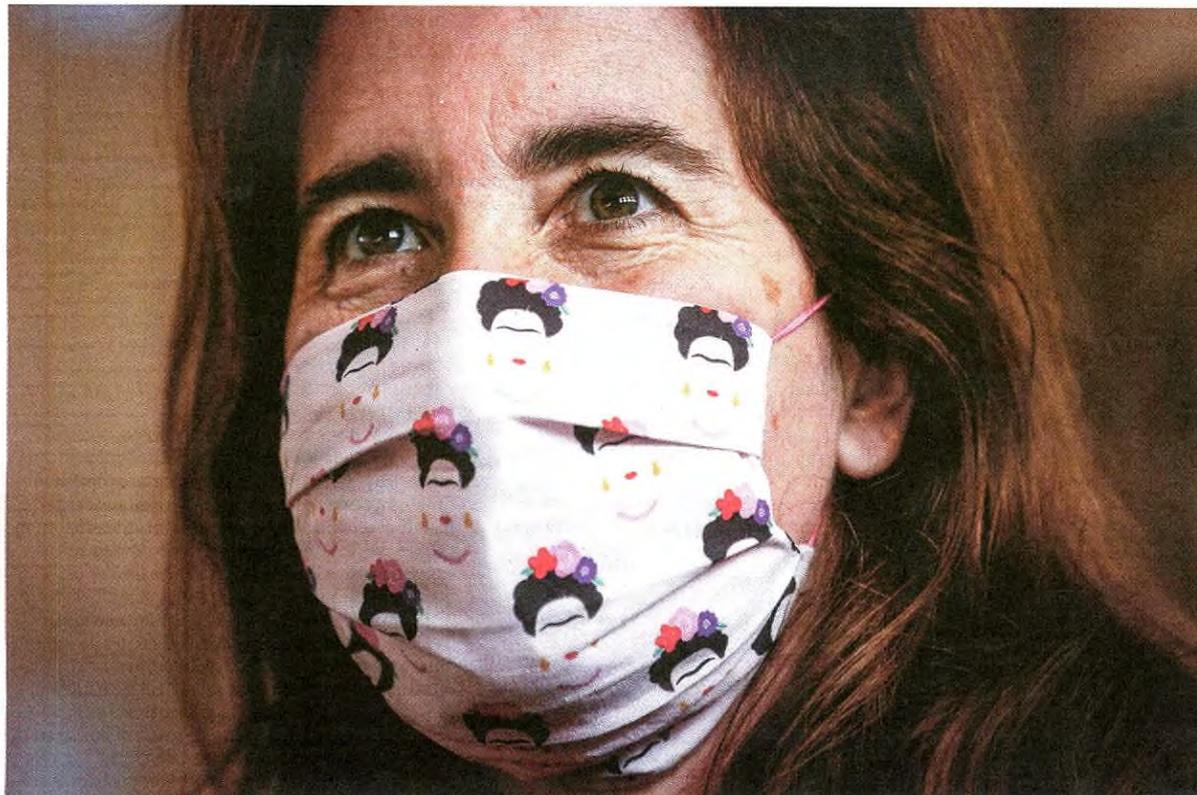
NESTES DIAS, LEVAMOS-LHE AS NOTÍCIAS À PORTA!

ASSINE O JORNAL DE NOTÍCIAS



BE propõe corte nas mensalidades proporcional ao dos rendimentos

CRECHES O BE defende uma redução nas mensalidades proporcional à perda de rendimentos para os agregados que tenham sofrido cortes de pelo menos 20% desde o início da pandemia. Num projeto de resolução entregue ontem, é recomendado ao Governo que nenhuma criança seja excluída das creches por falta de pagamento. A inexistência de uma rede pública, defendem, dificulta a aprovação de regras universais e torna as famílias “réfens do pagamento de um serviço que não é prestado” para manterem a vaga.



RODRIGO ANTUNES/ISTOCK

Ana Mendes Godinho, ministra do Trabalho, fez novo balanço dos pedidos de lay-off, explicando motivos das reprovações

Zipar ficheiros é essencial para autorizar lay-off

Falta de IBAN e de certificação por contabilista foram outros dos motivos para que quase 38% reprovassem

Pedro Araújo
paraaujo@jn.pt

EMPRESAS Zipar dois ficheiros de candidatura ao lay-off simplificado é um requisito, entre outros, exigido agora por vários funcionários e centros distritais da Segurança Social. As empresas estão a deparar-se com múltiplos obstáculos, sendo que só foram aprovados 61,7% dos 62 341 pedidos de adesão que foram submetidos até ao início de abril. O chumbo de quase 38% tem vários motivos, nomeadamente a falta de um IBAN.

As empresas têm de enviar um modelo de requerimento em formato PDF e a lista-

gem dos trabalhadores abarcados pelo lay-off em Excel. "A informação que tínhamos era no sentido de enviarmos os dois ficheiros separados. Mais tarde, surgiram instruções no sentido de serem zipados num só ficheiro. No entanto, houve empresas que enviaram em separado e o pedido foi aceite. Noutros casos, não. Há ainda quem envie os ficheiros zipados e, ainda assim, surgem problemas. Isso depende do funcionário ou centro distrital da Segurança Social", explica Paula Franco, bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC).

E quais são os outros mo-

tivos que estarão a causar atrasos e a não aprovação de candidaturas? Segundo os dados do Ministério do Trabalho, ontem apresentados, 15,1% dos pedidos (9458) foram indeferidos por vários motivos, entre eles porque as empresas não tinham a sua situação contributiva regularizada ou não tinham certificação do contabilista ou por não cumprirem as regras da data de início do apoio.

Foram ainda rejeitados 3,1% dos pedidos (1946) por estarem incorretamente instruídos ou por faltar a indicação do IBAN. "Em muitos casos, os IBAN estavam inseridos e a Segurança So-

INQUÉRITO

Volume de negócios caiu na maioria

A maioria das empresas portuguesas registou quebras no volume de negócios devido à epidemia, com 39% a sofrer descidas superiores a 50% nas suas receitas, e o recurso ao lay-off aumentou. Esta é uma das conclusões do "Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas - Covid-19" realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas e pelo Banco de Portugal relativo à semana de 20 a 24 de abril de 2020. "A percentagem de empresas respondentes que assinalaram diminuições do volume de negócios e do pessoal ao serviço efetivamente a trabalhar manteve-se elevada [80% e 59%, respetivamente]."

ELISABETE TAVARES

cial cometeu erros nessa matéria", garante Paula Franco.

De qualquer forma, segundo o gabinete da ministra Ana Mendes Godinho, a Segurança Social vai pagar até ao dia 5 de maio as compensações relativas ao lay-off simplificado a 70 mil empresas, que abrangem cerca de 600 mil pessoas, num total de 216 milhões de euros. Já os pedidos que entraram na Segurança Social no decorrer do mês de abril serão pagos até 15 de maio, disse a ministra. Há mais de 95 mil empresas com requerimentos entrados até dia 27.

NOVO BANCO

As dificuldades e queixas das empresas não deixaram indiferente a Banca. O Novo Banco criou a Linha NB Empresas - Antecipação Fundos Lay-Off. Consiste numa facilidade de crédito, no valor dos montantes de apoio solicitados à Segurança Social, sendo o prazo máximo de 90 dias e as utilizações feitas em períodos de 30 dias, consoante as necessidades das empresas para pagamento dos salários dos seus colaboradores. ●

P&R

O que é o lay-off simplificado?

É um apoio financeiro extraordinário atribuído à empresa, por trabalhador, destinado exclusivamente ao pagamento de remunerações, durante períodos de redução temporária de horários de trabalho ou suspensão dos contratos de trabalho. Para já, tem a duração máxima de três meses, embora o Governo admita vir a prolongá-lo.

Qual é o valor do apoio?

A entidade empregadora tem direito a um apoio da segurança social no valor de 70% de 2/3 da retribuição normal líquida de cada trabalhador abrangido, até ao limite de 1333,5 euros por trabalhador, para apoiar o pagamento dos salários. Num salário bruto de 1000 euros, o trabalhador em "suspensão" recebe 666,67 euros, 200 dos quais pagos pelo empregador. O resto é por conta da Segurança Social.

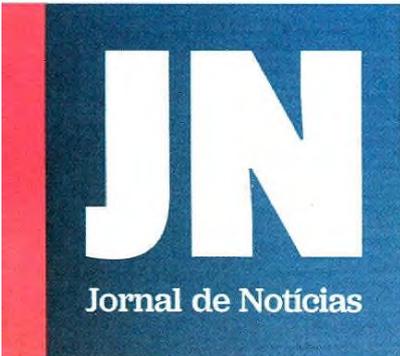
Como é possível obter o apoio?

A empresa tem de ir ao site da Segurança Social Direta e submeter requerimento em formulário próprio, com certidão do contabilista certificado sobre paragem total ou quebra de faturação superior a 40% e lista nominativa dos trabalhadores abrangidos.



jn.pt Diário. Ano 132. N.º 333. Preço: 1,20€ Quarta-feira 29 de abril de 2020

Diretor Domingos de Andrade / Diretores-adjuntos Inês Cardoso, Manuel Molinos e Pedro Ivo Carvalho / Diretor de Arte Pedro Pimentel



Bastam 900 eleitores para reverter fusão de freguesias

Nos territórios do Interior 300 são suficientes, segundo nova proposta do Executivo **P. 20**



Cadeias Guarda prefere estar preso e ganhar salário **P. 23**

Gondomar Vales das pensões deste mês por entregar **P. 28**

Braga Investidos 3,8 milhões em passeios e passeadeiras **P. 26**

Brasil Denúncias de Moro sobre Bolsonaro investigadas **P. 31**



TRÊS GRANDES QUEREM REGRESSO DO FUTEBOL

Governo admite conclusão da Liga. Regras serão apertadas

Tamanho de ficheiro informático é razão para ficar sem apoio ao lay-off

Milhares de candidaturas pelo caminho

Turismo Setor animado pelas reservas de férias no verão

Internamentos SNS só aguenta até quatro mil em dois meses

Vacina Ingleses acreditam que chegará em setembro

MÁSCARAS SOCIAIS COM CERTIFICADOS FALSOS VENDIDAS POR DEZENAS DE EMPRESAS

Têxtil Usam nome do Citeve e prometem 100 lavagens, mas modelos patenteados não dão para mais de cinco **Ovar** Drones vigiam cidade **P. 4 a 19**

BALANÇO 948 MORTOS 24 322 INFETADOS 1389 CURADOS

PUBLICIDADE

MANTENHA-SE INFORMADO SEM SAIR DE CASA. CONTACTOS NO INTERIOR



NESTES DIAS, LEVAMOS-LHE AS NOTÍCIAS À PORTA!

ASSINE O JORNAL DE NOTÍCIAS



Tráfego nas estradas regista descida de 80% durante a pandemia

Companhias exortadas a baixar seguros dos carros

Estado de emergência reduz risco. Personalidades pedem ação do Governo para baixa de prémios: “no mínimo, 10%”

Almiro Ferreira
almiro.g.ferreira@jn.pt

CARTA Juristas, professores, empresários e líderes associativos solicitam ao Governo que, no âmbito do estado de emergência, interceda pela redução dos seguros do ramo automóvel, uma vez que a diminuição do tráfego nas estradas portuguesas é acompanhada pela correspondente baixa da sinistralidade. Os signatários da carta enviada ao Ministério da Economia e da Transição Digital e ao Ministério das Finanças pedem que, “no mínimo dos mínimos”, a redução dos prémios anuais deve ser de 10%.

Subscrita por várias personalidades – entre outros, Mário Frota (presidente da Associação Portuguesa de Direito do Consumo), Paulo de Moraes (professor universitário), Eduardo Cintra Torres (professor universitário), Henri-

que Neto (empresário) e Rui Torres (presidente da Associação de Consumidores de Portugal) – a carta observa “uma diminuição inequívoca e duradoura do risco” e que, nesse requisito da Lei do Contrato de Seguro, o segurador deve refleti-la no prémio do contrato.

No mesmo documento, lê-se que o prémio deve “ser reduzido em função da redução do tráfego (estimada em 80%) e do período da duração do estado de emergência de 45 dias (aproximadamente 12% da duração do ano)”. [...] “Independentemente de cálculos mais detalhados, afigura-se-nos, como mínimo dos mínimos, a redução dos prémios anuais em 10%”.

Sublinhando que a medida “não deve ser deixada ao critério das seguradoras e sim definida pelo Governo”, os signatários solicitam, ainda, “uma moratória decretada em termos razoáveis”. ●



Misericórdias não querem lares vistos como “locais para condenados à morte”

Santas casas exigem que comparação do número de óbitos por Covid-19 tenha em conta o universo de utentes e não o total de baixas a nível nacional



Relatório do Governo aponta escassez de funcionários para prestar apoio aos idosos

Eduardo Pinto
locais@jn.pt

CARTA ABERTA A União das Misericórdias Portuguesas (UMP) exige que as autoridades de saúde deixem de anunciar o número de utentes de lares mortos por Covid-19 em comparação com o total de óbitos. Porque desta forma as percentagens são elevadas e dão a ideia de que aquelas instituições são “locais para condenados à morte”.

A 23 de abril, a diretora-geral da Saúde, Graça Freitas, anunciou que das 820 mortes por Covid-19, registadas até aquele dia, 327 (39,87%) ocorreram em lares de idosos. Por considerar que esta forma de apresentar os números é “um dano reputacional”, Manuel Lemos, presidente da UMP, esclareceu, numa carta aberta enviada aos provedores das misericórdias, que, até 16 de abril, dos 35 mil utentes dos 670 lares e unidades de cuidados continuados geridos por santas casas, morreram 63, o que

dá 0,18%. “Os provedores estão todos muito indignados por aquilo que eles consideram ser uma agressão ao setor social e solidário”, disse ao JN frisando que “a comparação está mal feita” por “meter tudo no mesmo cesto”. Dá o exemplo dos espanhóis, italianos e franceses, que “fazem a leitura dos idosos que faleceram em função do seu universo e não em função do total das mortes”.

Manuel Lemos sublinha que “os velhinhos não são burros” e olhando para os números como são apresentados “ficam a pensar que ‘se já está em quase 40%, se calhar eu sou o próximo’”. “Aquela forma de comunicar tem de acabar. Não pode ser assim”, exige.

Manuel Lemos conversou sobre este assunto com o padre Lino Maia, presidente da Confederação Nacional de Instituições Sociais, que terá demonstrado interesse em fazer um estudo semelhante.

A UMP pediu aos provedores que enviem semanal-

mente dados dos lares que tutelam sobre a situação relativa à pandemia. Manuel Lemos destaca que “vão ser decisivos para poder construir o futuro”, com “participações justas, sustentabilidade apoiada no rigor, diálogo constante e parceria total”.

MAIS UM ÓBITO

Entretanto, o Governo divulgou ontem um relatório em que adianta que a Estrutura de Monitorização do Estado de Emergência apontou “a escassez de recursos humanos para prestar apoio aos utentes” de lares de idosos como um problema atual. Até porque “um significativo número de funcionários dessas instituições está infetado ou doente”.

O Lar do Comércio de Matosinhos, somou ontem mais uma morte por Covid-19, de acordo com fonte da Unidade de Saúde Local citada pela Lusa. Já serão oito. Também revelou que o “número de infetados subiu de 85 para 90”.

TESTES

Porto

Nos 73 lares rastreados pela Câmara do Porto, 29 utentes e 38 funcionários deram positivo para a Covid-19, sendo que há um caso em “investigação” e que terá de repetir o teste.

Barcelos

Mais de 700 profissionais de lares de Barcelos já foram testados, de um total de quase 750. Os exames devem terminar hoje. Depois serão avaliados os utentes. Até ao momento, o único lar do concelho com casos confirmados de Covid-19 é o Centro de Apoio e Solidariedade da Pousa.

Vila Real

A Unidade Móvel de Saúde de Vila Real começou ontem um programa de rastreio à Covid-19 a 570 funcionários das Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho. Na semana passada testou 271 utentes e todos deram negativo.

Loures

Seiscentos funcionários de 25 lares do concelho de Loures começaram a ser testados à Covid-19, na sequência do plano conjunto dos municípios que integram a Área Metropolitana de Lisboa. O plano tem, para já, uma duração prevista de 10 dias úteis, para uma estimativa de 8000 funcionários.



À procura de soluções na área dos espetáculos

António Costa ouviu as preocupações dos promotores de festivais de música



RICARDO ROCHA CRUZ/GLOBAL IMAGES

Já foram adiados e cancelados vários festivais

CULTURA Angústias, preocupações e incertezas. Foi com estes sentimentos na cabeça que os promotores de espetáculos debateram, ontem, com o Governo, o futuro da atividade cultural em Portugal. À noite, o primeiro-ministro António Costa anunciou no Twitter que todos “vão trabalhar em conjunto na busca de soluções que minimizem os impactos da crise provocada pela Covid-19 no setor”.

Da reunião, que contou ainda com as ministras da Saúde, Marta Temido, e da Cultura, Graça Fonseca, e também do ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, saiu a garantia de que os eventos só “vão acontecer quando for permitido”. Mesmo assim, num cenário que não se vislumbra favorável, Graça Fonseca admitiu a hipótese de rever as medidas aprovadas para tentar proteger e salvaguardar espetáculos culturais agendados, mas não realizados. “Este é um diálogo que já vem do passado. O Governo aprovou há semanas medidas relativamente ao reagendamento e cancelamento de espetáculos. É uma frente que vamos retomar, reavaliando se o diploma que foi aprovado deve ou não ser adaptado à nova realidade”.

Mesmo sem respostas concretas, e com 27 mil espetáculos adiados ou cancelados,

tal como referiu Álvaro Covões, presidente da Associação Promotora de Espetáculos, Festivais e Eventos, a reunião serviu para cimentar uma relação de credibilidade: “Confiamos que o Governo tome as melhores decisões para iniciarmos a retoma que tanto se tem falado. Estamos todos com vontade de ver um palco, um espetáculo, um artista”, disse. ●

RICARDO ROCHA CRUZ



Adiados

Setembro 2020

Em anos normais, o Primavera Sound do Porto acontece no início de junho. Foi adiado dois meses.

Maio de 2021

O North Music Festival, que costuma abrir a temporada de festivais na Alfândega do Porto, optou por transitar para 2021.

Junho 2021

O Rock in Rio Lisboa, que acontece a cada dois anos em Portugal, reagendou o seu cartaz em dois fins de semana de junho de 2021.

Julho de 2021

O Boom Festival, que aconteceria em Idanha-a-Nova entre julho e agosto, saltou para julho de 2021.



Lotação máxima e máscaras são receita para regresso seguro

Estabelecimentos que poderão reabrir na próxima semana deverão fixar um número máximo de pessoas no seu interior, segundo os planos de segurança propostos pelos vários setores

Hermana Cruz
hermana.cruz@jn.pt

REGRAS Pequeno comércio de proximidade, cabeleiros, cinemas, ginásios, sapatarias ou lojas de roupa são alguns dos estabelecimentos que poderão começar a reabrir as portas, na próxima semana. Segundo as regras propostas, deverá ser obrigatório o uso de máscara e a fixação de um número máximo de clientes no interior dos espaços, além da desinfeção das mãos. “Devemos começar pelo pequeno comércio de bairro. Depois, podemos avançar para outras lojas de porta aberta. E, finalmente, devemos chegar também às grandes superfícies”, anunciou o primeiro-ministro António Costa. O Conselho de Ministros de amanhã deverá decidir como (em termos de segurança sanitária) e quais os setores da economia que vão retomar a atividade no dia 4 de maio.

CABELEIREIROS Com marcação e limite de pessoas

Estão nas prioridades de reabertura do Governo. Segundo a Associação Portuguesa de Barbearias, Cabeleiros e Institutos de Beleza, existem mais de 38 mil salões de cabeleireiro e institutos de beleza, que empregam mais de 50 mil pessoas. O acesso a esses espaços dependerá sempre de uma marcação prévia e da imposição de um número limitado de pessoas dentro dos referidos estabelecimentos, com máscara ou viseira e sem bijutaria. Será obrigatório ainda lavar e desinfetar as mãos à entrada.

RESTAURAÇÃO Pronto selo e guia de boas práticas

A Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de



IGOR MARTINS - GLOBAL IMAGES

No próximo mês, vai voltar a ser obrigatório validar bilhetes nos transportes

Portugal (AHRESP) entregou ontem ao Governo uma proposta de “Guia de boas práticas” para ser aplicado no setor, com vista à reabertura dos estabelecimentos de restauração e bebidas, além de um selo distintivo, que atestará que os restaurantes e bares cumprem as regras de higiene.

Na proposta de “Guia de boas práticas”, constam regras de reorganização dos espaços; de controlo de entrada; de higiene pessoal; de limpeza e desinfeção; fardamento e equipamentos de proteção individual; além de cuidados a ter na confeção de alimentos; menus e serviço de self-service,

buffets, takeaway e drive-in. Sem regras ainda definidas, a Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo (APHORT) já aconselhou prudência, nomeadamente com a ideia de medição da temperatura dos clientes à entrada, considerando que dificilmente terá aplicação imediata, uma vez que vai exigir a criação de legislação “clara e inequívoca” por parte do Governo.

TRANSPORTES Regresso das validações

A partir de 1 de maio, volta a ser obrigatório validar os

títulos de viagem nos transportes coletivos das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa. Os clientes serão obrigados a usar máscara e será estabelecido um número máximo de pessoas, para garantir o cumprimento do distanciamento de segurança.

CINEMAS/TEATROS Bilhetes para filas alternadas

António Costa já tinha dito que será mais fácil voltar a abrir os equipamentos culturais com “lugar marcado”. “Num cinema, a lotação é restrita, os lugares passam a ser todos marcados, só po-

dem vender bilhetes de duas em duas filas, de três em três cadeiras”, exemplificou o primeiro-ministro, ao “Expresso”. O setor continua, contudo, a aguardar informação da Direção-Geral de Saúde. Segundo a Associação Portuguesa de Empresas Cinematográficas (APEC), a esperança é “abrir logo que possível”.

GINÁSIOS Com plano para cinco semanas

Uma empresa de gestão de espaços desportivos, a ALL United Sports, divulgou um plano em três fases, distribuídas por cinco semanas, para garantir a segurança na reabertura dos ginásios. Nas primeiras duas semanas, propõe-se a medição da temperatura à entrada, a presença máxima de uma pessoa por cada quatro metros quadrados, obrigatoriedade do uso de máscaras e a disponibilização de desinfetantes para as mãos. A lotação na zona de cardiomusculação e nos balneários deve ser reduzida em 50%. Na terceira semana, equivalente à segunda fase de reabertura, é proposta a retoma das aulas de grupo com uma limitação a 50% da ocupação. A partir da quinta semana, o plano prevê poder aumentar a lotação máxima para 75% do espaço, bem como a eventual reabertura dos serviços de spa, saunas e banhos turcos.

PEQUENO COMÉRCIO Comprar roupa ou sapatos

Também o pequeno comércio local poderá reabrir as portas na próxima semana, como cafés, barbearias, sapatarias e lojas de roupa em geral. Qualquer plano deverá passar pelo uso obrigatório de máscara e por um número limitado de clientes nos espaços. ●



Um país único para uma reabertura única



POR

Nuno BotelhoEmpresário e pres. Ass.
Comercial do Porto

É de reabertura que agora se trata. Com dúvidas e opiniões diferentes, mas em consenso generalizado quanto à urgência de voltar ao trabalho. É imperioso exigir que o país se mantenha unido. Tal como em relação às pessoas, não podemos deixar nenhuma região para trás.

Primeiro ponto prévio. Considero exemplar a solidariedade nacional que se regista desde que a pandemia nos assola. O bom comportamento cívico, a unidade em torno do combate das nossas vidas e o sentido de Estado da maioria dos responsáveis políticos são, ao contrário do que sucedeu em países como Espanha (onde as regiões e os parti-

dos continuaram sempre em conflito), as razões que explicam o menor impacto do coronavírus em Portugal (não se pode falar em sucesso quando morreram cerca de mil pessoas).

Segundo ponto prévio. Portugal tem gravíssimas assimetrias regionais, as quais, por razões óbvias, me abstenho agora de detalhar. Em resumo, há um imenso fosso entre litoral e interior, como há uma escandalosa centralização da despesa, do funcionalismo e do investimento públicos na capital em detrimento do todo. Portugal apresenta algumas das regiões mais pobres da Europa, com destaque para o Norte (no final da lista, com uma “riqueza” ao nível da Roménia).

Não é admissível, como alguns especialistas admitem, que umas regiões “abram” primeiro que outras.

Perante isto, aguardamos com expectativa o cenário de regresso ao trabalho que o Governo nos irá propor e os incentivos que as entidades na esfera do Estado irão disponibilizar à economia real. Não é admissível, como alguns especialistas admitem, que umas regiões “abram” primeiro que outras. Não o podemos aceitar, porque já sabemos de antemão qual será a região “destinada” a abrir em último. Querem apostar?

Com serenidade, esperamos para ver como e quando retoma o Aeroporto do Porto, como e onde serão aplicados os apoios do Turismo de Portugal, como, quando e onde estarão operacionais os programas da AICEP. Não quero acreditar que os esforços de reabertura conduzidos pelo Governo se concentrem no sítio do costume. Porque isso representaria apenas o agravar das desigualdades que já eram, em situação pré-Covid, uma injustiça e uma vergonha.



PORTO



Joaquim Duarte Pereira, de 68 anos, depende da reforma para conseguir saldar as suas contas

Pensão por entregar deixa reformados em desespero

Situação afeta "várias dezenas" de pessoas em Gondomar. CTT falam em "erro de distribuição". Segurança Social garante emissão de vales

AMARANTE

Problemas

Existem várias queixas de atrasos na entrega de correspondência no concelho de Amarante. Também o serviço de expedição de encomendas está a funcionar com falhas. Em vez dos habituais 24 carteiros, estão agora apenas cinco a assegurar o serviço.

Pergunta ao Governo

O Bloco de Esquerda quer saber se o Governo tem conhecimento do atraso na distribuição de correio em Amarante e quais serão as diligências a tomar para garantir o urgente normal funcionamento. O partido acrescenta que o atraso da distribuição postal está "relacionado com alegada contaminação" por Covid-19.

Adriana Castro
adriana.castro@jn.pt

PREOCUPAÇÃO Há dezenas de reformados de Gondomar que esperam, desde o início do mês, pelos vales para levantar as pensões. Sem meios de subsistência, estão a desesperar pelo atraso das cartas, até porque as faturas não deixaram de ser entregues na respetiva caixa de correio. Os CTT admitem que na origem do problema poderá estar um "erro de distribuição". A entrega dos vales deveria ter ocorrido entre os dias 6 e 8.

A Segurança Social afirma não ter "conhecimento de algum problema que esteja a ocorrer com o pagamento das pensões por vale postal", mas garante estar em contacto com os CTT "para averiguar o que se possa ter passado".

O certo é que a situação foi reportada à instituição na semana passada por Joaquim Duarte Pereira, de 68 anos. "Deram-me o código do vale (que ronda os 400 euros), emitido no dia 2. Foi um problema com os Correios", conta.

O erro terá sido consequência de um caso positivo de Covid-19 no Centro de Distribuição Postal (CDP) de Gondomar. A equipa terá ficado de quarentena no mesmo período de entrega de vales, passando o serviço a ser feito por "trabalhadores temporários, ajudas pontuais da rede de terceiros e carteiros de outros CDP", justifica fonte oficial dos CTT. No entanto, a empresa assume que os funcionários substitutos "não tinham um conhecimento da zona como os anteriores". Ora, essa alteração terá provocado "algum erro de distribuição e algumas devoluções de vales postais por motivo de morada insuficiente ou inexistente".

EMITIR SEGUNDA VIA

Perante o atraso na entrega das reformas, Joaquim Duarte decidiu fazer uma queixa. "Fui à loja dos CTT na sexta-feira e pedi para escrever no livro de reclamações porque não sabiam do vale", relata, acrescentando que continua a receber outras cartas. No entanto, o desagrado do pensionista levou

a empresa a garantir a emissão de uma segunda via. Mas, até ontem, continuava sem receber o vale.

Na mesma situação de Joaquim estão "várias dezenas" de reformados, revela o presidente da Câmara de Gondomar, Marco Martins, que confirma o problema e está a acompanhar o caso.

"Já referenciámos alguns idosos que estão nesta situação. Agora estamos à espera do feedback da Segurança Social", explica o edil, indicando as freguesias de Fânzeres e Baguim do Monte como as zonas do concelho com maior incidência de casos.

Sem especificar como nem quando deverão resolver o problema, os CTT dizem estar a procurar "através de todos os meios que têm ao dispor mitigar os eventuais impactos deste acontecimento".

Entretanto, Joaquim Duarte Pereira continua sem receber a sua única fonte de rendimento e fica com dúvidas sobre se alguma vez será entregue. O gondomarense diz ainda ter receio que o problema volte a repetir-se em maio. ●



Bastam 900 eleitores para reverter fusão de freguesias

Nos territórios do Interior 300 são suficientes, segundo nova proposta do Executivo P. 20



Cadeias Guarda prefere estar preso e ganhar salário P. 23

Gondomar Vales das pensões deste mês por entregar P. 26

Braga Investidos 3,8 milhões em passeios e passeadeiras P. 28

Brasil Denúncias de Moro sobre Bolsonaro investigadas P. 31



TRÊS GRANDES QUEREM REGRESSO DO FUTEBOL

Governo admite conclusão da Liga. Regras serão apertadas

Tamanho de ficheiro informático é razão para ficar sem apoio ao lay-off

Milhares de candidaturas pelo caminho

Turismo Setor animado pelas reservas de férias no verão

Internamentos SNS só aguenta até quatro mil em dois meses

Vacina Ingleses acreditam que chegará em setembro

MÁSCARAS SOCIAIS COM CERTIFICADOS FALSOS VENDIDAS POR DEZENAS DE EMPRESAS

Têxtil Usam nome do Citeve e prometem 100 lavagens, mas modelos patenteados não dão para mais de cinco **Ovar** Drones vigiam cidade P. 4 e 19

BALANÇO 948 MORTOS 24 322 INFETADOS 1389 CURADOS

PUBLICIDADE

MANTENHA-SE INFORMADO SEM SAIR DE CASA. CONTACTOS NO INTERIOR



NESTES DIAS, LEVAMOS-LHE AS NOTÍCIAS À PORTA!

ASSINE O JORNAL DE NOTÍCIAS



Governo quer rever proteção social para os advogados

A ministra da Justiça reconhece que há um problema com os advogados, que ficaram de fora dos apoios criados pelo Governo na resposta à pandemia.

Os advogados e solicitadores, que não descontam para a Segurança Social, mas sim para a Caixa de Previdência de Advogados e Solicitadores (CPAS), não tiveram acesso aos apoios criados para os profissionais independentes no âmbito da pandemia. É um problema, “que gera dificuldades sobretudo ao nível dos advogados de prática individual”, admitiu esta terça-feira a ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, mas sem avançar com uma resposta, pelo menos no imediato.

A ministra, que falava no Parlamento no âmbito de uma audição na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, explicou que os apoios que estão a ser concedidos aos independentes são da Segurança Social e que “isso faz uma grande diferença”. Há uma diferenciação “face à generalidade dos profissionais liberais, na medida em que estes “estão a ter a vantagem de um desconto que fazem” para a Segurança Social e que a generalidade dos advogados não fazem.

“Temos de fazer uma reflexão sobre o sistema de proteção social, mas isso deve começar na própria classe”, afirmou a ministra. “Não tenho dúvida nenhuma que essa questão estrutural vai ter de ser analisada”.

Questionada pelos deputados sobre soluções mais no imediato, que possam dar resposta à atual conjuntura, a ministra nada avançou de concreto. “Tenho notícia de que foi suspenso o pagamento de contribuições e penso que já foi concretizada. Inicialmente havia um adiamento, mas considerou-se que não seria suficiente”, informou. Essa questão, reconheceu, “não resolve tudo”.

A resposta não satisfaz os de-

putados, sendo que o problema dos advogados foi colocado por todos os grupos parlamentares. “Há ou não disponibilidade do Governo para estudar um regime extraordinário que passe pela suspensão de contribuições ou um benefício de igual tratamento aos independentes”, questionou o bloquista José Manuel Pureza. “Não podemos atirar para o pensamento a prazo um desafio que é agora imediato”, sublinhou.

Mas a ministra não tinha respostas para o imediato, embora tenha admitido que os advogados e solicitadores possam passar a descontar para a Segurança Social, uma medida que, disse, “está a ser trabalhada com a Segurança Social”.

Por agora, os advogados e solicitadores pagam uma contribuição obrigatória e fixa para a CPAS e, quem quer e pode, faz também descontos para a Segurança Social. Francisca Van Dunem admitiu que que o desejo venha a poder optar entre a CPAS e a Segurança Social, e que, nomeadamente para os advogados mais jovens, que hoje em dia têm “um esforço contributivo muito grande”, se possa “ponderar que o esforço contributivo tenha alguma correlação com os rendimentos declarados”. Em todo o caso, estas alterações seriam sempre para o futuro, e não uma resposta à situação atual.

Mesmo para o futuro, “uma intervenção desta natureza deve ter uma articulação muito grande com as ordens profissionais” e a questão da integração da CPAS no sistema de Segurança Social não é consensual na classe, mas “sendo “uma opção de fundo”, exige um “mínimo de consenso”. ■ FL



Marcelo levanta estado de emergência mas diz que surto vai continuar

Ouvidos os especialistas em saúde pública no Infarmed, o Presidente da República confirmou que o estado de emergência em vigor não será renovado.

“O estado de emergência cessará a sua vigência, após esta segunda renovação, no dia 2 [de maio] à meia-noite”, confirmou Marcelo Rebelo de Sousa após mais uma reunião, no Infarmed, entre os representantes dos órgãos de soberania, líderes partidários e especialistas em saúde pública.

Apesar de confirmar que o regime de exceção não será novamente prolongado tal como era esperado, o Presidente da República lembrou que esta decisão não significa o “fim do surto” nem da “necessidade de controlo”, pelo que Marcelo não admite “facilitismo” no combate em curso contra a pandemia.

O chefe de Estado começou por recordar que a “fase de contenção foi essencial” e que o estado de emergência por si decretado teve um “papel jurídico, mas também político”, na gestão da crise sanitária, assegurando a unidade e coesão necessária para enfrentar o problema.

Elogiando a “lucidez” revelada pelos portugueses, que aderiram de forma “massiva e eficaz” ao confinamento, Marcelo Rebelo de Sousa notou que nesta segunda fase de resposta ao surto houve um “reforço da contenção” que possibilitou maior “controlo da situação, fazendo baixar os números”. Apesar do “planalto com uma evolução descendente”, o Presidente defendeu não haver lugar a distrações ou a qualquer baixar da guarda. “O fim do estado de emergência não é o fim do surto”, declarou pedindo aos portugueses para continuarem o “esforço muito cívico que é de perceberem que depende deles a evolução do surto”.

Fase três continua a ser de “controlo da situação”

Com o fim do estado de emer-



Mário -cruz/Lusa

O Presidente confirmou ontem que o estado de emergência vai terminar.

gência, é também dada por finda a segunda fase e iniciada uma nova e terceira fase de gestão da crise sanitária. Esta “continua a ser de controlo da situação”, explicou o Marcelo frisando não poder ser vista como um regresso à normalidade.

O Presidente realçou que a reabertura tem de ser feita com base em “pequenos passos e as duas coisas são inseparáveis”. “Os portugueses têm de ter noção que contenção continua a ser importante e, por isso, pequenos passos e avaliação constante também”, afirmou sublinhando que foi esta a “chave do êxito” da segunda fase.

Limite de quatro mil nos cuidados intensivos

No encontro com os epidemiologistas, Marcelo ouviu os especialistas chamarem a “atenção para esta terceira fase e como é importante ir acompanhando, a par e passo, aquilo que é feito, avaliando e quando necessário intervindo”. Desde o início da pandemia que a grande preocupação é evitar o colapso das unidades de cuidados intensivos

(UCI), que chegou a suceder em países como Itália ou Espanha. E agora, os especialistas avançam com um número concreto: quatro mil. Este é o número máximo de doentes que as UCI suportam, pelo que terá de haver uma rigorosa monitorização do aumento do número de internados e ver como evoluem à medida que é retomada a atividade económica.

Acreditando que não será necessário ter de voltar a impor um período de estado de emergência, Marcelo garantiu que se tal for necessário “será ponderado”. “Depois haverá uma quarta fase, na aproximação do temo do surto”, adiantou.

Numa altura em que o Governo estará a avaliar a possibilidade de decretar estado de calamidade pública uma vez findo o atual período de excepcionalidade, Marcelo recordou que, antes, o primeiro-ministro irá ainda ouvir vários setores e os partidos políticos antes de rumar a Belém, sendo que só será conhecida uma decisão já depois deste processo. ■

DAVID SANTIAGO

A COR DO
DINHEIRO**CAMILO LOURENÇO**Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

É duro, dr. Centeno. Mas é a vida

Mário Centeno preparava-se para sair do Governo. Em ombros. É certo que não para o lugar sonhado: o de comissário europeu. Nem para o lugar remediado: o FMI. Centeno teve de se contentar com o que sobrou: o entediante lugar de governador do Banco de Portugal. Em todo o caso não era mau: o pretendente a diretor do gabinete de estudos, chumbado em concurso... voltava pela porta grande. Brutal!

Durante cinco anos o ministro reinou altaneiro. Não apresentou um único retificativo e colocou-se na História como o mago do primeiro superavit da 3.^a República. E preparava-se para sair como o ministro das

Finanças mais sortudo da democracia: cavalgara a melhor conjuntura económica em 40 anos, chegara a presidente do Eurogrupo e vira o mais duro ministro das Finanças europeu chamar-lhe "Ronaldo das Finanças".

Faltavam poucos metros para a meta. Mas eis que em cima da linha, um maldito vírus atravessou-se-lhe no caminho. Num mês, num único mês, o seu magnífico superavit passou de 1.200 milhões para uns periclitantes 81 milhões; a economia vai para um mergulho de 15%, o défice vai pular acima de 7% e a dívida vai disparar para 140% do PIB. Num único ano, todo o brilharete de cinco

anos foi por água abaixo...

É verdade que o ajustamento não será tão grave como o que Vítor Gaspar herdou de uma troika chamada pelo PS. Mas chega para borrar a folha. O homem infalível, dos milagres, dos brilharetes, "o arrogante-eu-sei-tudo-e-os-outros-são-uns-idiotas", cai às mãos de um mísero vírus. É duro. Mas é a vida.

Suspeito de que nos próximos meses Centeno vai-se lembrar muitas vezes dos "nomes" que chamou a Gaspar, Maria Luís, Portas, Passos e aos seus críticos. É o karma. Tramado. ■



CAMILO
LOURENÇO

**“Centeno teve de se
contentar com o
que sobrou: o
entediante lugar de
governador do
Banco de Portugal.”**

PÁGINA 22

EDITORIAL

CELSO FILIPE

Diretor adjunto
cfilipe@negocios.pt



A justa proporção

V em aí o desconfinamento, ansiado por muitos, visto com reserva por outros tantos. O fim do estado de emergência, já o disseram Presidente da República, primeiro-ministro e autoridades de saúde, não significa um adeus à covid-19 ou um convite ao relaxamento. Aliás, este será mesmo um teste decisivo aos portugueses, que, livres das obrigações temporárias estipuladas por lei, vão ter de mostrar que no seu livre-arbítrio a consciência cívica tem um peso determinante. Ou seja, o comportamento de cada um e o respeito pelas normas sanitárias, aconselhadas à saciedade, serão determinantes para conter a pandemia.

Depois também se percebe a ansiedade das empresas e de pequenos comerciantes num regresso à normalidade possível, na medida em que disso depende a vida dos seus trabalhadores, de si próprios e das suas famílias. Neste contexto, o fim do estado de emergência não resolve, mas constitui uma espécie de balão de oxigénio.

É aqui que o Governo tem revelado algumas fragilidades ao nível da comunicação e também do processo decisório. Na verdade, será virtualmente impossível agradar a todos em matéria de desconfinamento, mas o protelamento do anúncio relativamente ao que vai ser permitido e aquilo que continuará interdito, a partir da próxima semana, gera inquietação e promove o descontentamento.

Além disso, existem decisões já tomadas que vão ter efeitos negativos na vida de muitas empresas. Por exemplo, a não abertura das escolas, sobretudo do ensino básico, e a incógnita das creches e ATL farão com que muitos pais sejam forçados a ficar em casa por falta de alternativa, mesmo que a entidade empregadora tenha criado condições para o regresso e a sua presença seja vista como essencial. E o teletrabalho não é a solução para todos os casos.

Mas este é tão-só um ponto particular de uma realidade abrangente. Por esta altura (mesmo admitindo reajustamentos ao longo do processo), o Governo já devia ter comunicado de forma assertiva como será a vida dos portugueses após 4 de maio. Todos temos consciência de que será diferente, mas o conhecimento das medidas teria um duplo efeito positivo: permitiria atenuar os níveis de ansiedade e tornar mais eficazes as medidas que as empresas estão a tomar para lidar com esta nova normalidade. A justa proporção está longe de ser isenta de erros, mas ainda assim é o indicador mais adequado para justificar o futuro próximo. ■

Grupo José de Mello e Arcus vendem 81,1% da Brisa

Comprador é um consórcio formado pela APG (Países Baixos), NPS (Coreia do Sul) e SLAM (Suíça). Grupo português mantém 17% dos direitos de voto e Vasco de Mello fica presidente da administração

Concessões rodoviárias Luís Villalobos e Luísa Pinto

O grupo José de Mello e o fundo Arcus selaram a venda da esmagadora maioria das acções da Brisa, correspondentes a 81,1% dos direitos de voto da concessionária de auto-estradas. Em comunicado, o grupo refere que o negócio “valoriza a empresa em mais de três mil milhões de euros”.

O grupo José de Mello perde o controlo da concessionária, mas não só se mantém como accionista de referência, com 17% dos direitos de voto, como assegurou a continuidade na presidência da administração da empresa, com Vasco de Mello a manter as mesmas funções.

Na corrida àquele que foi anunciado como um dos grandes negócios da década estavam cinco grupos internacionais, todos eles interessados em investir num activo com boas perspectivas de rentabilidade. O anúncio foi tornado público em Outubro passado, quando os actuais proprietários, o grupo José de Mello e o fundo Arcus, anunciaram que tinham chegado a acordo para colocarem à venda, cada um, 40% dos direitos de voto na Brisa.

O fundo Arcus entrou no capital da Brisa em 2013, altura em que o grupo José de Mello conseguiu concretizar a oferta pública de aquisição que permitiu retirar a empresa da Bolsa – nessa altura a empresa estava avaliada em 1,3 mil milhões de euros.

Depois de terem mais do que duplicado o investimento, em sete anos, os britânicos saem e entra agora um novo grupo de três investidores institucionais, reconhecidos pela sua actuação de longo prazo: a APG, referenciada como uma “gestora de activos da ABP, o fundo de pensões dos funcionários públicos e do sector da educação dos Países Baixos”; o NPS, “serviço nacional de pensões da República da Coreia”; e a SLAM, “gestora de activos da Swiss Life, a maior seguradora do ramo vida na Suíça”.

Pelo caminho ficaram as propostas de quatro consórcios que manifestaram interesse na aquisição: dois espanhóis – a Abertis e a Global Via –, um consórcio liderado pelo francês



Brisa, que continuará a ser liderada por Vasco de Mello, tem a exploração de uma rede de 1575 quilómetros de auto-estradas

Arđian e ainda o grupo chinês China State Construction Engineering Corporation (CSCEC).

Não chegou a ser conhecido o valor de nenhuma das propostas de compra, e desconhece-se se houve alguma revisão em baixa por causa da pandemia da covid-19, e que tanta turbulência veio trazer, também, ao mercado financeiro. Certo é que estando o activo valorizado em três mil milhões de euros, e havendo uma aquisição de 81,1% do capital, a avaliação do investimento na operação ronda os 2,4 mil milhões.

No comunicado enviado às redacções, o grupo José de Mello refere que o acordo implica “uma parceria estratégica de longo prazo” entre os compradores e holding portuguesa. Será depois da posse do novo conselho de administração da Brisa, e quando, de novo, assumir a presidência do grupo, que Vasco de Mello anunciará o

rumo e os novos investimentos que deverão ser possíveis com esta nova parceria estratégica. Mas conhecendo-se já a actividade que a Brisa tem vindo a indicar na área da mobilidade, com as várias experiências que em curso na empresa A-To-Be, adivinha-se que a aposta do grupo não se desviará muito desta orientação.

Citado no comunicado, Vasco de Mello destaca que o negócio, celebrado no “actual contexto de grande adversidade”, é “um sinal de confiança em Portugal e na economia portuguesa e representa uma oportunidade única para a Brisa reforçar e acelerar o seu posicionamento na área da mobilidade”. A conclusão do negócio está dependente da luz verde dos reguladores “e deverá ocorrer no decurso do terceiro trimestre deste ano”.

A Brisa tem a exploração de uma rede de 1575 quilómetros de estradas, e cerca de 43% da rede rodoviária

com portagem do país. Com cinco concessões e 21 auto-estradas, tem a espinha dorsal do sistema rodoviário português, entre eles a ligação Porto-Lisboa, e duas ligações Este-Oeste, que dá acesso a Espanha e à rede rodoviária transeuropeia.

Desde 2018 que está anunciada uma comissão de Renegociação, que deveria rever todo o contrato. Entre os objectivos dessa comissão estava a reavaliação das regras contratuais relativas a alargamentos, “dotando-as de coerência face a políticas de transporte mais actuais e sustentáveis” e reflectir “sobre investimentos alternativos de maior proximidade, que privilegiem a acessibilidade e coesão territorial, em detrimento de meros reforços de capacidade”. O anúncio da mudança de accionistas na Brisa surgiu entretanto, sem que sejam conhecidos muitos avanços na negociação. O que se soube, desde que foi

declarado o estado de emergência, é que a Brisa comunicou ao Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT), enquanto representante do Estado, a “ocorrência de um caso de força maior” no âmbito dos efeitos do surto do novo coronavírus, com profundos impactos na circulação.

Tal procedimento decorre do contrato de concessão, e serve para sinalizar a eventualidade de se avançar para um pedido de reequilíbrio financeiro, uma vez que um factor externo à actuação da empresa alterou a situação de base. A resposta do Governo, veio por resolução do Conselho de Ministros alguns dias depois: a haver reequilíbrio financeiro, ele não será feito via pagamento de indemnizações, mas antes pela extensão do prazo do contrato de concessão.

luis.villalobos@publico.pt
luisa.pinto@publico.pt



Edição Lisboa • Ano XXXI • n.º 10.962 • 1,30€ • Quarta-feira, 29 de Abril de 2020 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos



Dia da Dança
A festa faz-se num ecrã perto de si

Cultura, 30/31



Desastre humano
Mais de 50 milhões de pessoas deslocadas à força nos seus países

Mundo, 29

Futebol em França
Governo pára desporto até Agosto e deixa PSG a um passo de ser campeão

Desporto, 38

NUNO FERREIRA SANTOS



Crise da pandemia junta rivais do futebol em São Bento

Governo quer levar para a agricultura parte dos imigrantes que trabalhavam no turismo

Plano está com IIEFP, diz secretária de Estado para as Migrações • Vírus mais a norte é risco para as outras regiões • Pandemia força bancos centrais a reinventar-se • Sintomas depressivos mais graves nos estudantes • PSP e GNR estiveram semanas sem dados sobre infectados **Destaque, 2 a 15** • Acompanhe em publico.pt/coronavirus

Constitucional decidirá destino do presidente de Castelo Branco

Artur Marques recorre ao TC para tentar anular perda de mandato **p20**

Estrangeiros dão mais de três mil milhões por 81% da Brisa

Grupo Mello fica com 17% e Vasco de Mello garante a presidência **p26**

Justiça do Brasil manda seguir investigação a Jair Bolsonaro

Crimes sob suspeita dão força à possibilidade de um impeachment **p28**



Bloco quer que redução salarial conte para valor pago às creches

Proposta prevê que Estado compense as perdas causadas às instituições **p21**

ISSN-0872-1548

CORONAVÍRUS

Marcelo abre caminho a Costa para regresso tímido à normalidade



Marta Moitinho Oliveira

O plano para o alívio das restrições está em marcha. Ontem, da reunião decisiva no Infarmed saiu o anúncio do Presidente da República de que o estado de emergência não será renovado, mas o tom dentro do encontro, e também fora, nas declarações feitas aos jornalistas à saída, foi de cautela. Ninguém sabe ao certo o que vai acontecer com o levantamento das medidas de contenção. Marcelo Rebelo de Sousa pediu que não se entenda o fim do estado de emergência “como qualquer facilitismo” e preparou terreno a António Costa para avançar amanhã com um calendário prudente no regresso à normalidade.

A reunião com os epidemiologistas que aconteceu ontem no Infarmed era vista pelo Governo como essencial para a definição do processo de abrandamento das restrições. É nestes encontros, que acontecem de 15 em 15 dias, que as autoridades de saúde fornecem dados científicos sobre a evolução da pandemia que,

neste caso, poderiam determinar o início do levantamento das medidas de isolamento social determinadas em Março.

Em reuniões anteriores, surgiu em cima da mesa uma espécie de número mágico para o abrandamento das restrições: o R0, que fornece uma média de quantas pessoas são infectadas por uma única pessoa, teria de estar em 0,7. No entanto, este indicador ainda não está neste nível. Depois do encontro, o chefe de Estado disse que no Norte está abaixo de 1 e em Lisboa acima de 1. Já o deputado do PSD Ricardo Baptista Leite informou que está em 1,01 no Norte e em 1,18 em Lisboa. Nos dois casos, está nas imediações de 1 e ainda afastado do número mágico dos 0,7.

No entanto, Marcelo Rebelo de Sousa foi muito claro à saída do encontro: “O estado de emergência cessa a vigência dia 2 de Maio, à meia-noite”. A melhoria dos indicadores nas últimas semanas já permitiu ao Governo começar a preparar o regresso faseado à normalidade e a partir de 4 de Maio já há medidas de contenção a serem levantadas, entre elas a abertura do pequeno comércio de

“

O estado de emergência cessa a vigência dia 2 de Maio, à meia-noite

O fim do estado de emergência não é o fim do surto

Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República

Está confirmado. O estado de emergência termina a 2 de Maio, mas a fase que se segue não pode ser de facilitismo. Depois da “luz no fundo do túnel”, Marcelo modera o tom e avisa que o surto ainda não acabou. Técnicos de saúde fixam limites para o aumento do contágio



MÁRIO CRUZ/LUSA

4mil

é o número de internamentos que esgotaria a capacidade de resposta do SNS e obrigaria o país a recuar ao confinamento

BE alerta para medidas indexadas ao estado de emergência

Se algumas medidas de apoio às pessoas terminarem com o fim do estado de emergência? O Presidente da República anunciou ontem que o estado de emergência acaba a 2 de Maio e o Bloco de Esquerda lançou a dúvida. À saída da reunião com os peritos de saúde que ajudam a suportar as decisões políticas, Catarina Martins defendeu, porém, que “não acaba a emergência social e económica do país”. E hoje leva para a reunião com o primeiro-ministro o trabalho de casa feito: uma análise feita pelo Bloco às medidas que estão em perigo de cair com o fim do estado de emergência. Entre elas a moratória nas rendas.

Nessa avaliação feita pelo Bloco, e que ainda está em curso, à vigência das leis aprovadas no âmbito do combate à covid-19 foi

identificada qual a legislação que termina com o estado de emergência, com data relacionada com o estado de emergência ou relacionada. Neste grupo de leis está, por exemplo, o regime excepcional para os arrendatários pedirem uma moratória no pagamento de rendas nos contratos de arrendamento habitacional ou não habitacional.

Esta lei ainda vigora durante o mês seguinte ao fim do estado de emergência, mas não mais do que isso. Existem medidas de apoio que estão “indexadas à duração do estado de emergência”, que com o seu fim também terminam, disse ontem Catarina Martins nas declarações que fez aos jornalistas.

Outra das leis que estão presas ao estado de emergência é aquela cujas normas flexibilizam o resgate de planos

poupança-reforma (PPR), que vigora apenas durante o estado de emergência. A proibição de cortes no fornecimento de água, luz e gás vigora até um mês depois de findo o estado de emergência e o impedimento da cobrança de comissões é válido até 30 de Junho.

Na apreciação que os bloquistas fazem à vigência das leis há ainda outra dúvida relativamente a diplomas que não têm uma data de validade clara. É o caso da que diz respeito aos despejos e aos prazos dos contratos de arrendamento, que está indexada à cessação das medidas de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica por SARS-CoV-2 e da doença covid-19, que o Bloco teme que venha a ser ligado ao fim do estado de emergência.

bairro. O Presidente da República explicou também que o estado de emergência não pode ser usado para sempre. “Os portugueses também sabem que não é possível utilizar um instrumento, que é um instrumento para uma situação excepcional de fechamento, durante um período limitado de tempo, para viver com ele durante meses consecutivos”.

E um estudo apresentado na reunião pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) acrescenta àquele argumento outro de natureza mais económica e social, ao apontar para os efeitos positivos do alívio das restrições na qualidade de vida. Uma fonte ouvida pelo PÚBLICO adianta que este estudo indica que entre os mais afectados pela pandemia estão algumas áreas geográficas e populações mais desfavorecidas.

À saída do encontro, o dirigente do PCP Jorge Pires revelou que “a ENSP tem um barómetro que mostra que as pessoas confinadas há muito tempo nas suas casas começam a ter algumas dificuldades. Há problemas na organização familiar, levantam-se problemas na relação entre as pessoas dentro da mesma casa e, portan-

to, pensamos que é necessário ‘desconfinar’”.

Sem poder ter o estado de emergência por mais tempo e com a pandemia a começar a pesar nas contas das empresas, do Estado e nos orçamentos familiares e na qualidade de vida das pessoas, resta uma abertura progressiva. E a necessidade de acentuar a mensagem de cautela. “O fim do estado de emergência não é o fim do surto”, disse o chefe de Estado aos jornalistas.

Lá dentro, quem participou na reunião, na qual estava também o primeiro-ministro, António Costa, e representantes dos partidos, parceiros sociais e conselheiros de Estado – uns presencialmente e outros por videoconferência –, ouviu dos peritos de saúde que existem níveis de tensão para alguns indicadores que têm de ser acompanhados de perto, assim que a economia e a sociedade se começarem a reabrir. Um deles está relacionado com a capacidade hospitalar instalada para internamentos.

Ontem, o número de pessoas internadas por covid-19 era de 936, mas simulações reveladas na reunião mostram que, se o número de

internamentos chegar a 4000, então haverá uma sobrecarga dos serviços de saúde. Este número foi apresentado como “um limite de stress” na hospitalização, um “sinal de alarme” que, num cenário de monitorização mais apertada, pode até levar à “possibilidade de algum recuo”, explicaram ao PÚBLICO alguns participantes na reunião, onde foi dado como certo “possíveis aumentos de contágios” com a abertura da economia que se iniciará a 4 de Maio. Apesar de funcionar como uma espécie de botão vermelho que se acende num painel de bordo, há quem olhe para ele descansado. “Só sucede se houver uma grande derrapagem. Hoje está nos mil”, diz outro dos presentes.

Jerónimo de Sousa
Secretário-geral do PCP

Além da necessidade de acompanhamento de muito perto da evolução dos indicadores, na reunião foi ainda referido o papel da tecnologia no combate à doença. Segundo um participante, falou-se sobre os testes que estão a ser feitos para algumas aplicações que permitem, através de informação anónima e voluntária, que possa ser reconstruída uma cadeia de transmissão do contágio.

Segundo este participante, o tema não gerou polémica, até porque o que está em cima da mesa são aplicações não-invasoras da privacidade de cada um.

O tom de cautela à saída do encontro foi também acompanhado pelos partidos. O PSD avisou que “ainda estamos a meio da luta”, o CDS pediu um “plano seguro e claro”, o BE e o PCP pediram reforço das respostas sociais, apesar do fim do estado de emergência. Nesta matéria, a líder bloquista alertou que existem medidas de apoio que estão “indexadas à duração do estado de emergência”, que, assim, também terminam.

Além da resposta social, o quadro jurídico para garantir algum nível de contenção no pós-estado de emergência foi também objecto de contestação por parte de alguns partidos, que se reúnem hoje com o primeiro-ministro.

A partir da sede do partido, o secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, mostrou-se contra o facto de o Governo querer declarar situação de calamidade depois do estado de emergência. “O estado de emergência ou o estatuto de calamidade, no essencial, serve para pressionar, para meter medo às pessoas, mesmo quando elas estão a respeitar os princípios, normais legais e de combate ao [novo] coronavírus”, disse o líder comunista.

Ainda à saída da reunião no Infarmed, Catarina Martins também se tinha revelado contra o decretar de situação de calamidade. “Para o Bloco de Esquerda, as questões constitucionais não são questões de somenos”, disse a líder bloquista, acrescentando que “há medidas legais que podem ser adoptadas e que não precisam de estado de emergência”, dando como exemplo o desdobramento de turmas.

Também a Iniciativa Liberal se mostrou contra a possibilidade de ser declarada a situação de calamidade. “Se a declaração do estado de calamidade contiver medidas que limitem desproporcionadamente, e sem base científica, os direitos dos cidadãos, estaremos contra, tal como estivemos contra o estado de emergência. Resta saber como se pode envolver a Assembleia da República nesse processo”, afirmou João Cotrim Figueiredo.

marta.oliveira@publico.pt



Edição Lisboa • Ano XXXI • n.º 10.962 • 1,30€ • Quarta-feira, 29 de Abril de 2020 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos



Dia da Dança
A festa faz-se num ecrã perto de si

Cultura, 30/31



Desastre humano
Mais de 50 milhões de pessoas deslocadas à força nos seus países

Mundo, 29

Futebol em França
Governo pára desporto até Agosto e deixa PSG a um passo de ser campeão

Desporto, 38

NUNO FERREIRA SANTOS



Criseda pandemia junta rivais do futebol em São Bento

Governo quer levar para a agricultura parte dos imigrantes que trabalhavam no turismo

Plano está com IIEFP, diz secretária de Estado para as Migrações • Vírus mais a norte é risco para as outras regiões • Pandemia força bancos centrais a reinventar-se • Sintomas depressivos mais graves nos estudantes • PSP e GNR estiveram semanas sem dados sobre infectados **Destaque, 2 a 15** • Acompanhe em publico.pt/coronavirus

Constitucional decidirá destino do presidente de Castelo Branco

Artur Marques recorre ao TC para tentar anular perda de mandato **p20**

Estrangeiros dão mais de três mil milhões por 81% da Brisa

Grupo Mello fica com 17% e Vasco de Mello garante a presidência **p26**

Justiça do Brasil manda seguir investigação a Jair Bolsonaro

Crimes sob suspeita dão força à possibilidade de um impeachment **p28**



Bloco quer que redução salarial conte para valor pago às creches

Proposta prevê que Estado compense as perdas causadas às instituições **p21**

ISSN-0872-1548



PSD quer limitar regra que obriga advogados a revelar esquemas fiscais

Transparência
Pedro Crisóstomo

Sociais-democratas propõem que profissionais obrigados ao segredo profissional não tenham de comunicar suspeitas

O grupo parlamentar do PSD quer tornar mais flexível a nova lei que obriga os advogados e outros grupos profissionais a comunicarem à administração fiscal os esquemas de planeamento suspeitos de evasão fiscal montados pelos seus clientes.

Em causa está uma alteração a um projecto de diploma do Governo que transpõe uma directiva europeia que reforça as regras de prevenção da evasão e lavagem de dinheiro a uma série de classes profissionais, como advogados e consultores, passando pelos bancos ou pelos contabilistas, impondo a estes intermediários a obrigação de revelar à autoridade tributária nacional que um cliente criou uma planificação potencialmente abusiva na União Europeia.

Na prática, o que os sociais-democratas propõem é criar uma espécie de salvaguarda, para que – em determinadas circunstâncias – os profissionais abrangidos pela obrigação do segredo profissional não tenham de revelar essas informações à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), limitando o poder de fogo das regras desenhadas pelo Governo.

Para perceber o que está em causa na proposta do PSD é preciso recuar ao projecto do executivo, já aprovado na generalidade no Parlamento e à espera de ser discutido e votado na especialidade na Comissão de Orçamento e Finanças. Primeiro ponto: os advogados, os contabilistas ou os consultores fiscais já estão obrigados, desde 2008, a declarar ao fisco que os seus clientes criaram instrumentos de planeamento fiscal no plano interno, embora dessa lei tenha sido praticamente feita letra-morta, pois em 12 anos o fisco só recebeu 94 comunicações e, dessas, só duas foram feitas por advogados.

A nova lei transpõe uma directiva europeia, obrigando estes profissionais a declararem ao fisco português esquemas transfronteiriços, e estende essas obrigações quando existirem esquemas de planeamento internos.

O dever de comunicar à AT um mecanismo impende sobre o intermediário nas situações não-cobertas pelo dever legal ou contratual de sigilo. Mas porque há situações em que um profissional poderia estar a violar o dever de sigilo relativamente ao seu cliente ao fazer essa comunicação ao fisco, a lei prevê uma espécie de salvaguarda para essas situações.

Por exemplo, se um advogado identificar uma situação que, à luz da lei, obrigaria ao reporte, tem de notificar o seu cliente de que é ele – contribuinte – que, em primeiro lugar, tem de informar a AT desse esquema, sob pena de apanhar com contra-ordenações. Só se o cliente não o fizer em 30 dias é que o advogado terá de cumprir com essa obrigação fiscal que deveria ter cabido ao contribuinte.

O entendimento do Governo é o de que, nesta circunstância, não há violação do sigilo. É relativamente a este último passo dos intermediários que o PSD vem propor uma alteração: em vez de os advogados e outros profissionais terem de cumprir o dever de comunicação ao fisco de forma subsidiária se o cliente não o fizer, ficariam dispensados da comunicação.

No parecer prévio à apresentação da proposta do Governo, a Ordem dos Advogados mostrava-se “contra qualquer norma que proponha a violação do sigilo profissional” e salientava o facto de a directiva europeia recomendar, para essas situações, que a obrigação de comunicação seja transferida para o contribuinte.

pedro.crisostomo@publico.pt



Sigilo profissional dos advogados em causa



Mãos que se estendem e mãos que se encolhem

Paula Teixeira da Cruz
Mil anos e um dia

Que a não-aprovação do Projecto de Lei do Estatuto do Idoso suscite, em quem o reprovou, uma séria reflexão... se forem capazes

Ser idoso é um conceito muito relativo: conheço idosos aos 18 anos e jovens aos 90. A questão que se coloca são as nossas condições físicas e/ou psíquicas e as nossas dependências.

Mas quando nos tornamos “idosos” no sentido comum e dependentes, em geral o destino é o lar ou a residência assistida, nem sempre, amiúde, pelas melhores razões.

Não raro, entrar num lar de idosos – filme de horror – é entrar num verdadeiro depósito de pessoas, meio adormecidas, sem actividade e malcuidadas.

Também os proprietários dos lares a que me referi no parágrafo anterior e parte do pessoal de apoio são absolutamente insensíveis às condições em que ali permanecem as pessoas, tantas vezes sem visitas ou qualquer tipo de carinho, com as excepções devidas.

Qual o papel do Estado para todos aqueles que se encontram em tais lares?

Não me refiro só a lares licenciados.

O presidente da Associação de Apoio Domiciliário, de Lares e Casas de Repouso de Idosos, em declarações ao PÚBLICO, afirmou recear que o número de idosos em instituições seja superior aos números oficiais, por calcular existirem entre 3500 e 3800 lares clandestinos, com cerca de 35 mil idosos.

O Instituto da Segurança Social, no mesmo dia, 23 de Abril, assegurou fazer o acompanhamento constante de 750 lares de idosos.

Então em que ficamos? Afinal existem mais lares ilegais do que legais? E por onde anda a bendita fiscalização?

Apesar das garantias do ministro da Administração Interna referentes ao facto de ter sido dada prioridade a trabalhadores dos lares na realização de testes que tangem à covid-19 (SARS-Cov-2), a verdade é que autarcas se substituíram ao Serviço Nacional de Saúde e começaram a realizar essa tarefa no que concerne a funcionários e utentes dessas instituições situadas na respectiva autarquia, por não poderem esperar a demora do referido SNS na resposta que se exigia!

Mas anúncios não faltam: segundo o

Governo, os idosos com covid-19 que estão em lares e não precisam de acompanhamento vão passar a ser acompanhados por médicos e enfermeiros dos centros de Saúde, em articulação com os hospitais. O Governo anuncia igualmente a formação dos trabalhadores dos lares pelo Ministério da Saúde.

Pergunto-me com que meios, dado o estado do SNS: médicos, enfermeiros, auxiliares, técnicos, trabalhadores administrativos, bem como pessoal de limpeza, estão esgotados, acima das suas forças.

São boas as medidas anunciadas, mas sem que se explique como vão ser concretizadas de pouco vale, se nem a fiscalização funciona no que respeita aos lares ilegais e também à concretização dos legais.

Por outro lado, vemos voluntários surgir, a cada dia, para acompanharem infectados e doentes. Há muitas mãos que se fecham, mas, felizmente, também há as que se abrem.

E cada idoso curado e recuperado torna-se

titular de esperança, para todos nós, idosos ou não.

E é com este espírito que, unidos, podemos vencer esta enorme adversidade. Sabemos que um dia o vírus será derrotado e esta tremenda peste, esta tragédia colectiva dos nossos tempos, dominada.

Lamento, mais do que nunca, a não-aprovação do Projecto de Lei do Estatuto do Idoso, apresentado pelo PSD na Assembleia da República.

Politiuques sem argumentos sérios ou fundamentados, mas com consequências.

O Estatuto do Idoso, que visava, entre outras,

medidas contra o esbulho, a violência, o abandono dos idosos, na sequência da Resolução 63/2015 do Conselho de Ministros, que elencava as normas a adoptar em sede legislativa, foi feito para todos.

Que a não-aprovação do projecto suscite, em quem o reprovou, uma séria reflexão... se forem capazes. Mãos que também se encolheram.

Advogada. Escreve quinzenalmente à quarta-feira



Lamento, mais do que nunca, a não-aprovação do Projecto de Lei do Estatuto do Idoso, apresentado pelo PSD na Assembleia da República





Bloco propõe redução no valor das creches proporcional à perda de rendimentos dos pais

BE
Liliana Borges

Diploma propõe ainda apoio da Segurança Social a todas as creches que não despediram funcionários ou entraram em *layoff*

O Bloco de Esquerda (BE) propõe que as famílias que tiveram uma redução nos seus rendimentos superior a 20% possam usufruir de uma redução proporcional no pagamento das mensalidades de creche. O objectivo da proposta é garantir que as crianças cujos pais tiveram cortes nos salários não são excluídas das creches aquando da sua abertura, na sequência do

levantamento das restrições impostas para travar a propagação da pandemia de covid-19. O diploma, que dá hoje entrada na Assembleia da República, defende ainda a protecção dos trabalhadores das creches através de uma compensação paga pela Segurança Social às instituições que dela comprovadamente necessitem.

No diploma a que o PÚBLICO teve acesso, o BE defende que, “sem prejuízo de regimes mais favoráveis para os utentes” que tenham sido já acordados, o Governo deve “proceder a uma redução proporcional à perda de rendimento para os agregados cujo rendimento tenha sido reduzido em pelo menos 20% desde o início da pandemia”. A segunda proposta olha para a protecção dos funcionários das creches, para garantir a manutenção

dos postos de trabalho. Os bloquistas ressaltam que só podem receber este apoio as instituições que não tiverem avançado para despedimentos ou *layoff*.

Na origem destas propostas estão as declarações ao *Jornal de Notícias* da presidente da Associação de Creches e Pequenos Estabelecimentos de Ensino Particular, que afirmou que as escolas só irão receber as crianças que tenham o pagamento das mensalidades em dia. Susana Batista afirmou que, apesar do “esforço para reduzir as mensalidades”, o incumprimento nos pagamentos disparou e que em Abril 35% das creches associadas reportaram uma quebra de facturação superior a 50%.

liliana.borges@publico.pt



Edição Lisboa • Ano XXXI • n.º 10.962 • 1,30€ • Quarta-feira, 29 de Abril de 2020 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos



Dia da Dança
A festa faz-se num ecrã perto de si

Cultura, 30/31



Desastre humano
Mais de 50 milhões de pessoas deslocadas à força nos seus países

Mundo, 29

Futebol em França
Governo pára desporto até Agosto e deixa PSG a um passo de ser campeão

Desporto, 38

NUNO FERREIRA SANTOS



Crise da pandemia junta rivais do futebol em São Bento

Governo quer levar para a agricultura parte dos imigrantes que trabalhavam no turismo

Plano está com IIEFP, diz secretária de Estado para as Migrações • Vírus mais a norte é risco para as outras regiões • Pandemia força bancos centrais a reinventar-se • Sintomas depressivos mais graves nos estudantes • PSP e GNR estiveram semanas sem dados sobre infectados **Destaque, 2 a 15** • Acompanhe em publico.pt/coronavirus

Constitucional decidirá destino do presidente de Castelo Branco

Artur Marques recorre ao TC para tentar anular perda de mandato **p20**

Estrangeiros dão mais de três mil milhões por 81% da Brisa

Grupo Mello fica com 17% e Vasco de Mello garante a presidência **p26**

Justiça do Brasil manda seguir investigação a Jair Bolsonaro

Crimes sob suspeita dão força à possibilidade de um impeachment **p28**



Bloco quer que redução salarial conte para valor pago às creches

Proposta prevê que Estado compense as perdas causadas às instituições **p21**

ISSN-0872-1548



Restaurantes “não devem fazer compras precipitadas”

Alexandra Prado Coelho

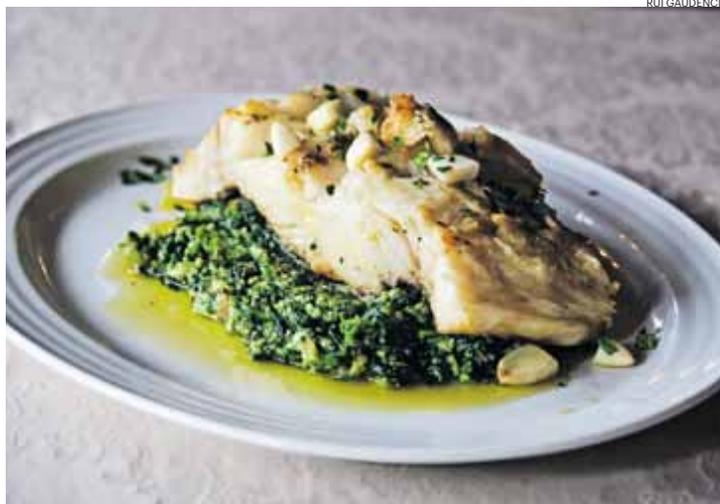
O guia de boas práticas para a restauração ainda está a ser avaliado pelo Governo e deverá ser divulgado esta semana

Muita calma e paciência é o que a Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (Ahresp) pede aos donos de restaurantes, num momento em que o Governo ainda nem sequer avançou com um dia certo para a reabertura, embora 18 de Maio surja como “uma das datas prováveis”.

Alguns empresários, diz Ana Jacinto, a secretária-geral da associação, estão já a comprar divisórias de acrílico para os seus estabelecimentos ou a tomar outras medidas, o que “é precipitado” porque o guia de boas práticas elaborado pela Ahresp está ainda a ser avaliado pelo Governo.

A expectativa é poder divulgar este documento até ao final da semana, assim que tiver luz verde da Direcção-Geral da Saúde, da ASAE e de outras entidades governamentais que o estão a analisar.

Na segunda-feira, circulou um documento inicial, que era apenas “uma base de trabalho”, e que agitou o sector, com vários *chefs* e empresários a considerarem as medidas excessivas e, em alguns casos, impossíveis de pôr em prática. Ana Jacinto esclarece: “No guia que apresentámos ao Governo não temos nada dessas medidas, nem falamos de métricas da redução da capacidade nem de acrílicos a separar o que quer que seja. O que dizemos é que o empresário vai ter que reorganizar as suas salas, de modo a criar regras de segurança.” A responsável da Ahresp não descarta a possibilidade de o Governo vir a definir essas métricas, mas para isso será necessário aguardar. O importante é “não começarem a fazer compras desajustadas” quando ainda não



RUI GAUDÊNCIO

Associação pede apoios para a reabertura dos restaurantes

foram definidas as regras concretas. Há, contudo, outra questão que o sector considera fundamental, refere Ana Jacinto: “Precisamos de apoios para a reabertura”. Os restaurantes “não vão abrir em situações normais, mas sim de forma condicionada”, sem poderem usar a capacidade total do estabelecimento, e previsivelmente com menos clientes. “Precisamos de apoio à manutenção dos postos de trabalho e aos equipamentos de protecção individual. Isso foi dito com clareza ao Governo”.

O papel dos clientes

Uma das principais preocupações de José Avillez, cujo grupo inclui o Belcanto e vários outros restaurantes, é precisamente saber como é que, depois de abertas as portas, se vai manter a sustentabilidade do negócio. Defende, para isso, que o Governo prolongue a possibilidade de *layoff* até ao final do ano ou que o mantenha enquanto os restaurantes tiverem que cumprir medidas excepcionais.

Outra questão que Avillez tem “muita dificuldade em compreender” é a relativa às rendas, que representam uma fatia muito grande dos custos de funcionamento. “O decreto do Governo relativo às rendas veio prejudicar o que existia antes. Houve

senhorios que já tinham acordado na isenção de dois meses e voltaram atrás”, apoiando-se na nova legislação que prevê apenas uma moratória nos pagamentos.

Vítor Sobral, proprietário, entre outros, da Tasca da Esquina, lembra, por seu lado, duas coisas que considera essenciais na reabertura em breve dos restaurantes em Portugal: bom senso e responsabilização por parte de quem os frequenta. “Os clientes também têm um papel importante em tudo isto”, defende Sobral. “Deverão higienizar as mãos e usar máscara quando entram no restaurante. Na mesa tiram-na, claro, mas devem colocá-la sempre que circularem no espaço.” “É impossível garantir espaços completamente sem vírus. Obviamente que os clientes vão ter que assumir o risco. Se não, vamos ter que ficar todos fechados em casa”, concorda Avillez.

“Trabalho num restaurante, não num hospital nem numa fábrica de bioquímicos. Não consigo fazer de médico”, diz, a propósito de eventuais exageros, Ljubomir Stanic, do 100 Maneiras, que pede também medidas financeiras, nomeadamente a redução do IVA para 9%.

apc@publico.pt

Portugal

As luzes estão guardadas nos estúdios de fotografia do IADE. Atrás das portas trancadas do edifício, em Santos (Lisboa), estão também as câmaras obscuras para revelação de imagens analógicas e a oficina de cerâmica. Desde que esta escola privada fechou – e foi das últimas – os alunos sentem que estão a aprender menos (porque lhes faltam estas ferramentas), mas ainda a pagar o mesmo (apesar de a direção estar disponível para rever os casos em que há problemas económicos). E isso é injusto, diz Manuel Cabaço.

O dirigente associativo estima que a propina mensal varia entre os 453 e os 667 euros: “Deveria haver um corte, não precisava de ser extravagante, mas simbólico. A associação de estudantes fez um inquérito a 400 alunos (num universo que estima ser de 3 mil) e percebeu que 70% deles “perderam ferramentas essenciais para o desenvolvimento académico”. Num outro inquérito da Associação Académica de Lisboa (AAL) a 3.281 alunos, 54,7% queixavam-se do mesmo. “Não faz sentido cobrar a propina na totalidade”, concorda o presidente da AAL, Bernardo Rodrigues. Foi já depois de recolher outros casos como este que enviou uma carta ao ministro do Ensino Superior, ainda em março. Nela registou “a notória falta de preparação das instituições do ensino superior” que “não têm capacidade de providenciar aos seus alunos o ensino de excelência que é esperado”.

O IADE (que não respondeu às perguntas da SÁBADO até ao fecho desta edição) é apenas um exemplo de como as aulas remotas, mais fáceis para estudantes com cursos teóricos, estão a revelar-se quase impossíveis para quem se quer licenciar em música, teatro, terapia da fala ou saúde, confirmou a SÁBADO com representantes académicos destes cursos.

Em Évora, os estudantes de Medicina Veterinária, por exemplo, só têm tido as aulas teóricas *online*, relata Fernanda Barreiros, que preside



EDUCAÇÃO. AS FALHAS E OS PROBLEMAS NO ENSINO SUPERIOR

PROPINAS A MAIS, AULAS A MENOS

Nem tudo se consegue aprender *online*. A Net cai e perdem-se respostas em testes – nos quais já houve quem copiasse.

Por Sara Capelo

à associação académica. Na Escola de Saúde do Instituto Politécnico de Castelo Branco, “as aulas práticas estão paradas”, relata João Algarvio, que lidera a associação de estudantes. “O meu curso de Ciências Biomédicas e Laboratoriais tem muito de laboratório. E são equipamentos que ninguém tem em casa”, por isso, para já, estão a estudar casos clínicos. O plano ali, em Évora e noutras instituições é esperar um possível regresso às práticas se for decretada a abertura das instituições de ensino superior a partir de 4 de maio – o anúncio está prometido pelo primeiro-ministro, António Costa, para quinta-feira, 30.

O maior receio de Guilherme Graça, de 21 anos, é que as semanas em casa, em Aveiro, o façam regredir na aprendizagem de oboé. O professor incentivou-o e aos colegas da Escola Superior de Música de Lisboa a enviarem vídeos com o que têm feito e responde-lhes com indicações sobre o que podem melhorar. Mas não é a mesma coisa de ter uma aula presencial: como não têm microfones, até o som do que enviam tem distorções. “Diria que estamos a evoluir 10 a 20%. Se for, porque pode piorar: sem a constante ajuda do professor, podemos criar vícios”, explica o também dirigente associativo. E quem estuda percussão ainda está em pior situação: “Não tem capacidade para ter esses instrumentos em casa e não tem como mostrar o trabalho.”

“O que está a acontecer é que os alunos sentem que estão a perder o semestre porque não estão a conseguir reter a aprendizagem como quando as aulas eram presenciais”, acrescenta João Reis, que preside à associação de estudantes da Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa. No Porto, estudantes de Farmácia, como Marcos Alves Teixeira, que preside à Federação Académica, também não têm podido fazer em la-

Os estudantes sentem a falta dos estúdios e oficinas da IADE e pedem uma redução na propina - mas a instituição diz que continua a ter de pagar salários

Regresso?

A prioridade será para as cadeiras práticas, dizem os líderes das associações académicas de Coimbra, Évora, Porto e Lisboa.

João Reis sugere que se dê prioridade aos finalistas: “Haveria um pequeno grupo a ter aulas”. O mesmo nos transportes públicos.

Os restantes podem compensar o tempo perdido no próximo ano.

TAL COMO A “GENERALIDADE DO PAÍS, NÃO ESTÁVAMOS TOTALMENTE PREPARADOS”, DIZ A REITORA DO ISCTE



DAVID MARTINS

boratório os xaropes e os comprimidos que agora lhes ensinam em vídeos. Ainda assim, está otimista: “Temos de conseguir o melhor desta situação, que não será tão boa como era a anterior. Mas isso aplica-se ao ensino superior e a todos os setores de atividade.”

Cai a Net, vai-se o exame

As instituições tiveram uma ou duas semanas para adaptarem “50 anos de ensino presencial para o digital” e esse rápido trajeto não se faz sem “falhas”, assume o presidente da associação de estudantes do ISCTE, João Fernandes. O Instituto Politécnico de Setúbal optou por encerrar 15 dias para que os professores preparassem as aulas e aprendessem a trabalhar com novas plataformas. Mas outros institutos iniciaram imediatamente as aulas à distância, com as falhas na engrenagem a serem detetadas pelo caminho. Tiago Diniz (da

Uma turma do ISCTE está a ser investigada por suspeitas de ter copiado num teste online

Federação Nacional de Estudantes do Ensino Superior Politécnico) conta como a avaliação ainda é “um processo em construção” e que até já se fizeram provas por *email*. O aluno recebe o enunciado, responde, tira uma fotografia e envia em “meia hora”.

E também há relatos de fraude académica: a comissão pedagógica da Escola de Gestão do ISCTE está a avaliar a hipótese de uma turma ter conseguido partilhar as perguntas de um teste entre si. Como eram muitos alunos, foram divididos em quatro turnos e os do primeiro terão partilhado a matéria com os seguintes. Sobre o caso, a reitora recorda que o código de conduta, publicado em *Diário da República*, “não está suspenso”. Outro “problema é a instabilidade da Net”, diz Tiago Diniz. Aconteceu durante testes feitos no ISCTE: a rede foi abaixo e os estudantes perderam tempo na prova ou nas respostas já dadas. “Ninguém foi prejudicado, os docentes compensaram-nos”, garante João Fernandes. A reitora diz que está a “investir na capacidade e na funcionalidade das plataformas”, mas que “à semelhança da generalidade do País, não estávamos totalmente preparados”. □



PEDRO CATARINO



Portugal

No Governo ninguém usa máscara, mesmo em situação de proximidade. E mãos na cara, há muitas



Lina Santos distribuiu 15 viseiras da UGT num dia aos colegas. Mas eles levam-nas "para desinfetar" e não voltam com elas... Só um começou logo a usá-la



PARLAMENTO. O MAU EXEMPLO NA PREVENÇÃO DO CONTÁGIO

SEM MÁSCARA, SEM HI

No PSD convive-se e vai-se comer gelados e no PCP não há afastamento. Só sete deputados



◀ Ferro Rodrigues não quis máscaras no 25 de Abril. E costuma tocar na face

Sem medos
Os portugueses fazem filas de dois em dois metros para fazer compras no supermercado ou na farmácia. E os deputados? Não fazem nada parecido com isso



◀ Duarte Cordeiro: mão no nariz, boca e bocal do telefone. Máscara? O que é isso?

◀ Os encontros e a aproximação são uma constante nas bancadas

FOTOS PEDRO CATARINO

Se o deputado comunista António Filipe estiver infetado com o novo coronavírus (Covid-19), é provável que tenha contagiado o seu líder da bancada, João Oliveira. Ou vice-versa. Sem máscara, falavam sentados lado a lado em pleno debate quinzenal, a menos de meio metro um do outro, sem qualquer distância de segurança, numa fila de hemicycle composta por cinco cadeiras, três delas vazias. No lado oposto da Assembleia da República (AR), o social-democrata José Silvano, ao entrar em plenário, deu uma palmada amigável no peito do deputado Hugo Carneiro (PSD), trocando os dois umas palavras bem-humoradas de perto. Os deputados presentes no debate de dia 22 de abril mostravam-se assintomáticos, é verdade, mas quase todos arriscavam na hora de interagir com o colega do lado ou da frente.

Com vista privilegiada das galerias para o plenário, a SÁBADO esteve atenta a um detalhe em concreto do debate quinzenal: os desrespeitos dos deputados no que toca às regras básicas de higiene, distanciamento social e etiqueta respiratória em tempos de pandemia. E tanto à esquerda como à direita, houve aglomerados, conversas com proximidade e toques inconscientes, no nariz, boca e em partes do corpo de colegas – e até pausas para ir em grupo à geladaria mais próxima.

Rio, um íman laranja

Um dos partidos mais saídos da casca é o PSD. Com o tocar da campanha da AR que deu início aos trabalhos, viu-se uma enchente de sociais-democratas. Entram em direção aos seus lugares, param para cumprimentar os colegas, ▶

GIENE, SEM DISTÂNCIA

usam material de proteção. A generalidade ignora conselhos da DGS. Por **Alexandre R. Malhado**

Portugal



meter a conversa em dia, todos em grupos de três ou quatro pessoas. Quando chegam aos seus lugares, ligam os respetivos computadores e pouco depois, antes sequer da intervenção inicial do primeiro-ministro, vão-se embora.

Um dos que ficaram mais cercados foi Rui Rio. À sua volta no corredor da bancada laranja, Álvaro Almeida, Isabel Meireles e Ricardo Baptista Leite (o único de máscara no PSD) conversavam próximos do presidente social-democrata, que esboçava um sorriso para os companheiros. Esperemos que ninguém naquele grupo esteja infetado, porque aquela distância de conversa – muito menor do que a medida de um a dois metros recomendada pela Direção-Geral da Saúde – houve com certeza troca de gotículas.

De acordo com fontes na bancada social-democrata, este aglomerado

É assim, srs. deputados

As regras que todos (até os políticos) deviam já saber

ADGS faz uma série de recomendações de prevenção. A autoridade de saúde pede o distanciamento social entre **um a dois metros** e que, se espirrar ou tossir, tape o nariz e a boca, usando um lenço de papel ou o antebraço, mas nunca com as mãos. Além disso, evite tocar na cara com as mãos e lave-as frequentemente durante 20 segundos.

rado inicial na bancada do PSD deve-se a um novo sistema implementado: foi pedido aos parlamentares do PSD para marcar presença no computador e ir embora, ficando apenas os 16 escalados, entre eles coordenadores e vices, para cumprir a quota do 1/5 da bancada. Antes era diferente: só iam os 16 e os deputados de Lisboa, Setúbal e Santarém (mais próximos de Lisboa) ficavam em *standby* para substituições.

Quando acabaram os trabalhos parlamentares, um grupo de quatro deputados do PSD fez-se à fila do Nannarella, popular geladaria ao lado de São Bento. Entre eles, Cristóvão Norte e Carlos Silva, numa amena cavaqueira acompanhada por toques no braço, proximidade social e boa-disposição.

A deputada que dá viseiras

“É de não nos vermos há algum tempo, sabe”, disse Lina Lopes, deputada do PSD e vice-secretária da mesa do parlamento, tentando justificar o excesso de convívio da sua



Sem distância

Há ajuntamentos nas bancadas e nos corredores e combinações para ir comprar gelados juntos. Nem nos restaurantes, quando abrirem, se vai poder estar tão perto



SÓ SETE PARLAMENTARES USARAM MÁSCARA NO DEBATE QUINZENAL COM O GOVERNO

No BE e no PCP não se pratica o distanciamento nem cadeiras de intervalo – e Jerónimo de Sousa é de um grupo de risco

bancada. A parlamentar, do círculo eleitoral de Lisboa, é das poucas que se protegem – e que faz pelos outros também. Naquela tarde de debate quinzenal, trouxe da UGT (em que preside à comissão de mulheres) uma caixa de 20 viseiras, uma para si e as restantes para os seus colegas de parlamento.

“Outros deputados já me tinham pedido viseiras antes e eu fiz questão de as trazer [à AR] para as distribuir”, contou à SÁBADO. Com a ajuda da socialista Maria da Luz Rosinha, primeira secretária da Mesa da Assembleia da República, Lina Lopes distribuiu 15 viseiras entre deputados e funcionários. “Um agente da polícia até confessou que preferia ter a nossa viseira da UGT, que é mais confortável”, explicou a deputada.

Vários parlamentares do PS e PSD aceitaram a oferta, mas apenas Fernanda Velez (PSD) ousou equipar-se prontamente. “Alguns deputados disseram que preferiam primeiro desinfetar em casa”, explicou. Foi o caso do socialista António Pacheco, da Guarda, que preferiu pôr de lado a viseira.



FOTOS: FERRO CATARINO

"Há alguma vergonha em usar este tipo de proteção, como máscaras, admito. Ainda nos estamos a adaptar a esta realidade. Lembro-me da primeira vez que vimos um colega de bancada a usar uma máscara: chocou-nos. Mas é porque não estamos habituados", salientou, referindo-se a Emídio Guerreiro. A social-democrata explica que muitos hesitaram em usar logo máscara devido à recomendação inicial da DGS em não a usar.

Uma esquerda descuidada

A deputada e ex-ministra da Administração Interna, Constança Urbano de Sousa, tem todos os cuidados necessários: gel desinfetante em cima da mesa, máscara cirúrgica na cara e uma distância de segurança do seu colega de carteira, Pedro Delgado Alves. Quando os colegas socialistas começam a trocar palavras, a ex-governante retira a máscara com os dedos segurando pela área exterior "infetada", quicã inconscientemente.

A esquerda parlamentar é, em geral, descuidada no que toca às regras de etiqueta Covid-19. No Bloco de Esquerda, não há qualquer proteção à vista nem se pratica distanciamento (as cadeiras são ocupadas sem intervalo). No PCP existe muita descontração: Bruno Dias cumprimentou António Filipe, atirando gotículas para a bancada, e Paula Santos saiu do seu lugar para ir sussurrar a Alma Rivera, por exemplo.

No Governo, nota-se que é difícil abandonar velhos hábitos. O primeiro-ministro, António Costa, tem tendência para coçar o olho e o ministro da Economia, Pedro Siza

1
Um momento de convívio entre bancadas

2
Rio entre os seus com à vontade. Os deputados do PSD também vão todos ao mesmo tempo para o plenário registar a presença

3
O ambiente descontraindo nos corredores: sentadas ou em pé, há proximidade entre as pessoas, que circulam também perto umas das outras



Constança

Urbano de Sousa ainda não sabe como retirar uma máscara: não é pela parte exterior, potencialmente infetada. E, posta, deve tapar também o nariz

"HÁ ALGUMA VERGONHA EM USAR ESTE TIPO DE PROTEÇÃO", EXPLICA LINA SANTOS, DAS POUCAS PESSOAS QUE A USAM

Vieira, boceja com o assunto das telescolas (e põe a mão na boca, como manda a boa educação, sendo pouco higiénico em tempos de pandemia). Até o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Duarte Cordeiro, faz o que está habituado: tapa a boca com uma mão quando fala ao telefone.

Em geral, pouca gente usa máscara no parlamento. No total, apenas sete parlamentares usaram equipamento de proteção individual no debate quinzenal: Urbano de Sousa era uma das três deputadas do PS de máscara, juntando-se a Ricardo Baptista Leite e às duas sociais-democratas de viseira. Na bancada do Governo, nem uma.

Nem o próprio presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues. A dias da celebração no parlamento do 25 de Abril, a segunda figura de Estado recusou a

ideia de que os presentes usassem máscara, já que o mesmo não acontece nos plenários que têm continuado a realizar-se "sem que nunca se tivesse levantado esse problema de saúde pública". "Então nós vamos mascarados para o 25 de Abril?", perguntou.

A ligeireza perante o uso de máscara contrasta com medidas aplicadas às escolas, por exemplo: quando as aulas retomarem, o uso de máscara será obrigatório no 11.º e 12.º anos. Para Fausto Pinto, presidente do Conselho de Escolas Médicas Portuguesas, "está demonstrado que a utilização das máscaras diminui o potencial de contaminação". "O que nos incomodou na posição da DGS foi o argumento 'de que não era eficaz'. Isto não é verdade. O que temos é que não há máscaras suficientes e, por isso, arranjou-se um artifício, uma desculpa." ❏



Portugal



REPORTAGEM NA ASSEMBLEIA

Sem máscara, de mãos na boca e conversas cara a cara. Como os deputados quebram as regras



Sindicato avisa para desigualdade no Ensino Superior

📌 O presidente do Sindicato Nacional do Ensino Superior, Gonçalo Velho, defendeu que a decisão sobre o regresso das aulas presenciais no ensino superior deve ser coordenada entre as instituições, para não acentuar desigualdades na qualidade dos cursos. ●



Regresso das aulas deve ser coordenado entre instituições

MACO-FOTOLIAS



“Não podemos cantar vitória, a situação não está controlada”

ENTREVISTA ▶ Presidente do CDS está contra nacionalizações mas defende mais apoios às empresas

SALOMÉ PINTO

O presidente do CDS-PP, Francisco Rodrigues dos Santos, alertou ontem em entrevista à CMTV que “em tempos de pandemia mandam as cautelas que não haja relaxamento, de modo a evitar uma situação de contágio descontrolada”. “A situação não está controlada, não podemos cantar vitória.”

A poucos dias do fim do estado de emergência, o líder centrista considera fundamental “que sejam acauteladas medidas que possibilitem uma normalidade possível sem comprometer a saúde dos portugueses”, através do “aumento da testagem,



Francisco Rodrigues dos Santos ontem à chegada ao edifício do CM e da CMTV com a namorada, Inês Vargas

CRITICA O GOVERNO POR PERMITIR AÇÕES DE RUA NO DIA DO TRABALHADOR

CHEQUE DE EMERGÊNCIA DE 15 MIL EUROS PARA AJUDAR EMPRESAS

PEDE A COSTA QUE NÃO CORTE PENSÕES E NÃO AUMENTE IMPOSTOS

uso obrigatório de máscaras e plataformas tecnológicas que compatibilizem a segurança com a privacidade para identificar os casos de infeção”. E criticou o Governo por “alternar entre a euforia e a moderação”. “Dizer que, por um lado que vamos retomar a economia e proibir a circulação de pessoas no 1º de Maio ou dizer que a CGTP pode sair para manifestações e os portugueses não podem estar com a mãe no Dia da Mãe”, a 3 de maio.

Na fase do “desconfinamento que deverá ser descafeinado”, Francisco Rodrigues dos Santos aconselha o primeiro-ministro

a avançar com um plano para relançar a economia sem austeridade. “Sempre propus que o Estado deve pagar o que deve às empresas, se não quer ajudar pelo menos que não estorve.” “Defendemos ainda um cheque de emergência de 15 mil euros para ajudar as empresas e o alargamento do layoff simplificado a todos os sócios-gerentes. Gastar agora é poupar no futuro”, acrescentou. Mas nacionalizar para salvar empresas está fora de questão: “Não se

percebe que a TAP, sendo uma empresa que opera já há largos anos em Portugal, precise que o Estado a nacionalize. Não vejo mal em apoios, agora não concordamos com nacionalizações.” O líder do CDS afastou a hipótese de um aumento do salário mínimo como medida de retoma, defendendo antes que o Governo deve prometer que “não corta pensões nem aumenta impostos” e reforçar os apoios ao terceiro setor, nomeadamente a lares. Quanto ao

fundo de recuperação da UE, o líder do CDS disse que “a Europa está a agir tarde e apoiar com pouco”, temendo que a fatia destinada a Portugal seja apenas “uma migalha” e mais encargos no futuro. Rejeitando lições sobre liberdade, disse ainda que “nunca se opôs às comemorações do 25 de Abril”, apenas quis “um modelo alternativo que se aproximou do modelo final”. “Se o CDS não tivesse falado teríamos uma festa com 300 pessoas.” ●

FRASES

“O FIM DO ESTADO DE EMERGÊNCIA NÃO SIGNIFICA QUE A EMERGÊNCIA NO ESTADO TENHA CESSADO. SITUAÇÃO NÃO ESTÁ CONTIDA”

“SE O ESTADO NÃO INJETAR AGORA DINHEIRO DEPOIS VAI TER DE PAGAR MAIS ATRAVÉS DE PRESTAÇÕES SOCIAIS”

“SE O CDS NÃO TIVESSE FALADO TERÍAMOS UMA FESTA COM 300 PESSOAS [NAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL NA AR]”



**SINDICATO DO COMÉRCIO
PEDE MEDIDAS À DGS**
O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio (CESP) enviou uma carta à diretora-geral de Saúde a reclamar medidas urgentes para proteger trabalhadores e consumidores de super e hipermercados. ●

SANTARÉM | **FALTA DE MATERIAL**

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses denunciou ontem a ocorrência ocasional de “escassez” de material de proteção individual no Hospital de Santarém, mas a administração assegurou não ter tido qualquer comunicação de rotura por parte dos profissionais.





29-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 32

Cores: Preto e Branco

Área: 5,71 x 5,36 cm²

Corte: 1 de 1



British Airways despede até 12 mil trabalhadores

REINO UNIDO A companhia aérea British Airways prevê suprimir até 12 mil postos de trabalho devido aos efeitos da pandemia, anunciou o grupo IAG (que ainda detém as companhias Iberia e Vueling). Em comunicado, o IAG explicou ter tomado a decisão por considerar serem necessários anos para que o setor aéreo regresse à normalidade. A British Airways tem 42 mil trabalhadores.



RÉDEA SOLTA

Sem aviões não há turismo e, portanto, retoma

A aviação é a mãe de quase toda a atividade turística e o turismo vai ter de continuar a ser a nossa principal exportação.



Eduardo Oliveira e Silva

Até há pouco motores de desenvolvimento e massacrados por impostos, taxas, taxinhas e todo o tipo de condicionantes devido ao seu crescimento, os setores ligados ao turismo são agora as principais vítimas económicas da pandemia.

Sucedem-se falências, desemprego e ruturas nas múltiplas áreas que envolve o turismo, que é, de longe, a nossa maior exportação. É ele o verdadeiro motor da subsistência económica de Portugal e dos portugueses. Dir-se-á que poucos ou nenhuns são os que não ganham, nem que seja indiretamente, uma parcela do seu rendimento por via daquele setor.

No cômputo nacional, o que não é turismo e afins é proporcionalmente pouco. É verdade que há indústrias e atividades importantes, como as do calçado, o vinho ou a fabulosa Autoeuropa, que concorrem para 1,5% do PIB, mas não são nada face aos cerca de 20% que deve valer o turismo e as suas atividades adjacentes, que vão do *tuk-tuk* ao hotel de superluxo, passando pela restauração, o alojamento local, as atividades de lazer e de desporto (*surf*, designadamente), a enorme área de incentivos ou congressos e, naturalmente, a construção civil, pilar, motor e beneficiária de muita coisa. Pelo turismo apareceram investimento, empresas novas, habitação de luxo, empresas imobiliárias, e vieram até estrelas mundiais instalar-se cá. Claro que trouxe também saturação e coisas muito desagradáveis como a descaracterização de Lisboa e do Porto em termos de população. Mas compensou pela reconstrução e agora a crise pode ajustar o mercado para rendas mais acessíveis. Por muito que custe aos puristas, foi o turismo e a emigração que nos salvaram da crise, e não propriamente a *performance* económica do dr. Siza Vieira, uma espécie de inaugurador-mor

do regime, apenas precedido no *ranking* pelo dr. Costa.

Agora que se pensa na retoma gradual é preciso ter consciência e assumir que, se acaso se pretende uma recuperação mais rápida e ativa da nossa economia quase monotemática, há uma condição que é absolutamente essencial. E essa chama-se aviação comercial. São os aviões e as companhias aéreas, quaisquer que elas sejam, que trouxeram a Portugal cerca de 90% dos turistas que nos demandaram, excetuando os que vêm de Espanha para curtas estadias ou até só para o petisco. Na Madeira e nos Açores, não se chega de outra maneira. A aviação é a mãe de quase toda a atividade turística.

O desconfinamento tem de ser prudente, é verdade. Tem de ser gradual, é certo. Tem de ter o mínimo de riscos, obviamente. Tem de ser avaliado em função da evolução da contaminação, é um facto. Tem de se ver se o vírus não volta a vir de fora, é óbvio. É tudo assim, mas também é uma realidade que Portugal tem o turismo como principal fonte de rendimento e de sustentação da sua economia. É o preço de se ter desistido ou de não se ter tido políticos capazes de trazer indústrias e atividades não efémeras e volúveis para Portugal e de tudo ter sido feito pela

criatividade de um povo engenhoso e desenrascado de um país bonito, ameno, seguro e à beira-mar plantado. Foi a sociedade civil que operou esse milagre, muito porque aproveitou a queda de mercados perigosos do norte de África e da Turquia.

Hoje, mesmo quem não apreciava o alojamento local, o excesso de hotéis cheios de estrelas ou de *hostels*, os ingleses bêbados no Algarve, os golfistas barrigudos, a Web Summit (alguém sabe se há este ano?), os múltiplos chefes de cozinha, e que desesperava por um belo cozido com enchidos da terra, que estava cansado dos TVDE, dos taxistas, dos paquistaneses dos *tuk-tuks*, dos aviões a cada minuto e das companhias aéreas de baixo custo, dos aeroportos cheios e de muitas mais coisas, tem de reconhecer que somos pouco mais do que um país de turismo e para turistas, e de muitas tasquinhas e cafés. E, por isso, estamos de rastos, com um Estado que objetivamente não chega às pessoas porque a segurança social é uma miragem. Os apoios sociais e económicos são pouco mais do que conversa fiada. Assim sendo, o melhor é lutarmos pela retoma naquilo que verdadeiramente tem criado emprego e circulação de dinheiro: o turismo. A reconstrução nacional não pode, de repente, ignorar a rea-

lidade que tínhamos. Por isso, há que aproveitar a oportunidade para voltarmos a aparecer depois de uma pausa, como muito bem expressou o fabuloso anúncio recente do Turismo de Portugal, que correu mundo. Temos de aliar a essa necessidade e à nossa marca o facto de termos tido mérito e sorte no controlo da pandemia (oxalá se mantenham) e de, politicamente, não andarmos todos ao estalo.

Mas o turismo não recomeça de um momento para o outro, nem para ele contam substancialmente os que chegam de carro, de comboio ou de cruzeiro, por umas horas. Basicamente, o turismo vive de quem chega pelo ar. Ou seja, a retoma da aviação é o fator essencial para permitir uma recuperação da economia, dentro de regras de segurança aceitáveis e exequíveis. Portugal não pode mudar a sua matriz de um dia para o outro. Não é a fabricar máscaras e gel de álcool que vamos lá.

Talvez não seja necessário o aeroporto do Montijo. Basta o da Portela a funcionar bem. Há que ter cuidado com o investimento para que não nasçam inutilidades como Beja ou o autódromo do Algarve. Nada se fará no turismo sem a aviação de médio e, obviamente, de longo curso. Esta última é até a que traz turistas, empresários e investidores com mais poder de compra. É também a de longo curso que faculta viagens de trabalho para os quadros dos maiores projetos portugueses no exterior, como a participação técnica em grandes complexos pelo mundo fora.

É preciso ter consciência disso e que o Governo atue com serenidade e determinação para que voltemos a ter a nossa principal fonte de rendimento minimamente estabilizada, embora com rigor e sensatez. Mas tudo passa pela vinda de pessoas por via aérea. Que ninguém duvide. E é preciso conciliar isso com uma contenção da pandemia feita pelo Governo e pelos cidadãos individualmente, com uma grande responsabilidade cívica e sanitária. Os dias que aí vêm são mais decisivos do que os que passaram. É mais fácil estar em casa do que voltar às ruas porque, estando fora, podemos estar a pôr em causa a vida dos outros e a nossa, se não soubermos ser cidadãos responsáveis.



JUNGYEON/HEAPF

A retoma da aviação é o fator essencial para a recuperação da economia

Escreve à quarta-feira



Ensino. Desinfecção nas escolas começa hoje

Escola Secundária da Amadora será uma das primeiras a serem desinfetadas.

A desinfecção nas escolas arranca esta quarta-feira e será feita pelos militares do Exército e da Marinha. Segundo João Gomes Cravinho, ministro da Defesa Nacional, os trabalhos de desinfecção serão feitos “para que possa haver retoma do ensino” e de forma faseada, começando pelas escolas que estiveram abertas durante o estado de emergência para acolher os filhos dos profissionais de saúde e de segurança. Depois das escolas prioritárias, os militares passarão “para outras escolas que têm menos necessidade, porque terão uma carga viral mais baixa”, já que estiveram fechadas durante algum tempo.

Segundo o Ministério da Educação, uma das primeiras escolas onde será feita a desinfecção

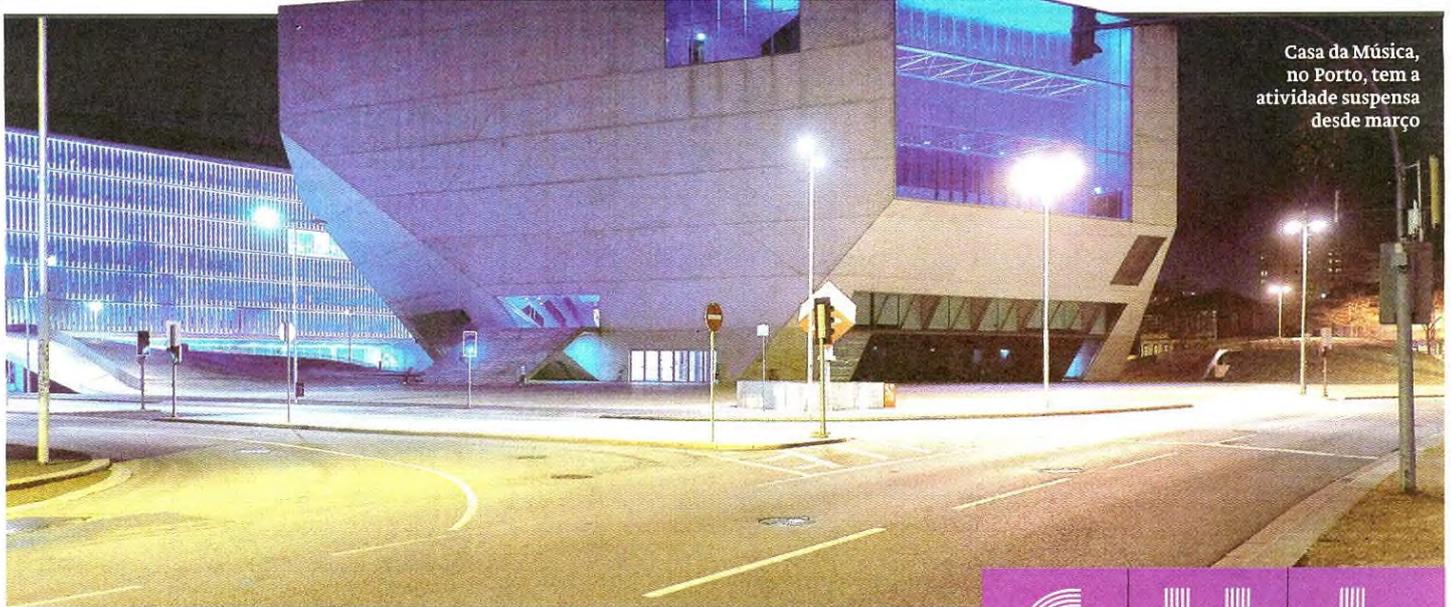
vai ser a Escola Secundária da Amadora. Aliás, hoje, o ministro da Defesa junta-se a Tiago Brandão Rodrigues, ministro da Educação, na Escola Secundária da Amadora, a propósito do início da desinfecção dos estabelecimentos escolares.

No total estarão destacados cerca de 400 militares, divididos por 80 equipas – 60 do Exército e 20 da Marinha. João Gomes Cravinho, à margem de uma



visita ao Hospital do Espírito Santo e do Centro Militar de Saúde, de Évora, não adiantou quantas escolas vão ser desinfetadas.

Esta é uma das medidas que a tutela desenhou para preparar o regresso dos alunos dos 11.º e 12.º anos às aulas presenciais. A regulamentação para as escolas deverá ser conhecida amanhã, depois da reunião do Conselho de Ministros. No entanto, tal como o *i* avançou na edição de ontem, tanto as direções das escolas como a Fenprof pedem medidas de proteção individual bem claras. Além disso, a diminuição do número de alunos por turma e o facto de muitos professores estarem incluídos em grupos de risco – quer pela idade, quer por terem outras doenças associadas – podem obrigar à contratação de novos professores. Segundo a Fenprof, cerca de 50% dos docentes do ensino secundário têm mais de 50 anos e as turmas devem ter, no máximo, 12 alunos.



Casa da Música, no Porto, tem a atividade suspensa desde março

Casa da Música atrai 100 colaboradores para banco de horas

Administração rejeita as críticas. Comissão de trabalhadores pede demissão. Funcionários denunciam medidas “violentas” aplicadas

Helena Teixeira da Silva
helenasilva@jn.pt

PORTO A Fundação Casa da Música (CdM) paga o salário integral aos quase 200 funcionários que integram os quadros da instituição, mas atirou para o banco de horas cerca de uma centena de trabalhadores independentes. Em causa estão formadores, músicos, técnicos, guias, assistentes de sala e outros trabalhadores mais ou menos invisíveis.

A denúncia foi subscrita por 92 trabalhadores daquele equipamento num abaixo-assinado divulgado ontem, já depois de ter sido enviado ao Ministério da Cultura e aos partidos políticos. No documento, lê-se que “a situação é grave”, que a gestão feita pela CdM da pandemia que levou à inatividade da Casa “é alarmante”, e que as medidas aplicadas aos colaboradores são “violentas”. O texto alerta ainda para a situação de outros

prestadores de serviços, “menos regulares”, que não foram alvo de atenção. Se alguns músicos de agrupamentos residentes “tiveram direito a 75% dos valores contratados, já quase todos os outros parecem descartáveis e têm de aguentar sem remuneração”.

COMPRAR O SILÊNCIO

Em comunicado, a administração da CdM esclarece que os prestadores de serviços, cerca de 250 pessoas, “estão a ser remunerados em função da frequência e da regularidade da sua colaboração”. Quanto aos “músicos dos agrupamentos especializados e aos membros do coro, foi proporcionada uma remuneração de 75% da sua retribuição histórica, por cada espetáculo cancelado”. A instituição lembra que a lei, alterada já este mês, obriga apenas a um pagamento mínimo de 50% (antes da Covid-19 era de 30%). O grupo de trabalhadores

que subscreve o abaixo-assinado – e de cuja posição a comissão de trabalhadores discordou, acabando por pedir a demissão – apela à “reversão de medidas” e “à responsabilidade social da Fundação”. E avança com exemplos concretos que ilustram

OUTRO CASO

Fundação de Serralves também não foi solidária com colaboradores

A Fundação de Serralves, cujo orçamento igualmente depende em boa parte do Estado, também não foi complacente com os colaboradores. Logo no início de abril, dispensou 23 trabalhadores da equipa do Serviço Educativo Artes. O conjunto de funcionários ainda escreveu uma carta a Isabel Pires de Lima, vice-presidente do Conselho de Administração e antiga ministra da Cultura, que dias antes subscrevera o “Manifesto em Defesa de um Presente com Futuro”, mas nada mudou. A Fundação de Serralves, tal como a Casa da Música, limitou-se a difundir um curto comunicado de imprensa em que assegurava ter cumprido “integralmente os seus compromissos de pagamento dos serviços efetivamente prestados” e prometia “continuar a cumprir as suas obrigações quando haja lugar à efetiva prestação de serviços.”

o que diz ser “a forma preocupante” como os trabalhadores estão a ser tratados.

O caso mais inquietante será o de vinte técnicos a quem foi proposta a bolsa de horas, mas seguida de uma espécie de pacto de silêncio. “O contrato é especialmen-

te agressivo”, porque exige “que renunciem ao direito de reclamar em tribunal a qualificação de contratos de prestação de serviços anteriores ou futuros como sendo contratos de trabalho”.

Ao JN, fonte da CdM esclareceu que grande parte dos trabalhadores colabora com várias entidades em simultâneo: alguns têm contratos com outras entidades, como instituições de ensino públicas e privadas; muitos são estudantes ou pessoas em início de carreira profissional. A mesma fonte acrescenta também que já terá sido proposto a alguns técnicos da Casa que integrem os quadros da instituição, o que nunca terão querido considerar, “uma vez que a época de concertos e festivais de verão é mais rentável”.

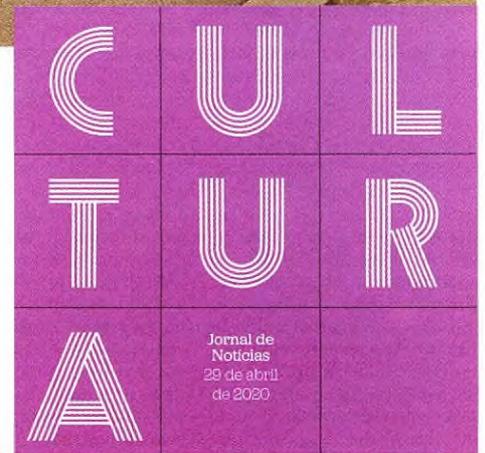
Por outro lado, continua, apesar de a administração se ter disponibilizado para ajudar os casos de maior precariedade, não recebeu, até

hoje, qualquer pedido nesse sentido.

MECENAS EM QUEDA

O JN tentou, sem sucesso, contactar o Ministério da Cultura, que assegura à CdM uma contribuição anual de oito milhões de euros, e a Câmara do Porto, que também contribui com cerca de 200 mil euros para o orçamento da instituição através de contratos-programa. Também não obteve resposta por parte do diretor artístico António Jorge Pacheco, nem do diretor geral Paulo Sarmento e Cunha, nem do presidente do Conselho de Administração José Pena do Amaral, cujo mandato de três anos termina em dezembro.

O JN apurou que, além da suspensão da atividade e da sucessão de cancelamentos de aluguer de sala, a Casa da Música se confronta agora também com a redução drástica de contribuições por parte dos mecenas. ●





TAP acusada de não cumprir lay-off

AVIAÇÃO O Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil acusou a TAP de não cumprir as regras de pagamento aos trabalhadores, estabelecidas pelo regime de lay-off e já pediu reunião com o Governo. O sindicato diz que a TAP se recusa a pagar “correctamente” aos tripulantes de cabina, não cumprindo, assim, o que está previsto na portaria 94A/2020, que estabelece as regras para o regime de “lay-off” simplificado. ●



“Subcontratados ocupam posto de quem está em lay-off”

Sindicato apresenta queixa da Efacec na Autoridade do Trabalho

EMPREGO Com “a maioria dos trabalhadores em regime de lay-off, “cerca de 1500”, a Efacec está, segundo o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente (Site-Norte), “a subcontratar empresas e a colocar operários subcontratados a ocupar o posto de trabalho de quem está em lay-off”.

Segundo o representante do Site-Norte, “em algumas das unidades de negócio, os funcionários que continuam a trabalhar estão a realizar horas extras”. E esse foi um dos motivos que levaram o sindicato a apresentar queixa à Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT). Miguel Moreira aponta falhas, também, no que toca à proteção dos trabalhadores face ao novo coronavírus. “Com a entrada do país em estado de emergência foram criados planos de contingência para a empresa”, contudo, refere o sindicato, “algumas medidas não foram colocadas em prática”, tendo os trabalhadores estado a laborar “sem os devidos equipamentos de segurança”.

CANTINAS ENCERRADAS

Além disso, no que diz respeito ao plano de contingência da empresa, o dirigente sindical diz que algumas medidas de proteção foram tomadas demasiado tarde. “A 16 de março foram encerradas as cantinas [das fábricas] da Arroiteia e da Maia, tendo alguns trabalhadores sido colocados em teletrabalho. Mas as cantinas deviam ter fechado mais cedo”, defende Miguel Moreira. O sindicato sublinha agora “a apreensão dos trabalhadores quanto ao futuro da empresa e dos seus postos de trabalho” e reitera que “a nacionalização da Efacec é urgente e necessária”.

O JN contactou a empresa mas não obteve resposta em tempo útil. ● CÉLIA SOARES



Empresa terá cerca de 1500 trabalhadores em lay-off



Medição de febre fica fora das recomendações às empresas

Distância entre trabalhadores e clientes, mais higiene e limpeza estão entre as recomendações da ACT e da DGS para a reabertura das empresas. Medição da febre fica de fora.

SUSANA PAULA

susanapaula@negocios.pt

A Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) e a Direção-Geral da Saúde (DGS) elaboraram um conjunto de recomendações para o regresso aos postos físicos de trabalho, mas entre essas medidas não está a medição da temperatura dos trabalhadores.

Depois de mais de um mês com a economia em "stand-by" por causa da pandemia do novo coronavírus, o Governo vai anunciar, esta quarta-feira, o levantamento faseado de algumas restrições, o que vai permitir que alguns setores, mais dependentes da presença física dos seus trabalhadores, voltem ao trabalho. A questão é saber como.

Segundo a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o Governo, a ACT e a DGS, em conjunto com vários setores da economia, estão a desenvolver um "trabalho muito intenso" para garantir que existem condições de segurança que salvaguardem a saúde dos trabalhadores. Ana Mendes Godinho falava num webinar promovido a propósito do

Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho, um tema que, ganhou força com a pandemia da covid-19 e passou a estar no topo das denúncias recebidas pela ACT.

Com a perspectiva do regresso de diversas atividades económicas, a ACT divulgou ontem um conjunto de 19 recomendações gerais, embora estejam ainda a ser desenhadas medidas setoriais. As recomendações foram alinhadas com a DGS e não incluem, para já, a medição da febre dos trabalhadores pelos empregadores, ao contrário do que têm defendido as empresas.

Esta é uma hipótese que começa a ganhar cada vez mais força junto das entidades patronais como forma de despiste e prevenção da covid-19, embora, atualmente, a lei apenas permita que isso aconteça no âmbito da medicina do trabalho. No entanto, o Governo já anunciou que vai legislar para "clarificar" o que é possível, considerando que "não se afigura inviável" medir a febre nos postos de trabalho.

Distanciamento e higiene

As medidas recomendadas pela ACT vão no sentido do que tem sido defendido pelas autoridades de saúde desde o início do surto. As empresas devem reforçar a limpeza e a desinfeção dos espaços e promover o distanciamento físico en-

tre os trabalhadores, fornecedores e clientes. Os trabalhadores devem reforçar a etiqueta respiratória e a higiene, sobretudo das mãos. Outra recomendação é o reforço do diálogo social: "Para a ACT é muito importante que seja reforçada a consulta dos trabalhadores [nestes processos]", afirmou a inspetora-geral da ACT.

Ainda assim, estas recomendações "são dinâmicas porque se está a atravessar um período dinâmico" e o documento será sujeito a atualizações, acrescentou Luísa Guimarães. A inspetora-geral da ACT mostrou ainda a sua disponibilidade para "através de várias vias" apoiar o esforço conjunto, mas durante a conferência não foi abordada a questão da fiscalização destas medidas - até porque, para já, elas são apenas recomendações.

Também a diretora-geral da Saúde insistiu no reforço de "um conjunto de regras genéricas que têm de ser as novas rotinas" dos portugueses, como o distanciamento físico e a etiqueta respiratória. "Muitas vezes temos de voltar ao básico. Sabemos como é que o vírus se transmite e esse é o primeiro passo para o combater", afirmou Graça Freitas.

Ainda assim, a responsável deixou um alerta: "Não vamos ter risco zero. Vamos continuar a ter doentes." ■

TOME NOTA

As dez principais recomendações para as empresas

A propósito do dia mundial da Segurança e Saúde no trabalho, e com a economia a reabrir aos poucos, a ACT, alinhada com a DGS, e a Organização Internacional do Trabalho divulgaram ontem as suas recomendações para o regresso ao trabalho presencial, algumas em linha com o que já tinha defendido a Comissão Europeia. O Negócios faz aqui um resumo das dez principais medidas a ter em consideração pelas empresas.



REFORÇO DA VENTILAÇÃO E DA LIMPEZA

Os locais de trabalho interiores devem ser ventilados (preferencialmente de forma natural e pelo menos duas vezes por dia, ao almoço e à noite) e devem ser limpos com frequência, especialmente as mesas de trabalho, maçanetas e outras superfícies onde as pessoas tocam frequentemente.



DISTANCIAMENTO ENTRE TRABALHADORES

A empresa deve garantir um distanciamento físico entre trabalhadores, fornecedores e clientes de pelo menos dois metros em espaços fechados. Caso contrário, devem ser criadas divisórias físicas. Outra opção é o espaçamento de duas mesas entre trabalhador. É recomendado o desfasamento de horários.



EVITAR HORA DE PONTA NAS DESLOCAÇÕES

As empresas devem incentivar os trabalhadores a evitar as horas de ponta e a respeitar os circuitos adaptados, normas, medidas de segurança e de higiene recomendadas em cada meio de transporte. Se possível, os trabalhadores devem privilegiar os meios de transporte que salvaguardem a distância.



REFORÇO DO DIÁLOGO SOCIAL

Deve ser reforçada a consulta dos trabalhadores e, sempre que existam, devem ser envolvidas as suas estruturas representativas. Pode ser considerada a designação de um trabalhador como interlocutor para a implementação, atualização e monitorização do Plano de Contingência, juntamente com a empresa.



REGRESSO FASEADO AO TRABALHO PRESENCIAL

O teletrabalho continua a ser recomendado para a maioria dos trabalhadores, sendo que só os trabalhadores considerados necessários ao trabalho presencial devem regressar aos postos de trabalho físicos. Nesses casos, os empregadores devem adotar medidas que distanciem os trabalhadores.



DESINFETANTES EM LOCAIS CONVENIENTES

O empregador deve disponibilizar dispensadores de sabonete líquido e papel para limpeza das mãos e soluções alcoólicas em locais convenientes. Os trabalhadores devem lavar as mãos com frequência e sempre que utilizarem equipamentos partilhados (como impressoras, por exemplo).



DISTÂNCIA NOS ESPAÇOS DE USO COMUM

Os espaços comuns, como refeitórios, vestuários ou escadas, devem ser adaptados para garantir a distância de segurança, nomeadamente através de marcação no pavimento. Para minimizar agrupamentos nos refeitórios, deve ser permitida a refeição no posto de trabalho. Bruxelas defendeu idas ao WC à vez.



REDUÇÃO DE VIAGENS DE TRABALHO AO ESSENCIAL

As viagens de trabalho não essenciais são desaconselhadas. Nas viagens essenciais a lotação dos veículos deve ser reduzida e os ocupantes devem usar máscara. Os veículos devem estar equipados com produtos de higiene e desinfeção das mãos, toalhetes de papel, sacos de lixo e instruções de utilização.



EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO NECESSÁRIOS

As entidades empregadoras devem assegurar que os seus trabalhadores têm acesso aos equipamentos de proteção individual adequados aos riscos profissionais e às funções que desempenham (como atendimento ao público), e que estão devidamente formados para a sua utilização. Esta é uma medida unânime.



LOTAÇÃO MÁXIMA NO ATENDIMENTO PÚBLICO

Nas empresas ou estabelecimentos abertos ao público, é recomendada a distância de pelo menos dois metros entre pessoas. Se não for possível, recomenda-se a colocação de divisórias. A capacidade máxima dos espaços deve ser reduzida para garantir a distância de segurança entre trabalhadores e clientes.

negócios

Quarta-feira, 29 de abril de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4233 | € 2,50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

**MEGANEGÓCIO
EM TEMPO DE CRISE**

Mello e Arcus vendem Brisa por 2,4 mil milhões

O que vai a família fazer com o dinheiro

Quem são os compradores e o que foi vendido

EMPRESAS 14 a 17

10

Orientações às empresas para o regresso ao trabalho

Medição de febre fora da lista de recomendações da ACT

PRIMEIRA LINHA 6 e 7

Código laboral

Empresas ganham em maio poder para impor férias

PRIMEIRA LINHA 4 e 5

Na biblioteca dos CEO

Ler sobre personagens que vivem a sua "eternidade"



Queda de 40% no imobiliário afunda procura por crédito

Venda de casas em queda. Banca vai adotar critérios mais restritivos para a concessão de empréstimos.

Escrituras vão poder ser feitas à distância

Oitante adia venda de 400 milhões em imóveis

PRIMEIRA LINHA 8 e 9 e ECONOMIA 12



Países do Sul mais vulneráveis à crise, diz Schroders

MERCADOS 20

UE e México fecham acordo para parceria comercial

HOMEPAGE 2

Empresas ganham em maio poder para impor férias

Não se trata de uma alteração à lei, mas do calendário que já existia: as empresas têm margem para decidir unilateralmente férias que comecem a partir de 1 de maio. Patrões manifestam algum interesse, CGTP contesta.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt

A mudança de calendário está prevista na lei laboral: os empregadores ganham poder para marcar de forma unilateral férias que decorram a partir de 1 de maio, independentemente da sua dimensão ou setor. Os juristas confirmam este efeito, que a legislação mais recente não afastou, os patrões admitem que algumas empresas possam ter interesse em recorrer a esta possibilidade e a CGTP avisa que férias forçadas podem gerar conflitualidade.

Por norma, as férias devem ser marcadas por acordo mas o Código do Trabalho também prevê que, na ausência de acordo, uma vez ouvida a comissão de trabalhadores, intersindical ou sindical, seja o empregador a decidir as férias dentro das condições previstas na lei. Se até 30 de abril a marcação unilateral só era permitida a empresas de pequena dimensão (até 9 trabalhadores), do setor do turismo ou que estivessem abrangidas por normas específicas da convenção coletiva, dentro de dias essa possibilidade abre-se a todos os empregadores.

"Em pequena, média ou grande empresa, o empregador só pode

marcar [unilateralmente] o período de férias entre 1 de Maio e 31 de Outubro, a menos que o instrumento de regulamentação colectiva de trabalho ou o parecer dos representantes dos trabalhadores admita época diferente", refere o Código do Trabalho.

Para o advogado Filipe Lameias, os trabalhadores perdem a margem que tinham para recusar. "Pessoalmente acho que não é possível" fazê-lo, refere. "Por muito que se perceba a razão das férias - que é proporcionar a recuperação física e psíquica do trabalhador - não há nenhuma alteração legislativa que sustente que o empregador não pode marcar férias de forma unilateral neste período". As únicas hipóteses de recusa, prossegue o investigador do Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social (Colabor), surge em situações excecionais previstas na lei, como assistência à família, doença ou luto, ilustra.

Se em circunstâncias normais esta mudança de calendário não desperta grande interesse, este ano, com a pandemia, tem suscitado mais. É sabido que a marcação de férias tem sido a solução transitória promovida por algumas empresas, mesmo no período em que era exigido acordo. No caso específico do apoio aos pais que não cobriu as férias da Páscoa o Governo incentivou esta solução.

Numa altura em que a ativida-

de económica começa a reabrir, ainda que de forma gradual, o interesse numa solução que não seja combinada com os trabalhadores vai "depende da empresa", como explicou esta semana João Vieira Lopes, presidente da CCP, que justamente com a CIP tinham já pedido ao Governo que antecipasse esta possibilidade. "Muitas das empresas que vão retomar atividade nos primeiros quinze dias de maio vão ser pequenas, de proximidade. A retoma não será de uma assentada. Haverá pessoas em teletrabalho, em lay-off, em férias. Cada caso e um caso", refere.

Durante o período de férias o trabalhador tem direito ao salário por inteiro e ainda ao subsídio de férias, caso se trate do maior período de férias do ano.

O prazo para marcação de férias terminava no dia 15 de abril, mas o governo resolveu estendê-

-lo até dez dias após o Estado de Emergência, o que atira o último dia do prazo para dia 12 de maio. Uma eventual alteração de férias já marcadas poderia obrigar o empregador a indemnizar o trabalhador pelos prejuízos causados mas, com este novo calendário para a marcação, é provável que a maioria das empresas ainda não tenham a questão fechada.

CGTP vai contestar

Se as associações patronais defendem que "todos devem fazer parte da solução", como tem dito António Saraiva, da CIP, os sindicatos sustentam que não estão reunidas as condições para exercer o direito a férias. A lei prevê que seja exercido "de modo a proporcionar ao trabalhador a recuperação física e psíquica, condições de disponibilidade pessoal, integração na vida familiar e participação social

e cultural", o que agora não é possível.

Ao Negócios, a secretária-geral da CGTP disse esta semana que apesar de poderem marcar férias unilateralmente de 1 de maio a 31 de outubro os empregadores "têm de fundamentar", respeitando os fins a que se destina o principal período de descanso do ano. A secretária-geral da CGTP admite que no limite, em caso de recusa, o trabalhador possa acabar recorrer à Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) ou aos tribunais. "Vamos mobilizar os trabalhadores para recusarem". ■

“

Não há nenhuma alteração que sustente que o empregador não pode marcar férias de forma unilateral.

FILIPE LAMEIAS
Advogado

“

A retoma não será de uma assentada. Haverá pessoas em teletrabalho, em lay-off, em férias.

JOÃO VIEIRA LOPES
Presidente da CCP

“

Vamos mobilizar os trabalhadores para recusarem.

ISABEL CAMARINHA
Secretária-geral da CGTP





ACT suspende 22 despedimentos

A Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) suspendeu até ao momento 22 despedimentos, segundo dados divulgados pelo secretário de Estado do Trabalho, Miguel Cabrita. É um primeiro balanço do reforço dos poderes da ACT, que passou agora a poder suspender despedimentos, embora, nas situações mais críticas, não tenha forma de garantir o pagamento imediato dos salários. O Governo reiterou que ainda está a fazer um levantamento sobre as situações de pessoas que não estão cobertas por qualquer apoio, admitindo que tal seja provável em situações de trabalho informal. O Governo voltou a manifestar a intenção de simplificar o acesso ao RSI e alargar o programa de apoio às pessoas carenciadas, de 60 mil para mais de 100 mil.

Fotografia: António Pedro Santos/Lusa

Segurança Social volta a adiar parte dos pagamentos a empresas em lay-off

Parte dos pagamentos foi adiada para maio, levantando novas questões sobre a tesouraria das empresas e a data de pagamento de salários. Já há um banco que anunciou uma linha de crédito para antecipar as verbas da Segurança Social

O Governo deu luz verde a 62% dos pedidos de lay-off simplificado que deram entrada até ao final da primeira semana de abril. Ao contrário do previsto, nem todos os pagamentos relativos a este primeiro conjunto de processos serão pagos este mês, sendo adiados para 5 de maio.

A decisão foi justificada com a complexidade do processo, que obrigou a Segurança Social a implementar uma série de medidas em pouco mais do que um mês. "A dificuldade e exigência deste processo tem sido muitíssimo grande", referiu a ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho.

Esta é a terceira vez que a data de pagamento é adiada. Inicialmente, a ministra do Trabalho anunciou que a data seria fixa, a 28 de cada mês. Na semana pas-

sada, o primeiro-ministro anunciou que os pedidos apresentados até à primeira semana de abril seriam pagos a 24, 48 e 30 de abril, sem explicar o critério para a distribuição dos processos. Agora, a ministra explicou que o dia 30 é a data para o último "processamento" dos pedidos que deram entrada até ao final da primeira semana e que os pedidos nesse dia serão pagos a 5 de maio.

Segundo dados divulgados pelo Governo, dos 62 mil pedidos analisados, há 22 mil empresas, que abrangem com pedido já processado que vão receber ainda em abril, ou seja, cerca de 35%, se se admitir que há um pedido por empresa. As restantes que pertençam a este primeiro grupo e que tenham visto o pedido aprovado vão receber até 5 de maio.

O adiamento pode agravar a situação de falta de tesouraria das empresas e eventualmente, nalguns casos mais críticos, atrasar o pagamento de salários.

Esta terça-feira o Novo Banco emitiu um comunicado no qual anunciou uma linha de crédito para "antecipação das verbas a receber do Instituto de Segurança Social pela adesão ao regime de Lay-off".

Mais de 15% foram indeferidos por não cumprirem os requisitos como ter a situação fiscal regularizada, por falta de certificação do contabilista ou por não cumprirem as regras de datas de início. Cerca de 3% foram rejeitados por estarem incorretamente preenchidos ou por falta de IBAN, uma acusação que tem motivado queixas por parte da ordem dos

contabilistas certificados. Os restantes 20% estarão ainda em análise. Inicialmente, o Governo tinha dito que o lay-off iria custar cerca de mil milhões de euros por mês, mas de acordo com os dados apresentados, os montantes relativos às transferências processadas relativas a esta e outras medidas - que abrangem 70 mil empresas e 600 mil pessoas - ascendem a 216 milhões de euros.

Governo admite mexer na lei para clarificar cálculo

Questionado sobre o assunto, o Governo voltou a explicar que se um trabalhador entrou em lay-off a meio do mês, esse período de trabalho normal não vai contar para os limites da compensação retributiva (dois terços dos salários, 635 euros ou 1.905 euros) mas admi-

tiu que, face às dúvidas geradas por orientações contraditórias, pode ser necessária uma clarificação legislativa sobre esta matéria.

Quanto às comissões de vendas, "são incertas e variáveis e levantam maiores dificuldades em termos de consideração para efeitos do cálculo da compensação salarial do lay-off".

Em média, segundo o Governo, a Segurança Social vai pagar 421,8 euros por trabalhador. Em caso de suspensão de contrato o Estado paga 70%, o que apontaria para salários na ordem dos 600 euros. No entanto, em caso de redução de contrato, a percentagem paga pelo Estado é inferior.

A grande esmagadora maioritária (88%) dos pedidos analisados diz no entanto respeito a suspensões de contrato. ■ CAP

negócios

Quarta-feira, 29 de abril de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4233 | € 2,50
Diretor André Veríssimo | Diretor adjunto Celso Filipe

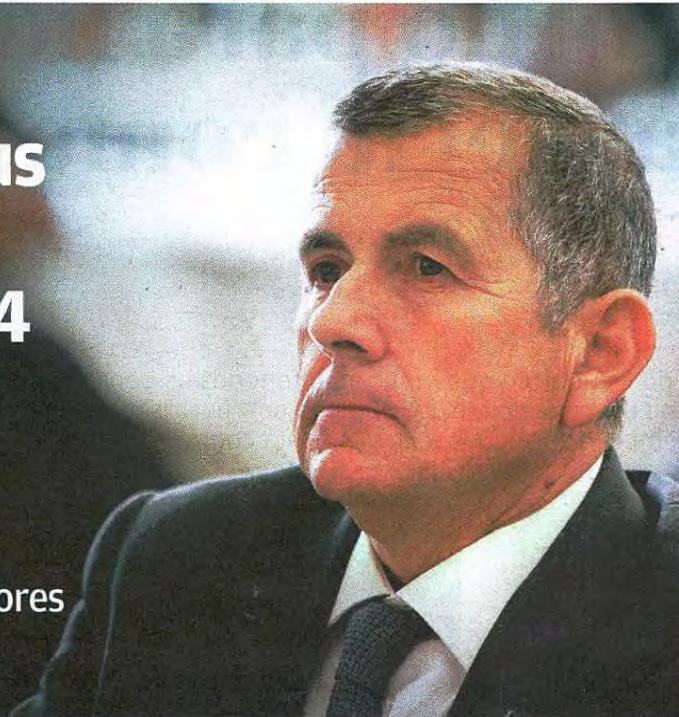
MEGANEGÓCIO EM TEMPO DE CRISE

Mello e Arcus vendem Brisa por 2,4 mil milhões

O que vai a família fazer com o dinheiro

Quem são os compradores e o que foi vendido

EMPRESAS 14 a 17



Bruno Simão

10

Orientações às empresas para o regresso ao trabalho

Medição de febre fora da lista de recomendações da ACT

PRIMEIRA LINHA 6 e 7

Código laboral

Empresas ganham em maio poder para impor férias

PRIMEIRA LINHA 4 e 5

Queda de 40% no imobiliário afunda procura por crédito

Publicidade



BASF
We create chemistry

Na biblioteca dos CEO

Ler sobre personagens que vivem a sua "eternidade"



O presidente executivo do Novo Banco, António Ramalho, escolheu Gabriel García Márquez.

ÚLTIMA 28

Venda de casas em queda. Banca vai adotar critérios mais restritivos para a concessão de empréstimos.

Escrituras vão poder ser feitas à distância

Oitante adia venda de 400 milhões em imóveis

PRIMEIRA LINHA 8 e 9 e ECONOMIA 12

Países do Sul mais vulneráveis à crise, diz Schroders

MERCADOS 20

UE e México fecham acordo para parceria comercial

HOMEPAGE 2



Nenhum sector sozinho vai conseguir fazer face a isto

Graça Freitas

Directora-geral da Saúde

Vai regressar ao trabalho? ACT faz 19 recomendações

Victor Ferreira

Com o fim do estado de emergência abre-se a porta ao regresso de muitas actividades económicas, mas “o que nos espera é um grande desafio”. As palavras são de Graça Freitas, directora-geral da Saúde, que esta tarde participou na apresentação de uma lista de 19 medidas recomendadas para um regresso ao trabalho em segurança.

A lista não fala em medições de temperatura corporal, como forma de detectar eventual febre que possa indiciar uma infecção por coronavírus. Mas salienta que todos os que pertençam a grupos vulneráveis ou de risco devem manter-se em teletrabalho, sempre que possível.

Aquilo que as empresas vão ter de fazer é um misto de “medidas gerais e de medidas específicas”, descreveu por seu lado a inspectora-geral do Trabalho, Luísa Guimarães. Cada empresa que pretenda deve definir um plano de contingência, reforçar a informação aos trabalhadores, clientes e fornecedores de modo a divulgar como trabalhar em segurança daqui para a frente.

À cabeça dessa lista surge a necessidade de manter os espaços de trabalho arejados, de preferência de forma natural, lê-se na lista promovida pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), ontem, dia em que se assinalou o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho.

Luísa Guimarães destaca a necessidade de cada empresa fazer uma “reavaliação dos riscos”, devendo envolver profissionais de Saúde e Segurança no Trabalho, de Medicina no Trabalho e os próprios trabalhadores ou seus representantes, tal como também é sugerido na lista agora divulgada.

“O dever de protecção não é apenas do Estado”, salienta por seu lado a directora da DGS. “O que nos espera é um grande desafio, temos de conciliar circunstâncias que podem parecer inconciliáveis, mas que na

verdade não são. Nenhum sector sozinho vai conseguir fazer face a isto. O vírus é como uma mola, temos de pôr a mão em cima dela, mas também temos de a tirar para permitir que outros factores da nossa vida, como o trabalho, possam continuar”, resumiu Graça Freitas. Vincou ainda “a necessidade de cooperar sem barreiras, sem quintas, sem problemas de nos ouvirmos uns aos outros. Há um conjunto de regras genéricas que temos de aprender, algumas já aprendemos, mas temos de interiorizar novas rotinas, a começar com o distanciamento físico, que a expressão que devemos passar a usar em vez de distanciamento social. Já aprendemos a socializar sem contacto físico, continuámos a ser urbanos, civilizados”.

Nesse aspecto, as recomendações da ACT vão no sentido de repensar circulação em escadas e corredores, manter trabalhadores distantes uns dos outros em locais como cantinas e refeitórios e, no limite, avaliar se estes podem comer no respectivo posto de trabalho. Para controlo da assiduidade, a ACT recomenda que se encontrem alternativas ao controlo biométrico de contacto.

Nas situações em que o distanciamento físico se revele mais complicado ou impossível, deve-se recorrer aos equipamentos de protecção individual, como máscaras e viseiras. O fornecimento destes equipamentos e a formação dos trabalhadores é da responsabilidade dos empregadores. Nos espaços com atendimento ao público, o número de presenças deve ser ajustado à área disponível, deve apostar-se em divisórias ou separadores quando não puder ser respeitada a distância de segurança que é de “pelo menos dois metros” em ambiente fechado (um metro em ambiente aberto).

As viagens de trabalho não essenciais continuam a ser desaconselhadas e aquelas que não puderem ser evitadas têm de garantir a segurança dos trabalhadores.

voferreira@publico.pt



Jerónimo de Sousa acusa Governo de tomar medidas “contrárias aos interesses nacionais”

PCP
Luciano Alvarez

Secretário-Geral do PCP diz que, a pretexto da covid-19, há “manobras em curso” para entregar valências do SNS aos privados

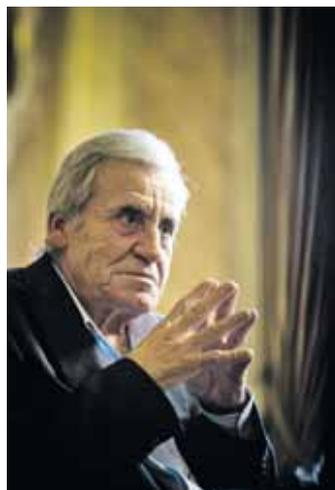
O secretário-geral do PCP acusou ontem o Governo de tomar opções “contrárias aos interesses nacionais” no combate à covid-19. Jerónimo de Sousa criticou também o PSD, CDS, Chega e Iniciativa Liberal, que diz estarem a fazer um “aproveitamento” da doença para “branquear o seu posicionamento e projectar valores e concepções reaccionárias”.

Numa declaração pública, na sequência da reunião de segunda-feira da comissão política do comité central, Jerónimo de Sousa fez uma forte defesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e alertou para “manobras em curso que, a pretexto do combate desenvolvido pelo SNS ao surto epidémico, pretendem entregar novas valências, funções e recursos públicos aos grupos privados de saúde, fazendo depender destes, das suas pressões e chantagens, a garantia do direito à saúde”. “Garantir uma resposta segura e capaz por parte do SNS é o principal factor de confiança para as populações e de combate ao medo e alarmismo utilizados para impor retrocessos económicos, sociais e políticos”, acrescentou.

O líder comunista também não poupou a União Europeia (UE), afirmando que as medidas por si anunciadas “não só não visam garantir os direitos dos trabalhadores e dos povos como continuarão a aprofundar inaceitáveis assimetrias, desigualdades e relações de dependência”.

“Não respondendo às necessidades imediatas de financiamento para acudir à situação social e ao relançamento da actividade económica, a UE empurra os países para uma espiral de endividamento, associada à imposição de políticas que atingem duramente os trabalhadores e os povos”, salientou.

Jerónimo de Sousa disse ainda que as “opções do Governo PS e os projectos de forças reaccionárias, submetidos ao Euro e às imposições da UE”, constituem “um obstáculo à concretização da política de que o



Secretário-geral do PCP distribuiu declaração em vídeo

país necessita e deixam campo aberto para que sejam os interesses dos grupos económicos a determinar o percurso da vida e da economia nacionais”. Acrescentou também, que o “grande capital” está a encarar a pandemia como “uma oportunidade para impor uma ainda mais violenta exploração e intensificar o ataque aos direitos, às liberdades, à democracia e à soberania”.

Sobre o estado de emergência, que deverá terminar no dia 2 de Maio, o secretário-geral do PCP insistiu que foi “desnecessário e desproporcional no combate de saúde pública contra a epidemia” e “revelou-se como instrumento útil ao capital para os seus objectivos”. “O estado de emergência ou o estatuto de calamidade, no essencial, serve para pressionar, para meter medo às pessoas, mesmo quando elas estão a respeitar os princípios, normais legais e de combate ao coronavírus”, acrescentou.

Por fim, o líder comunista saudou as comemorações de 25 de Abril no Parlamento e a acção popular de cantar a *Grândola* e o hino nacional às janelas e sublinhou “a importância da jornada de luta do 1.º de Maio”, organizada pela CGTP, “que, 130 anos depois, assume em 2020 um significado dos mais relevantes das últimas décadas”.

Recorde-se que a CGTP anunciou que vai organizar algumas acções controladas de rua no 1.º de Maio e que as fará sempre em acordo com as forças policiais e de saúde.

lalvarez@publico.pt



Recibos verdes da Casa da Música acusam instituição de os “deixar afundar”

Sérgio C. Andrade

Num abaixo-assinado, 92 trabalhadores apelam à responsabilidade social da fundação, que deixou de pagar aos colaboradores

Andará pela centena o número de colaboradores da Casa da Música – formadores do Serviço Educativo (SE), técnicos, assistentes de sala, guias e músicos contratados – que estão a ver as suas vidas afectadas pela paralisação da actividade da instituição. Descontentes com as soluções “indignas” propostas pela administração, trabalhadores e prestadores de serviços da casa decidiram ontem tornar público o abaixo-assinado que no dia 18 foi enviado ao director-geral da Fundação Casa da Música, Paulo Sarmento e Cunha. No documento, originalmente subscrito por 97 signatários, estes diziam considerar “muito preocupante a forma como estão a ser tratados os numerosos profissionais independentes” que ali trabalham a recibos verdes.

Perante o silêncio do director-geral, os subscritores do alerta decidiram fazê-lo chegar também ao conselho de fundadores, ao conselho de administração e ao Ministério da Cultura, e, depois, aos partidos políticos. Não obtiveram resposta por parte dos primeiros, disse ao PÚBLICO um profissional da casa sob anonimato, tendo acabado por ser o PCP a chamar a atenção para a situação laboral “inaceitável” que se vive nesta instituição onde não há delegados sindicais nem comissão de trabalhadores.

O abaixo-assinado, enviado ontem à comunicação social com 92 assinaturas (28 trabalhadores do quadro; 64 recibos verdes), menos cinco do que há dez dias, refere especificamente a situação em que se encontra uma dezena de formadores do SE, 20 técnicos, meia centena de assistentes e

guias, além dos músicos normalmente contratados para completar as formações residentes. Profissionais que a instituição deixou de remunerar, ou a quem propôs soluções que estes consideram inaceitáveis.

Em resposta ao PÚBLICO, a Casa da Música garante que “todos os trabalhadores estão a receber integralmente as suas remunerações, incluindo complementos”, e que “os prestadores de serviços estão a ser remunerados em função da frequência e da regularidade da sua colaboração, respeitando em todos os casos a legislação aplicável”. E acrescenta que “aos músicos dos agrupamentos especializados e aos membros do Coro foi proporcionada uma remuneração de 75% da sua retribuição histórica, por cada espectáculo cancelado, acima do limite mínimo de 50% estabelecido no Decreto-Lei 7/2020”.

Os subscritores contestam, porém, que a instituição exclua os colaboradores, tanto mais que a Casa da Música

continua a receber a normal dotação estatal e o apoio mecenático. “Em vez de se retirar rendimentos a quem trabalha com vínculo precário, por que não usar o resultado operacional de 935 mil euros, previsto pelo Orçamento de 2020, para colmatar estas perdas?”, perguntam.

Em causa, entre outras soluções, está a proposta feita aos formadores do SE e aos técnicos de lhes adiantar um pagamento próximo dos valores respeitantes aos serviços cancelados em troca de uma “bolsa de horas” que teriam de compensar. Segundo uma animadora que pediu também o anonimato, ninguém aceitou.

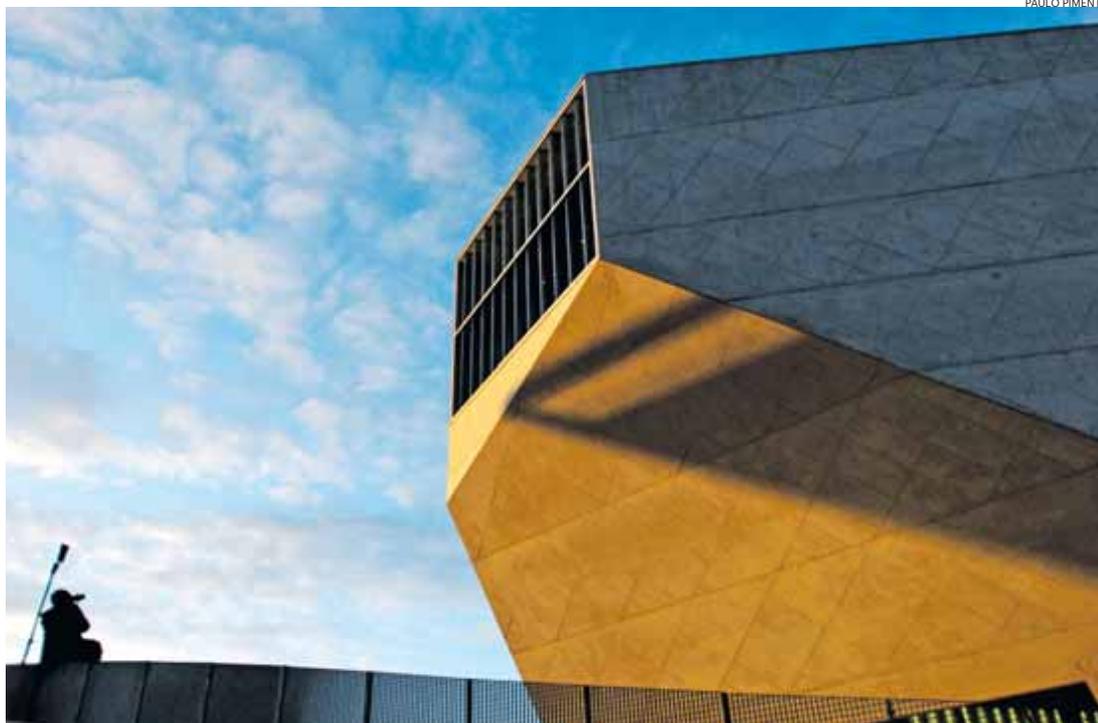
O abaixo-assinado frisa ainda que “o contrato apresentado aos técnicos é especialmente agressivo, ao exigir-lhes que renunciem ao direito de reclamar em tribunal a qualificação deste contrato ou de contratos de prestação de serviços anteriores ou futuros como sendo contratos de trabalho”. Em pior situação estarão

os guias e assistentes de sala, que perderam a totalidade dos seus pagamentos e “foram remetidos para os apoios da Segurança Social, para os quais apenas uma parte é elegível”. Já os músicos contratados irão perder todos os pagamentos relativos ao seu trabalho a partir de Abril, pois o reagendamento dos concertos não compensará o tempo de paralisação. Sobre estes, a administração esclarece que “uma parte significativa é composta por profissionais que não têm na Casa da Música a sua principal actividade”.

Os subscritores admitem que a lei está a ser cumprida, mas deixam “um apelo à responsabilidade social” da instituição: “Que importância têm, para a administração e a direcção, as pessoas que de facto fazem a Casa da Música todos os dias? É correcto deixar afundar quem lhe tem dado forma e sentido?”.

sandrade@publico.pt

PAULO PIMENTA



A administração da Casa da Música diz que está a “respeitar a legislação aplicável”



CORONAVÍRUS

Governo quer encaminhar parte dos imigrantes do turismo para a agricultura

Cláudia Pereira A secretária de Estado para a Integração e as Migrações revela que o Governo quer “descentralizar” as zonas onde aloja os requerentes de asilo

Entrevista Joana Gorjão Henriques

A primeira secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cláudia Pereira, tem tido dias agitados desde que foi decretado o estado de emergência. Entre a morte de um cidadão ucraniano no aeroporto de Lisboa, ou o caso de 136 cidadãos requerentes de asilo que estavam infectados com SARS-CoV-2, a viver num hostel sobrelotado em Lisboa, a política de imigração e de asilo em Portugal tem estado em foco nas notícias. Numa entrevista telefónica, seis meses depois de tomar posse e sob alçada da ministra de Estado e da Presidência, Cláudia Pereira responde várias vezes que “o Governo está a analisar” várias das questões que lhe são colocadas.

O surto de covid-19 entre requerentes de asilo veio revelar fragilidades no sistema. Quem monitoriza as condições de acolhimento?
Em 2018 e 2019



houve um grande acréscimo de pedidos de asilo e o Governo não estava preparado para receber tantos [de 1000 para 1800]. Mesmo assim Portugal é dos países europeus que menos recebe pedidos de asilo. Daí ter de recorrer a unidades de alojamento locais, fiscalizadas pela ASAE. Estamos com a ASAE, e com as autoridades de saúde, a verificar, caso a caso, as eventuais sobrelotações. Um dos motivos pela qual foi criada esta Secretaria de Estado foi para se agilizar e coordenar melhor o acolhimento a refugiados e requerentes de asilo que pertencem a três áreas governativas – Trabalho e Segurança Social, Administração Interna e Presidência. Estamos a tentar rever este modelo de acolhimento, a descentralizar para fora de Lisboa, e a envolver outras entidades do terceiro sector que têm alojamento disponível.

Que papel tem a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e o Instituto da Segurança Social (ISS)?
Quando o direito a asilo é concedido passa para o ISS, quando é negado, ou pedem recurso, passa



para a SCML.

Mas quem decide onde ficam?
É isto que temos tentado ver entre as diferentes áreas governativas, esta articulação que está a ser mais bem desenvolvida, quando os requerentes passam para o ISS ou SCML. É por essas questões que estamos a rever o modelo de acolhimento.

O MAI disse que há mais de 500 pessoas em pensões em Lisboa. Como é que vão monitorizar a saúde destas pessoas?
Foram testadas 169 pessoas durante o fim-de-semana [dos III resultados que chegaram, só um deu positivo]. Serão feitos mais testes em oito espaços durante esta semana e na próxima. Não são um grupo de risco, não são idosos, nem têm doença que os possa sinalizar como grupo de risco. A razão pela qual estão a ser feitos testes é por haver concentração no mesmo espaço. Todos, mesmo os que estão na base da Ota, à excepção de uma pessoa, estão assintomáticos. [Depois da quarentena na Ota, serão encaminhados para zonas fora de Lisboa, alojamento local e espaços geridos por entidades do terceiro sector. Também os cidadãos que durante os próximos dias tiverem tido teste positivo serão separados pelos mesmos tipos de habitação].

Proposta já gera polémica

A ideia de encaminhar imigrantes que estavam no turismo para a agricultura e para fora de Lisboa é polémica. Cyntia de Paula, da Casa do Brasil, não acredita que existam muitos brasileiros, dos cerca de 150 mil regularizados, dispostos a ir. Mas o principal problema é que não leva em conta as diferenças entre pessoas migrantes, com diferentes qualificações, que desejam ocupar outros espaços e pode mesmo reforçar estereótipos. No limite, até “pode ser uma resposta para aquelas pessoas que queiram ir, mas tem de ser muito bem construída e entrar num leque onde há outras soluções”. E questiona: “Será que também vão querer encaminhar os imigrantes da União Europeia?” Salienta ainda que “é importante que as associações sejam consultadas sobre esta política”. A solução, defende, passa por criar um rendimento incondicional para todos, ao qual os imigrantes tenham

também acesso. “Queremos os mesmos direitos e igualdade de oportunidades.” Também a Associação Solidariedade Imigrante, que tem uma sucursal em Beja onde atende trabalhadores da agricultura, é contra. “Não tem de ser o Governo a dizer para onde as pessoas devem ir trabalhar. Quando as pessoas saem do seu país e arriscam imigrar não ficam à espera que o Governo diga onde têm de ir trabalhar. Há falta de mão-de-obra em todos os sectores menos qualificados e todo o mundo sabe quem agarra esses trabalhos, não deve haver recados para ninguém”, diz Timóteo Macedo, que defende que devem existir os mesmos direitos para todos. “Este tipo de plano não funciona. As pessoas querem estar junto das suas redes, dos amigos, não querem ser vítimas de uma centrifugação da imigração. Os portugueses estão a ir para as aldeias?”



MIGUEL MANSO



Serão feitos mais testes em oito espaços de acolhimento nesta semana e na próxima

Cláudia Pereira

Sec. de Estado para a Integração e as Migrações

têm direito a diagnóstico e a tratamento de forma gratuita. **O despacho deixou de fora quem tem processos depois de dia 18 de Março, quem estava a usar o direito de isenção do primeiro ano de recibos verdes, quem não tinha meses suficientes de desconto para a SS. Há casos de ameaça de despejo e de quem tem fome. Como vai apoiar estas pessoas?**

Há várias associações e municípios que estão a dar um apoio no terreno. O Alto Comissariado para as Migrações (ACM) está a agilizar o programa alimentar de pessoas carenciadas, do ISS, que está a ser reformatado para providenciar cabazes alimentares a qualquer cidadão que esteja em situação de vulnerabilidade. É um programa que está a ser reformulado e alargado para chegar a todas as populações. A situação dos cidadãos que não tiveram tempo suficiente de descontos, tal como aconteceu com outros portugueses, está a ser reavaliada pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O Alentejo e Algarve são áreas com crescimento da imigração na agricultura. Há relatos de pessoas em condições sub-humanas e falta de informação entre cidadãos que não falam português. Que medidas tem o Governo?

O ACM, em conjunto com os Médicos do Mundo e a Organização Internacional para as Migrações, traduziu vários panfletos sobre a pandemia e cuidados a ter em várias línguas. Vários autarcas fizeram folhetos ainda mais específicos para os imigrantes para que não houvesse qualquer falha nos cuidados. O ACM tem divulgado esta informação por associações de imigrantes, foram feitos vídeos da DGS com alguns destes imigrantes: em crioulo, romeno, nepalês, bangladeshi, árabe...

Existem planos polémicos nesta zona como os contentores onde se alojam imigrantes junto às explorações agrícolas.

Esta proposta é de emergência, durante o período em que não há habitação permanente para os imigrantes a trabalhar na agricultura. Tive a oportunidade de

visitar algumas dessas habitações e tinham todas as condições, uma delas tinha ginásio, outra jogos... É para um primeiro momento para as pessoas que viviam em habitações sobrelotadas.

Considera-a uma boa solução?

É uma solução adequada a uma necessidade rápida, mas não é uma solução permanente.

Há relatos de exploração laboral nesta zona, e existência de redes ilegais. O que já apurou sobre estas situações?

Esta Secretaria de Estado foi criada exactamente para que deixe de haver condições para que tal exploração aconteça. Isso começa pela regularização dos imigrantes. Foi criado o número de segurança social na hora – uma das razões porque os trabalhadores eram explorados era porque não conseguiam ter número segurança social. Estamos também a reformular os cursos de língua portuguesa: há dois princípios básicos da integração de imigrantes, estarem documentados e falarem a língua.

O turismo terá uma quebra e grande parte dos trabalhadores desta área e da restauração são imigrantes. Que planos há para apoiar estas pessoas?

É uma das preocupações do Governo. Uma parte destas pessoas será direccionada para a agricultura, que está a precisar de trabalhadores. **Como?**

É algo em que estamos a trabalhar entre diferentes áreas, [será feito] através do Instituto do Emprego e Formação Profissional e das necessidades de mão-de-obra publicitadas. Mesmo assim poderá haver trabalhadores que ficarão sem emprego, tendo em conta que o turismo, principalmente do Algarve, empregava muitos trabalhadores estrangeiros e portugueses, e isso é algo a que o Governo está atento e a analisar.

Como recebeu a notícia da morte de um cidadão ucraniano no aeroporto?

Fomos surpreendidos, mas o MAI começou logo uma reformulação interior destes centros de acolhimento temporário. É da responsabilidade do MAI, estamos dispostos a colaborar.

Há também imigrantes que vivem em casas sobrelotadas.

Estamos inteirados e em articulação com os secretários de Estado coordenadores regionais e em colaboração com os autarcas, em que alguns já têm feito grandes acções para assegurar a saúde pública. Vários destes municípios onde há concentração de pessoas, por questões do turismo ou de trabalho como a agricultura, já pediram apoio no âmbito do 1.º Direito, que permite ter soluções de habitação.

E nas pensões com doentes ao abrigo de protocolos entre a DGS e países africanos de língua oficial portuguesa?

Numa das unidades em que foram feitos testes no domingo estavam imigrantes que vieram ao abrigo de programas de saúde. Em relação a outros alojamentos onde possa haver concentração de imigrantes estamos a tentar ver caso a caso.

Sobre a directiva que regulariza imigrantes com processos pendentes, o SEF esclareceu que se aplica até 30 de Junho. O que acontece depois?

É uma das questões que estamos a articular internamente. Todos os imigrantes, com ou sem documentos, têm acesso à saúde pública, e no contexto de covid-19



Edição Lisboa • Ano XXXI • n.º 10.962 • 1,30€ • Quarta-feira, 29 de Abril de 2020 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos



Dia da Dança
A festa faz-se num ecrã perto de si

Cultura, 30/31



Desastre humano
Mais de 50 milhões de pessoas deslocadas à força nos seus países

Mundo, 29

Futebol em França
Governo pára desporto até Agosto e deixa PSG a um passo de ser campeão

Desporto, 38

NUNO FERREIRA SANTOS



Crise da pandemia junta rivais do futebol em São Bento

Governo quer levar para a agricultura parte dos imigrantes que trabalhavam no turismo

Plano está com IIEFP, diz secretária de Estado para as Migrações • Vírus mais a norte é risco para as outras regiões • Pandemia força bancos centrais a reinventar-se • Sintomas depressivos mais graves nos estudantes • PSP e GNR estiveram semanas sem dados sobre infectados **Destaque, 2 a 15** • Acompanhe em publico.pt/coronavirus

Constitucional decidirá destino do presidente de Castelo Branco

Artur Marques recorre ao TC para tentar anular perda de mandato **p20**

Estrangeiros dão mais de três mil milhões por 81% da Brisa

Grupo Mello fica com 17% e Vasco de Mello garante a presidência **p26**

Justiça do Brasil manda seguir investigação a Jair Bolsonaro

Crimes sob suspeita dão força à possibilidade de um impeachment **p28**



Bloco quer que redução salarial conte para valor pago às creches

Proposta prevê que Estado compense as perdas causadas às instituições **p21**

ISSN-0872-1548



Esta comédia desumana e triste

Santana Castilho

1 Já me referi ao tema. Mas é imperioso que a ele volte, agora que, tudo indica, a emergência dará lugar à calamidade. Estão em processo de continuidade ideias torturadoras dos mais velhos. É, pois, altura de ser claro: enquanto estiver lúcido e não prejudicar os outros, sou eu que decido os riscos que quero correr.

■ Amedronta-me menos o vírus circulante que os perímetros abdominais e as papadas de alguns políticos que me querem proteger. Basta de paternalismos cívicos!

Em tempo de restrições como nunca tivemos depois de Abril, a liberdade é o valor maior que me apetece invocar, num país sob uma autofágica polarização: os que querem permanecer fechados, encurralados pelo pânico, e os que, embora reconhecendo a gravidade da situação, sacodem cabrestos e discriminações que julgavam afastadas.

São livres os portugueses presos em lares miseráveis, que não percebem por que lhes desapareceram filhos e netos? Não é um défice de liberdade a falta de conhecimento para interpretar com serenidade o fenómeno que nos atormenta? São hoje livres os milhares de portugueses que ficaram ontem sem emprego? Os que já viviam na fronteira da sobrevivência e hoje desesperam, esses, são livres?

Porque não tenho senhores e penso livremente, ousou perguntar ainda: será que um estado de emergência duas vezes repetido, com tão pequeno questionamento e tão generalizada aceitação, pode ser socialmente havido como um resqúicio da ditadura de que Abril nos livrou? Como aceitar, sem enorme perplexidade, os delatores que a covid-19 destapou? Antes, a PIDE zelava pela ordem que o Estado Novo determinava e a censura amordaçava-nos. Hoje há quem defenda certificados de imunidade e a georreferenciação das pessoas, enquanto, sofreadores, resignados, confinados, de máscara posta, adoecemos mentalmente.

Vão-me dizendo que as decisões políticas são tomadas depois de ouvir os especialistas. Mas há especialistas que não são ouvidos. Não são ouvidos os virologistas e os epidemiologistas que pensam *a contrario sensu* dos que são seguidos por Marcelo e Costa, muito menos são ouvidos outros especialistas, de outras áreas (psicólogos sociais e psiquiatras, por exemplo), que poderiam complementar o saber médico e epidemiológico e explicar as consequências do autêntico assédio moral que tem sido exercido sobre os mais velhos, ou a influência depressiva do massacre noticioso dos telegornais, sobre toda a população.

Deputados do PS, do PSD e do CDS chumbaram no Parlamento a atribuição temporária de um subsídio de risco aos trabalhadores que asseguram actividades críticas, enquanto o resto do país está em casa (protegido, dizem). A ministra buzina permitiu que médicos e enfermeiros fossem miseravelmente discriminados quanto ao indecoroso aumento salarial dos restantes funcionários públicos. Depois batem-lhes palmas à janela e chamam-lhes heróis.

No Parlamento, as propostas que visavam a proibição da distribuição de dividendos relativos a lucros de 2019 (e que exigiam das empresas apoiadas que não despedissem) foram rejeitadas pelo PS e pelo PSD. Depois abrem-se linhas de crédito, que a banca aproveita para transformar créditos antigos, com risco seu, em créditos novos, com risco do Estado. A minha geração, aquela que mais lutou pela liberdade, essa, pelo menos, entenderá como me revolta tudo isto e entenderá que não esteja passivamente disponível para assistir à erosão das liberdades individuais, em moldes inaceitáveis numa democracia aberta e plural.

2. Sublimarmente, António Costa apelou a uma certa união nacional em torno das aulas da novel telescola, quando classificou de “mesquinhas” as críticas feitas nas redes sociais às primeiras sessões e argumentou que os professores “não são actores de cinema”. O problema não está em pedir aos professores, que foram formados para ensinar em sala de aula, que sejam profissionais de TV. O problema está nos erros científicos e pedagógicos expostos. Porque torrei a paciência a ver as primeiras aulas e ele não, e porque sempre defendi os professores e ele não, posso, serenamente, dizer isto. Teria sido melhor não acrescentar os professores à paranóia das palmas à janela, depois de, no anterior Governo, lhes ter roubado o tempo de serviço efectivamente prestado. Citando Torga, “o que não presta é isto, esta mentira quotidiana. Esta comédia desumana e triste”.



**Professor do ensino superior.
Escreve quinzenalmente à quarta-feira**



Urge resolver algo que tem sido, Governo após Governo, ministro após ministro, protelado: o estatuto de intermitência socioprofissional para os trabalhadores do sector independente das artes do espetáculo

Estranha forma de vida



Opinião Tiago Guedes

Este ano, as comemorações do Dia Mundial do Teatro (27 de março) e do Dia Mundial da Dança (29 de abril) acontecem com os artistas confinados nas suas casas, contribuindo para um ato de cidadania maior, inevitável no combate à covid-19.

Normalmente celebrados com programações especiais, debates, declarações e outras iniciativas, estes dias mundiais são agora discretamente assinalados através de iniciativas *online* que vão mantendo as instituições culturais ativas e conectadas com os seus públicos. Se agora é através de *sites* e de redes sociais que a interação triangular entre teatros, artistas e públicos se concretiza, todos sabemos que estamos a adiar algo que é a essência das artes performativas: o aqui e o agora, o confronto físico, emocional e intelectual, entre quem faz e quem observa, e o carácter simbólico do teatro como assembleia e espaço de partilha. Tudo isto está protelado e, ainda que o esforço de passarmos para o *online* prove a capacidade de invenção do setor cultural, não será a Internet que nos vai salvar.

Os tempos são de exceção e a comunidade artística portuguesa tem tentado encontrar uma bússola para navegar no meio dos adiamentos de espetáculos (inevitavelmente para uma temporada 20/21 a redesenhar), das linhas de apoio (estatais ou privadas) e dos inúmeros decretos-leis que o Estado tem lavrado para o setor cultural. Muitos desses decretos têm sido, e bem, revistos à luz da reivindicação de uma classe artística que, mais do que nunca, deve falar a uma só voz. Esta pandemia apanhou o setor “na curva”. A precariedade e a desregulação social e contributiva

têm deixado grande parte dos trabalhadores sem chão, revelando a instabilidade dos alicerces que nunca se conseguiram cimentar. Se em tempos ditos “normais” já era difícil, em tempos de pandemia torna-se insustentável: as mudanças no pós-covid-19 terão de ser estruturais e aceleradas.

Nenhuma alteração poderá ser reestruturada sem ser pela base, que é constituída por pessoas com profissões específicas. São profissionais independentes que trabalham para várias entidades, sendo a regularidade do seu trabalho intermitente. Note-se que os artistas, quando não estão em ensaios ou espetáculos, transformam-se em pesquisadores, produtores, agentes ou gestores, num quotidiano *multitasking* desafiador e exigente. Poderão alguns pensar que esta é uma *estranha forma de vida*, mas existem diferentes formas de vida e diferentes formas laborais que, num Estado democrático, têm de ser reconhecidas.

Porque é que um artista, quando está desempregado, não recebe subsídio de desemprego? Ou porque é que só o receberá se trabalhar mais do que 50% para um só empregador (algo raro neste setor)? Se a especificidade for precisamente trabalhar para diferentes entidades empregadoras, porque deve um profissional do espetáculo ser penalizado nos seus direitos sociais?

Numa altura em que o subsídio de desemprego e o *layoff* não são possibilidades atenuantes para grande parte do setor, urge resolver algo que tem sido, Governo após Governo, ministro após ministro, protelado: o estatuto de intermitência socioprofissional para os trabalhadores do setor independente das artes do espetáculo, um regime de proteção social condizente com as particularidades do seu trabalho, intermitente e multipatronal. Em qualquer situação encontrada, o valor a auferir nunca deveria ser menor do que o salário mínimo nacional e baseado no historial

contributivo de cada um. Só assim se terminaria a relação errática com a Segurança Social, com a qual os trabalhadores do setor artístico se veem forçados a pagar prestações mínimas que penhorarão, no futuro, as suas reformas.

Este modelo está hoje implementado em vários países e foi longo o caminho negocial para se encontrar um sistema justo que proteja estes profissionais em situações de desemprego, reforma ou algo tão elementar como a licença de maternidade ou paternidade. Como exemplo, em França, o subsídio de desemprego pode ser requerido após 507 horas de trabalho – comprovadas pelas diferentes entidades empregadoras – e atribuído 319 dias após a inscrição neste regime social, tal como a reforma e a baixa por maternidade são calculadas segundo o princípio geral de cotizações e salários declarados. Portugal não é França, mas a comparação deverá servir para abrir caminho à criação de um modelo adaptado ao contexto do nosso país.



Para que tal aconteça, deve ser reforçada a articulação entre o Ministério da Cultura e o Ministério do Trabalho e da Segurança Social. Esta articulação permitirá a criação de melhores condições laborais e sociais, assim como uma carreira contributiva regular e permanente, que garanta no futuro um presente condigno a toda uma classe artística. Neste momento de pandemia foram criadas condições excecionais na Segurança Social para os trabalhadores independentes, mas

estas medidas não seriam tão necessárias se, de uma vez por todas, existisse um entendimento e uma salvaguarda das particularidades socioprofissionais da área do espetáculo.

Não obstante as boas intenções e as medidas tomadas para fazer face à covid-19, o labirinto para o qual milhares de artistas e trabalhadores independentes do setor artístico têm sido empurrados deixa visível a olho nu um edifício burocrático que neste momento fere. Fere, porque o apoio é indexado ao (diminuto) historial contributivo de cada um. Fere, porque ainda existe muita entropia no cruzamento de dados e de informações, criando situações tão caricatas como aquelas em que trabalhadores independentes – membros de órgãos estatutários em associações culturais – não podem receber qualquer apoio do Estado (situação já resolvida para os sócios-gerentes de empresas e que todos esperam que seja decalcada para o setor cultural associativo). Se no final deste labirinto se encontrasse luz ao fundo do túnel valeria a pena percorrê-lo, mas a verdade é que, fins estes apoios extraordinários (para aqueles que os consigam obter), tudo voltará ao mesmo, à casa da partida do jogo da precariedade.

Não se pode continuar a mascarar uma realidade na qual grande parte dos artistas (sobre)vive; não se deve esperar que tudo passe para ficar tudo igual. Deve-se agir já. O pós-covid-19 da cultura terá de ser o pós-precariedade na cultura.

Será então em diferentes escalas de ação que poderemos trabalhar em prol de um futuro de mudança e de transformação. O setor cultural e os políticos terão de encontrar um território comum de vontades e de lutas. Só assim serão salvaguardados os direitos básicos dos trabalhadores que prestam um serviço público e garantem a diversidade da oferta cultural ao país.

**Programador cultural
e director artístico
do Teatro Municipal do Porto**



Engenharia e Construção – Portugal também somos Nós



Manuel Reis Campos
Presidente da CPCI e da AICCOPN

No passado dia 26 de abril, assinalou-se o “Dia da Produção Nacional”, instituído pela Assembleia da República com o objetivo de valorizar e potenciar a produção nacional e a AICCOPN e a AECOPS evocaram esta data, através de uma carta aberta que, reiterando os princípios que estiveram subjacentes à criação desta efeméride, destacam a sua especial relevância no momento em estamos a atravessar.

A retoma económica prioritária e, como referimos nesta carta, a sustentabilidade das empresas e a manutenção do emprego depende da continuidade dos negócios pelo que, afirmamos que é premente a adoção de soluções de apoio para as empresas nacionais.

E, porque a produção nacional é, também, sinónimo de emprego nacional e de criação de riqueza, destacámos a capacidade da fileira da Engenharia e Construção para, rapidamente, se instalar em todo o território e assumir o seu papel de agente de dinamização da indústria nacional e da economia local.

O investimento público em infraestruturas é vital para a competitividade e a contratação pública nacional e regional pode criar, de forma imediata, a atividade económica necessária para a manutenção da rede empresarial, da qual depende o emprego. O que é preciso é que o Governo e seus organismos se coordenem com as Associações empresariais, as Ordens Profissionais, e Instituições de Ensino, para a apresentação de propostas que resultem em pacotes de ativação do investimento público, os quais devem ser estruturados para desmultiplicar e impactar os restantes setores, nomeadamente a indústria, os serviços e o comércio. Recuperar o investimento previsto no Plano Nacional de Investimentos – PNI 2030, porque é este que responde ao quadro de necessidades nacionais e, ao mesmo tempo, prever um quadro de investimentos regionais deve ocorrer em todos os

níveis e patamares da economia e reativará a produção industrial.

É igualmente indispensável traçar um plano para criar as competências necessárias para os investimentos do futuro próximo, através da utilização da formação e requalificação profissional, que não podem ser desvirtuados e devem estar, como sempre defendemos, ao serviço da economia e das empresas.

Há muitos projetos que podem arrancar e não foram executados ou foram adiados devido a limitações orçamentais, como a reabilitação de edifícios públicos estratégicos que estão degradados pela falta de investimento na manutenção (Hospitais, Centros de Saúde, Universidades, Escolas), as redes viárias, ferroviárias e infraestruturas para a mobilidade urbana ambientalmente sustentável, as redes de água e saneamento e infraestruturas de armazenamento e gestão dos recursos hídricos de uso agrícola, ou a eficiência energética, que permite poupanças futuras e contribui para o aumento da competitividade.

Portanto, acreditamos que podemos encontrar medidas que promovem e estimulam a produção nacional. São essenciais linhas de financiamento e garantia para a atividade, no âmbito da contratação pública. Deve ser adotada uma solução, no âmbito do Código dos Contratos Públicos, que permita o financiamento transversal a toda a cadeia produtiva, a criação de cadeias de valor mais fortes e que as empresas obtenham adiantamentos para a sua produção. A agilização administrativa, nomeadamente a que depende do Governo, é também um importante vetor de atuação.

Concluo, reiterando a mensagem que transmitimos na nossa carta aberta e que deve ser vista enquanto sinal de esperança para toda a sociedade: A Engenharia e Construção está unida e pronta para servir o País e as Pessoas. Portugal também somos Nós.

Portugal

FOGO

UMA
ENTREVISTA
DURA ACRUZADO
Isabel
Camarinha

*Tem sempre de
haver aumentos,
mas na CGTP não?*

**“Tem de haver
equilíbrio porque
não nos cai do céu...”**

Para início de conversa, a CGTP não recua 1 cêntimo: quer 90 euros nos salários (menos nos da casa), 850 no salário mínimo. E isso ajudará a economia - mas aí não há números para apresentar.

Por **Bruno Faria Lopes**
e **Maria Henrique Espada**

A CGTP não vai transigrir: nem nas celebrações na rua, nem em pôr a exigência de aumentos na mesa de negociações. Menos em casa, porque aí, quanto aos 90 euros, “depende dos resultados”.

Vai usar máscara no 1º de Maio?
Não está ainda definido. Temos estado a ver com a DGS e não há uma

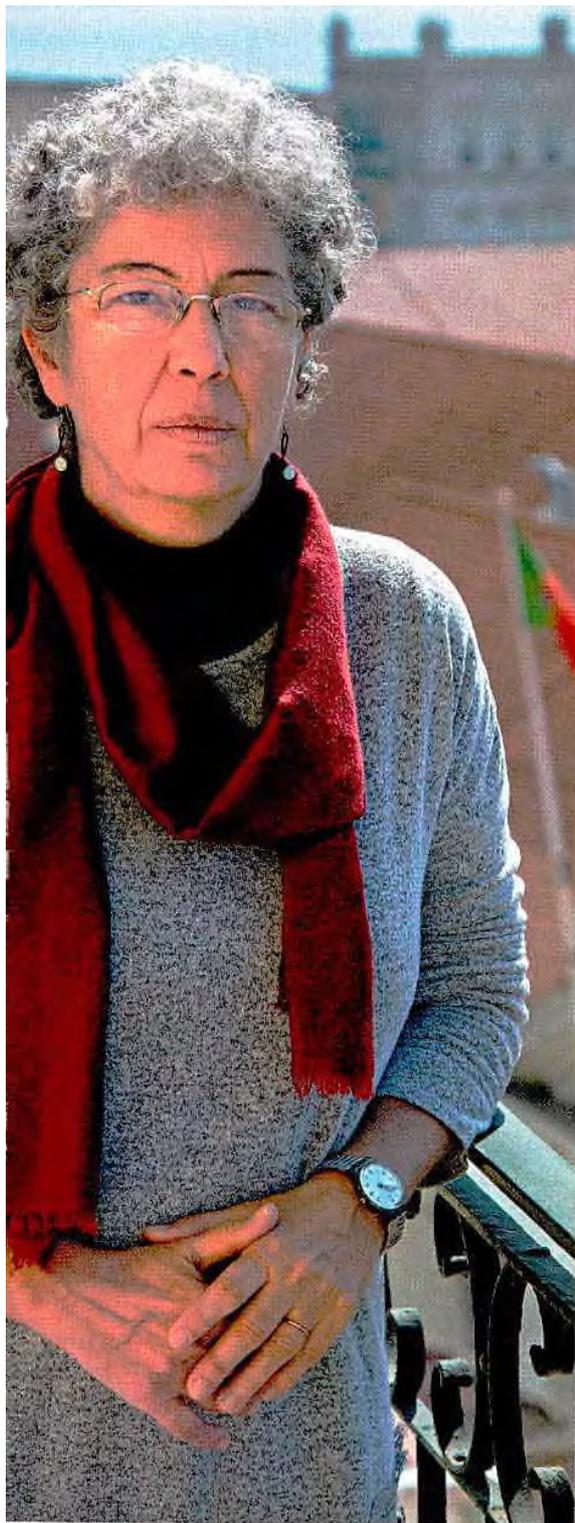
norma que exija o uso ao ar livre, a não ser quando as pessoas estão próximas. Eventualmente vamos usar, mas não é obrigatório que todos usem. Vamos garantir o distanciamento sanitário, até superior à norma dos dois metros, vamos ter entre 3 e 5 metros entre cada participante. Precisamos é que haja a voz dos trabalhadores no dia 1 de Maio.

Prevê-se que em transportes pú-



Isabel Camarinha na sede na CGTP. Foi eleita secretária-geral em fevereiro

blicos e no secundário – mesmo no exterior – a máscara seja obrigatória. Quem tem uma posição pública não deve dar o exemplo?
As medidas de prevenção do contágio devem ser as necessárias, não devemos fazer *show off*. Ora, quando houver alguma retoma, consideramos que é normal que em determinados ambientes se aconselhe ou seja obrigatória a máscara. Temos



FOTOS: JOÃO CORTESÃO

aliás colocado grandes preocupações com os mais de 2 milhões de trabalhadores que estão a trabalhar e a quem as empresas não estão a garantir condições de segurança. **Ferro Rodrigues não queria mascarados na Assembleia da República no 25 de Abril. Concorda?** Concordo, porque não se justifica. Isto tem de ser proporcional. Não podemos, para fazer propaganda,

“
Colocamos a questão dos 90 euros e dos 850 euros de salário mínimo nacional a curto prazo”

estar a fazer coisas que não são necessárias. As nossas iniciativas [no 1º de Maio] são de exercício de um direito coletivo. Na crise social que estamos a viver, é preciso trazer isso também para a rua.

A UGT optou pelo contrário – por não trazer para a rua. Fez mal?

Cada um tem as suas opções. Não nos ingerimos no funcionamento de outros.

Não é uma questão de ingerência, é de opinião.

Não fazemos juízos de valor. Para nós, a questão fundamental é a defesa dos direitos dos trabalhadores em todas as circunstâncias. Temos um milhão de trabalhadores em *lay-off*, mais 350 mil desempregados, um número não quantificado em teletrabalho e mais 200 ou 300 mil em assistência à família, ou independentes que tiveram redução ou cessação da atividade – isto já são dois milhões de trabalhadores com brutais cortes dos seus rendimentos. E a par disso temos um ataque brutal pelas empresas, que estão a aproveitar esta situação. Para os sindicatos da CGTP, é importante colocar isto.

Numa fase em que não podemos sair de casa, em que os funerais estão limitados, em que a polícia para as pessoas na rua e lhes pergunta para onde vão – não haveria outra forma de fazer as coisas no sentido de dar um exemplo de compatibilidade com o tempo que vivemos, indo para além da questão do contágio?

Mas é que a questão é essa: temos de prevenir o contágio.

Não há um exemplo a dar, aqui?

Não acho que a questão seja dar exemplo. As medidas que protegem a saúde das pessoas estão tomadas. Mas a restrição aos direitos das pessoas não é necessária a não ser na

justa medida a que a prevenção da saúde obriga. Estou mais preocupada em garantir que os que vão retomar a sua atividade o fazem com todas as condições de higienização do que com iniciativas de participação limitada que vamos realizar na rua. Os trabalhadores da construção civil estão a trabalhar, os de muita indústria, do comércio, da distribuição, já nem falo dos profissionais de saúde, forças de segurança, proteção civil e bombeiros...

Outra diferença em relação à UGT é que esta admitiu rever os aumentos para 2021. A CGTP até agora não abdicou de aumentos salariais. Mantém essa posição, quando alguns economistas admitem que esta possa vir a ser a maior crise vivida em 100 anos?

A CGTP sempre defendeu que não é com aumento da exploração e do empobrecimento, com austeridade, que se ultrapassam crises. Os anos recentes provam isso. Tivemos o período da troika, em que o País ficou numa situação calamitosa, e depois tivemos a alteração da correção da alteração de forças na Assembleia da República, que permitiu alguns avanços, nomeadamente salariais. Foi insuficiente, mas a verdade é que permitiu recuperação económica. Não é com este modelo de baixos salários que a economia vai recuperar. Temos de ter outras opções.

Portanto faz sentido manter reivindicações de aumentos?

Nem sequer compreendemos que se esteja a falar de não haver aumentos. **Se o que estamos a viver não muda a vossa posição, então em que cenário é que a CGTP abdicaria de reivindicar aumentos salariais – num estado de fim de mundo?**

A valorização das retribuições dos trabalhadores é um fator de dinamização da economia. Vimos isso nestes últimos 5 anos em que houve aumento do salário mínimo nacional e se conseguiu negociar um conjunto de atualizações da contratação coletiva, embora não como deveria ser, houve melhoria da economia.

A CGTP tem-se manifestado contra o *lay-off*. Não concebe que haja empresas que estejam em dificuldade e a quem seria impossível ▣

Portugal

❑ pagar a totalidade do salário?

Nunca dissemos que não eram necessárias medidas de apoio às empresas. Dissemos é que tem de ser na medida das suas necessidades e para garantir a retribuição total aos trabalhadores e todos os postos de trabalho. Não é isso que está acontecer. A situação das empresas permite-lhes ou não fazer face a esta situação sem recorrer a apoios? Se não precisa, não deve poder atualizá-los.

Crítica o Governo por tratar tudo por igual, mas a CGTP também o faz: a vossa proposta do início do ano eram mais 90 euros em todos os salários, de público e privado.

Isso não é tratar todos por igual, se fosse em percentagem é que era: para um trabalhador que ganha 635 euros e um que ganha 1.500 ou 2.000 não é igual.

Para as empresas que pagam os 90 euros é tratar por igual, quando para umas será fácil, para outras não.

Por isso dissemos que é a nossa proposta para base de negociação.

E faz sentido ir, hoje, para negociação, com a base dos 90 euros? Estamos a fazê-la. Até estamos a negociar contratação coletiva. E colocamos a questão dos 90 euros e dos 850 euros de salário mínimo nacional a curto prazo.

Mas quando o mundo à nossa volta mudou de forma radical, isso não torna a proposta irrealista?

Isto é a proposta que apresentamos para negociação. Nós fizemos contas e isto é o mínimo para as pessoas terem uma vida com dignidade.

Quanto é que custa o aumento dos 90 euros na função pública?

E quanto é que custa ao Estado os 650 milhões que vai dar ao Novo Banco? E as PPP? E, já agora, quanto é que isso vai constituir, para o Estado, de receita no IRS e num conjunto de impostos indiretos, que com o aumento do consumo aumentaríamos?

Está a devolver a pergunta. Fizeram essa conta?

Nós fazemos contas. Eu não tenho aqui os números, mas isto devia dar um aumento muito grande.

O Estado ficava a ganhar com o aumento, é isso que está a dizer? De um ponto de vista geral ainda

❶ A líder da central sindical recusa austeridade: com reforço de rendimentos o Estado até pode ter lucro



1.200 euros

É o salário aproximado da secretária-geral da CGTP. Onde só houve aumentos de 10 euros em 2016 e 2018

“**[Aumentos aos funcionários da CGTP serão] em função dos resultados que conseguirmos obter**

ficava, porque também tínhamos aumento da atividade económica.

Isso é extraordinariamente difícil de provar.

Vamos lá a ver, não estou a dizer que temos as contas feitas ali... mas, do ponto de vista global, é verdadeiro. **Nos últimos cinco anos, segundo o seu antecessor Arménio Carlos, os trabalhadores da CGTP só foram aumentados em 2016 e 2018 cerca de 10 euros por pessoa. Tem sempre de haver aumentos, mas na CGTP não?**

A CGTP e as suas estruturas não são financiadas por ninguém a não ser pelos seus associados. Portanto, tem de haver aqui um equilíbrio entre o que são os aumentos dos salários dos trabalhadores e o que podemos também, porque não nos cai do céu... **Mas às empresas também não.**

Não, é produzido pelos trabalhadores que lá estão e produzem mais-valias e lucros. Mas é natural que uma organização como a CGTP tenha que viver com aquilo que é a sua possibilidade de recolha. Contudo, garantimos sempre que há uma condição de vida digna.

E vai haver aumentos de 90 para todos os funcionários da CGTP?

Nós nem sequer garantimos o aumento de 90 euros para todos os trabalhadores portugueses!

Mas a opção de os praticar aqui dentro é vossa.

Depende das condições que temos. **Nas empresas também dependerá**

das condições que tiverem.

Claro que sim. Quando negociamos contratação coletiva, provamos que é possível. Provamos com os dados que as empresas nos fornecem.

E não tem certeza de ser possível, depende das quotizações, é isso?

A CGTP organiza-se em função do que é a realidade dos trabalhadores que representa. Em função dos resultados que conseguirmos obter. **É a resposta que muitas empresas dão: é em função dos resultados.** Sim. Então vamos ver os resultados. Nós não distribuimos lucros nem dividendos pelos acionistas.

António Costa disse que ficaria desiludido se só pudesse contar com BE e PCP nas vacas gordas. Como vamos ter vacas magras, se houver austeridade o PCP deve chumbar o próximo orçamento? Não vou falar pelo PCP.

Não lhe estou a pedir para falar, mas para dar a sua opinião. É militante do PCP.

Sou e nesse quadro contribuirei para o que seja a decisão coletiva. Agora, o que a CGTP já disse ao primeiro-ministro e ao Governo é que não é com austeridade que resolvemos os problemas do País. O PS deve optar por medidas e políticas que desenvolvam o País e procedam à retoma que vamos ter que fazer.

Quantas pessoas é que a CGTP representa hoje?

Devia ter-me dito que eu trazia os números. ❑

“Nem sequer compreendemos que se esteja a falar de não haver aumentos”